



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS  
LINHA DE PESQUISA: RELAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS E PRODUÇÃO DOS  
ESPAÇOS



**“PORTA DO CÉU”: O PROCESSO DE CRISTIANIZAÇÃO DA FREGUESIA  
DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO (1681-1714)**

RENATA ASSUNÇÃO DA COSTA

NATAL, 2015

RENATA ASSUNÇÃO DA COSTA

“PORTA DO CÉU”: O PROCESSO DE CRISTIANIZAÇÃO DA FREGUESIA DE  
NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO (1681-1714)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Relações econômico-sociais e produção dos espaços, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Profa. Dra. Carmen Margarida Oliveira Alveal

NATAL, 2015

## Ficha catalográfica

RENATA ASSUNÇÃO DA COSTA

“PORTA DO CÉU”: O PROCESSO DE CRISTIANIZAÇÃO DA FREGUESIA DE  
NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO (1681-1714)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

---

Carmen Margarida Oliveira Alveal

---

Juciene Ricarte Apolinário

---

Fátima Martins Lopes

Natal, 11 de setembro de 2015

Aos meus pais, por todo o  
cuidado e incentivo.

## AGRADECIMENTOS

Entrar em um Programa de Pós Graduação era meu sonho desde a infância. Por ser aluna de escola pública, muitas vezes ouvi que não iria conseguir, não por falta de inteligência, ou esforço, mas pelo fato de que a escola não oferecia os ensinamentos que eu precisava. Sorte a minha ter descoberto que estavam errados. Ainda que várias vezes eu tenha ido para a escola e voltado para casa sem assistir sequer uma aula, muitos foram os ensinamentos de vários professores dedicados que tive ao longo da vida – a esses professores deixo também registrado o meu imenso agradecimento.

Em 2009, ingressei na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), primeiro passo para a vida acadêmica que eu tanto sonhava. A menina de escola pública não sentiu tanta dificuldade assim ao longo do curso, graças ao próprio esforço, mas principalmente pelo apoio e incentivo de ótimos professores, como Mariano de Azevedo, Durval Muniz, Carmen Alveal, Fátima Lopes, dentre outros, que me ensinaram a gostar ainda mais de História. Agradeço a cada um desses profissionais pelos inúmeros ensinamentos e pelo amor que tem em ensinar aquilo que sabem.

Em 2013, finalmente, ingressei no Programa de Pós Graduação em História, também da UFRN. Apesar de muito feliz, algumas situações não saíram exatamente como planejado. Ao término do primeiro ano tive sérios problemas com a pesquisa, o que me fazia refletir se eu realmente tinha capacidade de concluir grande parte daquele meu sonho de criança. Quantas vezes pensei em desistir, achei que não seria capaz. E hoje estou aqui, escrevendo as últimas palavras da minha dissertação. Talvez esse trabalho pudesse ter sido mais bem escrito, ou pesquisado de forma melhor por outra pessoa, mas ainda assim termino com a certeza do quanto me dediquei para concluir mais uma parte do meu sonho. Assim, quero agradecer a cada um que, de alguma forma, contribuiu para que esse sonho se tornasse realidade.

Primeiramente, quero agradecer a Deus, o pilar que me sustenta. Como costumo dizer: não quero para mim nada que não seja da vontade dele e sei que foi a vontade dele que me fez chegar até aqui.

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa, fundamental para garantir a dedicação exclusiva do pesquisador.

À professora Doutora Carmen Alveal, por ter me apresentado os registros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, principal fundo documental

utilizado para a construção desse trabalho. Pelas sugestões, questionamentos, críticas, ideias. Pelas broncas, pelo incentivo, por mostrar que nada vem fácil e que precisamos correr atrás daquilo que queremos. Sei que esse trabalho não é apenas meu, por toda a ajuda e dedicação que me foi oferecida ao longo desses dois anos.

À professora Fátima Lopes que contribuiu com a minha formação desde a graduação, passando pela banca da monografia, pela disciplina ministrada no Programa e, pela qualificação deste trabalho, sempre com muita atenção, apontando outros caminhos, outros pontos de vista, outras fontes e, mais ainda, se dispondo a ajudar quando precisasse.

À minha família, meu pai, Fernando Costa, minha mãe, Luzineide Assunção, e meu irmão, Renato Assunção, que suportaram os meus momentos de estresse e cansaço, sempre me incentivando a continuar. Sei que o meu sonho também é o sonho deles.

Ao meu namorado, Júnior Nascimento, pelo apoio nos últimos meses e por entender meu nervosismo.

À Patrícia Dias e Tyego Franklim por estarem juntos nessa luta desde o início, ajudando no possível com várias indicações e mesmo trocando dados, pelo fato de trabalharmos com o mesmo período. Esse trabalho também é de vocês.

Ao seminarista José Rodrigues Filho, pelas incontáveis contribuições sobre assuntos relacionados à Igreja católica. Muito obrigada pelos ensinamentos.

Ao Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS), pela estrutura, disponibilização de fontes e bibliografia, e por ser um espaço de discussão, diálogo e troca de ideias, recebendo com frequência professores de várias temáticas do Brasil colonial, que compartilham conosco seus trabalhos e auxiliam nas nossas pesquisas. Dentre os componentes, agradecer em especial a Marcos Viana, Ana Lunara Morais, Leonardo Paiva, Elenize Trindade, Bruno Chaves, Hanna Bezerra e Aledson Dantas, pelas indicações, sugestões e críticas ao trabalho.

E, por fim, aos amigos, que colaboraram com os momentos de descanso, fundamentais em meio ao trabalho de escrever.

## RESUMO

O intuito deste trabalho foi analisar o processo de cristianização nos diferentes espaços da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, no período compreendido entre 1681 e 1714. Para isso, o principal fundo documental pesquisado foi o livro de registro de batismo da freguesia em questão, sendo o recorte da pesquisa pautado pelos dados encontrados. Assim, os espaços da freguesia foram pensados com base em dois conceitos fundamentais: o de cristianização dos espaços (e das almas), baseado na obra de Cláudia Damasceno, que trabalhou com a noção de circunscrição eclesiástica, mas reelaborado para o caso da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação; e o conceito de experimentação espacial, de Yi-Fu Tuan. Cristianizar os espaços representava o processo de transformação da lógica espacial, encontrada previamente pelos portugueses, por meio da inserção da lógica eclesiástica, fosse pela construção de prédios, fosse pela iniciação das pessoas ao catolicismo. A experimentação, por sua vez, seria feita pelos moradores das localidades estudadas, bem como pelos próprios religiosos, transformando esses espaços em lugares, à medida que conferiam novos significados a essas áreas. Percebeu-se, portanto, que a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação contava com, pelo menos, três espaços distintos, o da Cidade do Natal, o dos aldeamentos e o espaço de atuação das Missões Populares, sendo esses diversos espaços o foco deste trabalho. Analisar-se-á como os moradores faziam uso desses diversos espaços no âmbito religioso.

**Palavras-chave:** Igreja católica; espaços; Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação

## ABSTRACT

This study aims to analyze the process of Christianization space in the different areas of the Parish of Our lady of Presentation between 1681 and 1714. To accomplish this goal, the main primary sources researched was the parish records of baptism. Thus, areas of the parish were designed based on two fundamental concepts: Christianization of the locations (and souls), based on the study of Cláudia Damasceno, who worked with the notion of ecclesiastical circumscription, adapted for the case of Parish of Our lady of Presentation, and the concept of local experimentation, by Yi-Fu Tuan. Christianization the areas was the process of transformation of spatial logic, found previously by the Portuguese, by overlapping the ecclesiastical logic over Indigenous perception, through buildings construction, to initiate people to Catholicism. The experiment, in turn, would be made by the local residents studied and by religious themselves, making these areas, in places, in the sense of achieving new local meanings. It was verified, therefore, that Parish of Our lady of Presentation had at least three distinct places, the City of Natal, the villages around and the parish missions. Then, the focus of this thesis is to analyze how settlers used these different places as religious meanings.

Keywords: Catholic Church; areas; Parish of Our lady of Presentation

**LISTA DE MAPAS**

<b>MAPA 1:</b> Espaços experimentados da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.....	25
<b>MAPA 2:</b> Igrejas e capelas da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.....	30
<b>MAPA 3:</b> Aldeamentos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714).....	98
<b>MAPA 4:</b> Capelas de atuação das Missões Populares.....	124
<b>MAPA 5:</b> Expansão da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação no início do século XVIII.....	163

**LISTAS DE SENHORES DE ESCRAVOS**

<b>LISTA 1:</b> Lista dos senhores que fizeram batizar seus escravos na igreja matriz.....	80
<b>LISTA 2:</b> Lista dos padres que batizaram nos aldeamentos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.....	105
<b>LISTA 3:</b> Senhores de escravos de Guajirú.....	112
<b>LISTA 4:</b> Senhores de escravos de Guaraíras.....	115
<b>LISTA 5:</b> Senhores que batizaram seus escravos na Capela de Santo Antônio do Potengi.....	140
<b>LISTA 6:</b> Senhores de escravos da Capela de São Gonçalo.....	149
<b>LISTA 7:</b> Senhores de escravos de Papary/Mipibu (Capela de Nossa Senhora do Ó).....	151

**LISTA DE FIGURAS**

<b>FIGURA 1:</b> Traçados eclesiásticos da Cidade do Natal.....	65
<b>FIGURA 2:</b> Principais prédios construídos em Natal entre as cruzes do norte e do sul.....	66
<b>FIGURA 3:</b> Padres que atuaram no processo de cristianização espacial da Cidade do Natal (1681-1714).....	75

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1:</b> Igrejas e capelas da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714).....	31
<b>QUADRO 2:</b> Lista dos vigários da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714).....	46
<b>QUADRO 3:</b> Batizados realizados na igreja matriz por cor (1681-1714).....	70
<b>QUADRO 4:</b> Batizados realizados na igreja matriz por condição jurídica (1681-1714).....	71
<b>QUADRO 5:</b> Batizados realizados nos aldeamentos (1681-1714).....	95
<b>QUADRO 6:</b> Condição jurídica dos batizados nos aldeamentos (1681-1714).....	96
<b>QUADRO 7:</b> Pessoas batizadas nas Missões Populares (1681-1714).....	122
<b>QUADRO 8:</b> Condição jurídica dos batizados pelas Missões Populares (1681-1714).....	123
<b>QUADRO 9:</b> Padres que realizaram batizados nas localidades de ação das Missões Populares.....	126

**LISTA DE ABREVIATURAS**

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

LEHS – Laboratório de Experimentação em História Social

LCPCSN – Livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal

LTVSCN – Livros de Termos de Vereação do Senado da Câmara do Natal

SILB – Sesmarias do Império Luso-Brasileiro

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1. CAPÍTULO 1: TRANSFORMANDO ESPAÇOS EM LUGARES: O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NA ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS À FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>2. CAPÍTULO 2: EXPERIMENTANDO O ESPAÇO DA CIDADE DO NATAL.....</b>	<b>59</b>
<b>3. CAPÍTULO 3: ESPAÇO DOS ALDEAMENTOS.....</b>	<b>89</b>
<b>3.1. MORADORES DOS ALDEAMENTOS: ESMIUÇANDO OS AGENTES ESPACIAIS.....</b>	<b>108</b>
a. IGREJA DE SÃO MIGUEL DO GUAJIRÚ.....	108
b. IGREJA DE SÃO JOÃO DAS GUARAÍRAS.....	114
<b>4. CAPÍTULO 4: EM BENEFÍCIO DAS ALMAS: OS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DAS MISSÕES POPULARES.....</b>	<b>118</b>
<b>4.1. LUGARES DE ATUAÇÃO DAS MISSÕES POPULARES.....</b>	<b>131</b>
a. A CAPELA DE SANTO ANTÔNIO DO POTENGI.....	131
b. A CAPELA DE SÃO GONÇALO DO POTENGI.....	142
c. CAPELA DE NOSSA SENHORA DO Ó.....	150
d. CAPELA DE NOSSA SENHORA DO DESTERRO.....	156
e. CAPELA DE CUNHAÚ, UTINGA, JUNDIAÍ E CAMARATUBA.....	158
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>169</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>173</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>178</b>

## INTRODUÇÃO

O Concílio de Trento, em 1545, reafirmava a importância dos sacramentos para a Igreja católica. Por ocasião da Contrarreforma, a Igreja entendia a necessidade de manter e reavivar a fé entre os fiéis, bem como angariar novas almas. O catolicismo vinha perdendo adeptos desde a Reforma Protestante e o surgimento dos movimentos luteranista, calvinista e anglicano.

Na América portuguesa, a Igreja católica manteve as determinações do Concílio de Trento, a princípio, até que, em 1707, foram criadas as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. As Constituições Primeiras eram leis que regulavam a atuação dos padres especificamente nas áreas lusoamericanas. Nesse conjunto de leis católicas, que em parte ainda reafirmavam as determinações do Concílio de Trento, continuava destacando-se um sacramento que, para a Igreja, seria o mais importante – o batismo.<sup>1</sup>

Conforme essas constituições, e mesmo com base no Concílio, o batismo era o sacramento primordial, sendo considerado, como o título desse trabalho sugere, “a porta do céu”. “Porta do céu”, nesse sentido, indica a relevância do sacramento do batismo para os cristãos católicos, uma vez que, somente por meio do batizado o indivíduo poderia conhecer a Deus, e morar no reino dos céus.<sup>2</sup>

O batismo livrava as pessoas do pecado de terem sido concebidas. Ainda que os pais fossem casados, as crianças nasciam em pecado, sendo o batizado responsável pela purificação das almas. Junto a essa purificação, o batismo era ainda a porta de entrada para a vida religiosa, sendo o sacramento que possibilitava a vivência do catolicismo – para confessar-se, receber a eucaristia, casar-se, dentre outras práticas, era necessário, primeiramente, ser batizado.<sup>3</sup> Foi com base nessa concepção, do batismo como uma “porta do céu”, que se pautou esse trabalho.

---

<sup>1</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**/ feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2007.

<sup>2</sup> VIDE, Idem.

<sup>3</sup> VIDE, Idem.

Para o Rio Grande do Norte, até o presente momento, são raros os estudos que se baseiam nos registros desses batizados como principal fundo documental analisado.<sup>4</sup> Os trabalhos consagrados sobre a História do Rio Grande do Norte, notadamente de escritores como Câmara Cascudo, Rocha Pombo, Olavo de Medeiros Filho e Nestor Lima, por serem produto de seus respectivos tempos, ainda não conheciam maneiras de trabalhar com os registros de batismos, que não aquelas voltadas para as construções genealógicas, também importantíssimas para subsidiar futuras pesquisas.

Somente a partir da década de 1950, com as investigações em História sobre famílias e, principalmente, com a aproximação entre Demografia e História, entendeu-se a possibilidade de utilização de registros de batismos como capazes de possibilitar análises sobre as variáveis mais diversas. Essa aproximação permitiu estudos populacionais mais detalhados, pesquisas sobre famílias – inclusive famílias menos abastadas – tornando a História um saber que lentamente conhecia também os sujeitos comuns, e não mais apenas os “grandes heróis”.<sup>5</sup>

Apesar de compartilhar de alguns métodos da Demografia Histórica e de entender que esse trabalho somente foi possível pelo fato de já existirem novas abordagens, este não é um trabalho propriamente de Demografia. Por contar apenas com os registros de batismos, não tendo acesso aos de casamento e óbito, não era possível calcular variáveis demográficas. Além disso, também não foi uma escolha dessa pesquisa se deter especificamente nas questões demográficas, sendo a preocupação maior entender as relações entre as pessoas e os espaços, com ênfase na experimentação espacial conferida pela atuação dos eclesiásticos. Compreende-se, então, que esta dissertação insere-se no campo da História dos Espaços, enveredando pelos caminhos da História da Igreja, uma vez que tentou perceber a atuação dos religiosos e suas relações com as pessoas.

Foi com base nesses novos estudos, e pelo entendimento de que essas áreas do conhecimento histórico possibilitavam mais que a composição de genealogias, que se apropriou dos registros contidos nos fragmentos do livro de batismo da Freguesia de

---

<sup>4</sup> Thiago Torres de Paula defendeu em 2009 uma dissertação que trabalhava com os registros de batismo, enfatizando os batizados de expostos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, no século XVIII.

<sup>5</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

Nossa Senhora da Apresentação.<sup>6</sup> Os registros traziam resquícios da atuação dos homens eclesiásticos, de representantes do Senado da Câmara da Cidade do Natal - e mesmo de pessoas que antes, pelo desconhecimento dessas possíveis formas de análise, seriam marginalizadas - nos espaços. Esses espaços foram sendo experimentados e ganhando novo significado a cada contato desses fregueses com o meio.

Assim, trabalhou-se ao longo dos capítulos que se seguem com dois conceitos fundamentais para se entender o batismo e a relação dos cristãos com os espaços em que habitavam. O conceito de cristianização espacial - baseado na obra de Cláudia Damasceno, mas adaptado para o caso da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação - permitiu verificar, com base na criação de prédios sagrados, a garantia da conversão e da manutenção da fé católica nos diversos espaços da freguesia. Cristianizar os espaços significava construir capelas e igrejas, espaços sagrados onde aconteceriam os atos de fé.

Consoante ao conceito de cristianização dos espaços trabalhou-se, no decorrer do texto, com o conceito de experimentação espacial, do geógrafo Yi-Fu Tuan. De acordo com o geógrafo, ao experimentarem os espaços, por meio de suas vivências, as pessoas imprimiam marcas próprias nos mesmos, transformando os espaços em lugares. Entendeu-se, pois, que a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação ganhou, paulatinamente, marcas da presença portuguesa e, conseqüentemente, traços da religiosidade cristã europeia.

Tendo como norte essa percepção espacial, o objetivo central desse trabalho foi compreender o processo de transformação desses espaços da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação por meio da atuação dos padres, regulares e seculares, e da relação desses eclesiásticos com os espaços e os fregueses. Cristianizar os espaços e as almas significava construir prédios, como as igrejas e capelas, manter a administração dos sacramentos e fiscalizar as ações das pessoas.

Destarte, os fragmentos do livro de Registro de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação possibilitou compreender quais as formas de atuação da Igreja católica no processo que se intitulou aqui de cristianização dos espaços.

---

<sup>6</sup> Entende-se, ao longo deste trabalho, que freguesia e paróquia têm o mesmo significado, sendo ambas uma subdivisão territorial-administrativa de uma diocese ou bispado. Os termos “freguesia” e “paróquia” também são usados para se referir, de um modo mais geral, ao conjunto de pessoas que frequentam uma determinada igreja, aqui, por exemplo, a Matriz de Nossa Senhora da Apresentação.

Entendeu-se que o ato de batizar, gradativamente, inseria e mantinha as pessoas no catolicismo e que, conseqüentemente, vivenciar esse catolicismo alteraria o modo dos fiéis relacionarem-se com os espaços da Freguesia de Nossa da Apresentação.

Ao analisar os registros de batismo, então, foi sabido que a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação era composta por três igrejas e oito capelas. No entanto, a forma de atuação da Igreja, nesses múltiplos espaços, tinha suas especificidades. Nas três igrejas da freguesia – igreja matriz, igreja de São Miguel do Guajirú e igreja de São João das Guaraíras – tinha-se a presença constante de padres, enquanto que as capelas apresentavam grande rotatividade dos padres, o que se chamou, com base nos estudos do especialista Bruno Feitler, de áreas de atuação das “Missões Populares”.<sup>7</sup>

Por serem demasiado sucintos e pelo fato de conterem especificamente a visão da Igreja sobre o sacramento, optou-se nesse estudo por trabalhar a ideia de transmissão da fé católica, entendendo como os padres atuavam nos mais diversos espaços.<sup>8</sup> Nos registros de batismos analisados nem sempre dava pra perceber como as pessoas que estavam sendo batizadas entendiam a recepção daquele sacramento. O livro de registro era um fundo documental produzido pela Igreja, e arraigado de suas impressões, de modo que seria necessário confrontar com outros tipos documentais para entender além da transmissão, a recepção das pessoas, algo que não foi o objetivo desta pesquisa neste momento.

Somado aos registros de batismo, principal documento utilizado para entender esse processo de transmissão da fé, entendeu-se a necessidade de buscar em outros tipos de fontes informações complementares. Por meio do cruzamento entre os dados extraídos dos registros e das cartas de sesmarias, por exemplo, foi possível saber onde residiam alguns dos sujeitos analisados ao longo do trabalho, quais as localidades

---

<sup>7</sup> FEITLER, Bruno. **Nas Malhas da Consciência**: Igreja e Inquisição no Brasil. São Paulo: Alameda, 2007.

<sup>8</sup> Sabe-se que a transmissão não é o único viés que pode ser analisado quando se pensa os assuntos concernentes à fé católica. Estudos como o de Márcia Eliane de Souza e Mello ressaltam tanto as estratégias da Igreja de levar a mensagem evangélica ao novo mundo, como também se preocupam com as formas de recepção dessa mensagem. Contudo, a documentação utilizada por Márcia de Souza Mello, diferentemente dos registros de batismo, possibilitavam saber sobre essa recepção, algo pouco possível de ser feito com o conjunto de fontes que se tinha para o desenvolvimento desta pesquisa. Ver: MELLO, Márcia Eliane A. de Souza e. **Fé e Império**: as juntas das missões nas conquistas portuguesas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

mais povoadas e os motivos pelos quais utilizavam determinadas capelas e igrejas em detrimento a outras.

Acrescenta-se, ainda, ao leque de documentos consultados, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, legislação específica para o caso da América portuguesa e que serviu justamente para entender o pensamento da Igreja católica a respeito desse processo de transmissão da fé. Além das cartas de sesmarias e das Constituições Primeiras, trabalhou-se com os termos de vereação do Senado da Câmara da Cidade do Natal pelo fato de diversas pessoas que estavam batizando seus filhos nas capelas e igrejas terem algum vínculo com a câmara - fosse como vereador, procurador ou juiz ordinário - e ainda com a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, que possibilitou um panorama geral da sociedade do período estudado (1681-1714).

Dessa forma, optou-se por dividir as considerações acerca do tema em quatro capítulos, sendo o primeiro capítulo mais introdutório, contendo informações que fornecessem subsídios para a compreensão de todo o trabalho, e os três demais, que visam contemplar diretamente as diversas formas de atuação do clero sobre os espaços. Nesses três últimos capítulos, foi escolhido trabalhar com um padrão, de modo que as subdivisões de cada capítulo são as mesmas, visando comparar os dados encontrados para cada localidade. O padrão encontrado nos capítulos 2, 3 e 4, versam sobre uma pequena introdução, especificando o lugar (es) trabalhado em cada capítulo, as pessoas que foram batizadas, sua cor e condição jurídica, os padres que atuaram em cada local e os senhores de escravos arrolados na documentação.

No primeiro capítulo, entretanto, privilegiou-se elucidar informações introdutórias ao entendimento dos demais espaços e legislação eclesiástica. Como se pretendia abordar os espaços com base na atuação dos padres, acreditou-se ser importante exemplificar como esses eclesiásticos entendiam a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, quais as normas utilizadas para garantir o processo de conversão de novas almas e, sobretudo, a manutenção dos cristãos na fé católica. Esse capítulo apresenta, por exemplo, as determinações sobre o batismo, como o mesmo era entendido pelos religiosos e qual a sua importância. Apresenta, ainda, como será entendida a questão espacial ao longo de todo o trabalho, colocando o leitor a par das escolhas teóricas.

No segundo capítulo, conforme a lógica escolhida, iniciou-se a discussão no que diz respeito propriamente à atuação dos padres sob um espaço específico: a Cidade do Natal. A Cidade do Natal era considerada um centro de poder eclesiástico, destacando-se por ser um centro de onde exalavam as determinações religiosas para toda a freguesia, por meio da figura do vigário, padre responsável pela organização de toda a freguesia e pela propagação e manutenção da fé católica. Junto a isso, a atuação dos padres na Cidade do Natal, especificamente na igreja matriz, levava ao contato, muitas vezes, com pessoas de renome da capitania, como os senhores Gonçalo da Costa Faleiro, Antônio Dias Pereira, Alberto Pimentel, Manuel Gonçalves Branco e Bernardo Vieira de Melo, que permitiram exemplificar as relações entre eclesiásticos, os espaços e seus fregueses.

Já no terceiro capítulo, foram analisadas as áreas de atuação dos padres cujos espaços eram as igrejas dos aldeamentos. De acordo com os dados extraídos dos registros, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação continha três igrejas, a matriz, analisada no segundo capítulo, e outras duas, ambas situadas em aldeamentos: as igrejas de São Miguel do Guajirú e a de São João das Guaraíras. Nesse capítulo, tentou-se demonstrar que os espaços dos aldeamentos tinham uma lógica própria, sendo os padres regulares os principais atuantes na sua modificação.

No quarto capítulo, por fim, escreveu-se sobre as áreas de atuação das missões populares, incluindo os espaços cuja atuação dos padres era feita nas capelas de Nossa Senhora do Ó (Papari/Mipibu), Nossa Senhora do Desterro (Igramació/Vila Flor), São Gonçalo do Potengi, Santo Antônio do Potengi, Cunhaú, Jundiá, Utinga e Camaratuba. Por meio da compilação dos dados extraídos dos registros percebeu-se que os padres atuavam de forma itinerante nessas localidades, não se fixando por longos períodos, mas os visitando esporadicamente, quando estavam em missões cristianizadoras.

Dessa forma, cada um dos quatro capítulos foi pensado no sentido de atestar as diversas formas de atuação dos padres, regulares e seculares, nos múltiplos espaços da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. O espaço da Cidade do Natal, os espaços das igrejas dos aldeamentos, e ainda os espaços das capelas, tinham uma lógica própria, criada pelos padres. Portanto, cada um desses capítulos tentou mostrar as estratégias dos padres para abrir a “porta para o céu”.

## Capítulo 1

### Transformando espaços em lugares: o papel da Igreja católica na atribuição de sentidos à Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação

Media a capitania [do Rio Grande] 100 léguas de costa, desde a Baía da Traição até o rio Jaguaribe, sendo uma das maiores. Incluía parte dos estados da Paraíba e do Ceará e tinha como limite para o interior o meridiano de Tordesilhas. (ALBUQUERQUE; TRINDADE, 2005. p. 23-24)<sup>9</sup>

Pensar a formação dos espaços, durante o período colonial, tem-se mostrado um desafio inquietante. A noção de espaço enquanto uma construção humana, do geógrafo Yi-Fu Tuan, corrobora para o pensamento de que os espaços, em quaisquer periodizações, são organizados de acordo com a lógica das pessoas que vivem nele, experimentando, criando atribuições e formas, enfim, conferindo significados.<sup>10</sup> Foi nesse sentido, de um espaço praticado, que se entendeu, nessa dissertação, a construção dos espaços da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação – Capitania do Rio Grande (do Norte).<sup>11</sup> Essa experimentação seria produto das relações sociais entre moradores e os clérigos, que cristianizavam esses espaços, organizando-os sob a ótica cristã católica.

Assim, a cristianização dos espaços, conceito próprio pensado com base nos registros analisados, seria o processo de atuação eclesiástica, como também dos moradores já cristãos, que incidia em um determinado espaço, criando marcos da presença da Igreja católica no local. Cristianizar, espaços ou almas, implicava na construção de prédios, na administração dos sacramentos, e mesmo na fiscalização das ações das pessoas. Desse modo, haveria a organização de uma sociedade, e seus espaços, em torno daquilo que a Igreja acreditava ser o ideal para a freguesia.

<sup>9</sup> ALBUQUERQUE, Geraldo; TRINDADE, Sérgio. **Subsídios para o estudo da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2005. p. 23-24.

<sup>10</sup> TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

<sup>11</sup> Segundo a arquidiocese de Natal, em 21 de novembro de 1753, um grupo de pescadores encontrou um caixote de madeira encalhado em umas rochas na margem direita do Rio Potengi, na atual Pedra do Rosário, Cidade do Natal. Dentro do caixote havia uma imagem de Nossa Senhora do Rosário e uma mensagem: “Aonde esta imagem aportar nenhuma desgraça acontecerá”. Os pescadores teriam comunicado essa descoberta ao vigário da paróquia, padre Manoel Correia Gomes. Contudo, como o dia 21 de novembro é o dia da Apresentação de Maria ao Templo de Jerusalém, a santa foi batizada como Nossa Senhora da Apresentação e proclamada padroeira da cidade do Natal. Disponível em: <http://arquidiocesedenatal.org.br/padroeiro> Acesso em: 09 de novembro 2015.

Pretendeu-se, pois, analisar como os espaços da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação foram adquirindo significado para o morador (de origem portuguesa ou não), cristão, e sendo resignificado para os grupos indígenas, transformando-se no que o mesmo geógrafo mencionado conceituou como “lugar”. Segundo Tuan, ao experimentar um espaço, dotando o mesmo de significados próprios, esse espaço passaria a ser um lugar.<sup>12</sup> Teria sido assim que, supostamente, os portugueses impregnaram o espaço com sua organização própria. Aqui nesse trabalho, especificamente, serão analisados os aspectos religiosos dessa organização espacial.

Na citação extraída do livro “Subsídios para o estudo da História do Rio Grande do Norte”, como epígrafe deste capítulo, Geraldo Albuquerque e Sérgio Trindade narraram os prováveis limites que a capitania do Rio Grande teria no momento em que foi doada, pela Coroa portuguesa, aos seus primeiros donatários – João de Barros e Aires da Cunha.<sup>13</sup> A narração, por si só, já denota a complexidade espacial da capitania – “100 léguas de costa, desde a Baía da Traição até o rio Jaguaribe, sendo uma das maiores. Incluía parte dos estados da Paraíba e do Ceará e tinha como limite para o interior o meridiano de Tordesilhas”.<sup>14</sup>

Pela narrativa, nota-se claramente que não se tinha limites precisos nessa época. Eram 100 léguas de costa da Baía da Traição ao Jaguaribe, contudo, não se sabia com precisão sobre esses limites – a partir de qual parte do rio, do seu início, do seu fim?<sup>15</sup> Onde já se tinham, efetivamente, povoações dentro dessa jurisdição? E ainda: Qual a “parte” das capitanias do que viria a ser a Capitania da Paraíba e da Capitania do Siará Grande seria compreendida nessa jurisdição? Essas são algumas questões norteadoras dessa pesquisa, que intenta entender uma dessas jurisdições - a eclesiástica.

Nesse sentido, o objeto de estudo trabalhado nos capítulos que se seguem, foi essa transformação do espaço em lugar, tentando perceber como o espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação tornou-se um lugar com base na experimentação da Igreja católica – tanto por meio do clero regular, quanto do clero secular, e ainda dos fregueses.<sup>16</sup> O clero regular - por ser a Capitania do Rio Grande um

---

<sup>12</sup> TUAN, Idem.

<sup>13</sup> ALBUQUERQUE, Geraldo; TRINDADE, Sérgio. **Subsídios para o estudo da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2005. p. 23-24.

<sup>14</sup> Idem. p. 23-24.

<sup>15</sup> Lembrar que os rios mudam de trajeto ao longo do tempo, tornando o fato de ser utilizado para uma delimitação de fronteira algo ainda mais volúvel.

<sup>16</sup> O clero secular era formado pelos clérigos do hábito de São Pedro, sendo os responsáveis pela administração da Igreja católica, enquanto que os clérigos regulares seriam aqueles que seguiam as

espaço tão amplo, dotado apenas de uma freguesia - tinha um papel fundamental na “cristianização das almas”, chegando aos locais onde o clero secular não conseguia chegar com frequência.

Entende-se por “cristianização das almas” a dinâmica eclesiástica, fosse do clero secular ou regular, que visava converter e manter os povos conforme a conduta explicitada nos evangelhos bíblicos. Uma das principais formas de conversão seria a viabilização dos sacramentos aos fiéis, principalmente o batismo, por anunciar a conversão dos povos no “mundo católico”. Esse conceito foi pensado com base na obra de Cláudia Damasceno, “Vilas e Arraias d’el rei”, sendo, contudo, adaptado ao caso da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Damasceno trabalhava a região das Minas Gerais, uma área de atração de pessoas e religiosos, diferentemente do caso da freguesia aqui analisada, cujo processo de cristianização de pessoas, e espaços, ocorreu gradativamente.

Com base nesse processo de cristianização, privilegiou-se estudar a jurisdição eclesiástica experimentada, sendo analisadas apenas as áreas de influência direta da Igreja católica – os espaços praticados nos entornos de capelas e igrejas da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.<sup>17</sup> Não se intentou, todavia, trabalhar com o espaço da Capitania do Rio Grande como um todo, mas os lugares que circundavam as igrejas e capelas, onde os espaços foram experimentados e cristianizados pelos moradores e clérigos, transformando-se em lugares.

---

normas das ordens religiosas. Para maiores esclarecimentos sobre essa distinção ver: <http://www.veritatis.com.br/inicio/espaco-leitor/5927-qual-a-diferenca-entre-clero-secular-e-regular>

Acesso em: 30 de maio de 2015.

<sup>17</sup> Apesar de a jurisdição da igreja ser tida, genericamente, como a mesma da civil-militar, o espaço praticado era outro, assim como, provavelmente, o espaço praticado civil-militar também fosse, embora não seja o intuito dessa pesquisa analisar este último. Portanto, o espaço aqui analisado corresponde aos lugares de atuação da Igreja católica, compreendendo áreas que possuíam capelas e/ou igrejas.

**Mapa 1:** Espaço experimentado da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: Elaboração de Renata Assunção da Costa, com base no Google Earth.<sup>18</sup>

O mapa acima foi feito com base no programa Google Earth. Inicialmente, foram marcadas todas as capelas e igrejas mencionadas na documentação analisada - os fragmentos de registros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714), encontrados no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.<sup>19</sup> Depois, construiu-se uma mancha em torno dessas localidades. Deve-se lembrar que esse mapa representa apenas as áreas de atuação física da Igreja católica – representadas pelas capelas e igrejas - sendo essa mancha branca o espaço que estava sendo transformado em lugar pelo processo simbólico de cristianização direto dos espaços e das almas da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

No entanto, a atuação espiritual poderia perpassar esses espaços – capelas e igrejas – haja vista que os padres poderiam ser levados às expedições aos sertões. Além disso, a realização do batismo poderia ser feita por qualquer pessoa, em casos

<sup>18</sup> Todos os mapas de elaboração da própria autora foram feitos por meio da análise dos registros de batismos.

<sup>19</sup> Essa documentação foi cedida ao Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS), pelo professor João Filipe Trindade.

emergenciais, o que implica afirmar que o processo de cristianização não estava restrito às áreas delimitadas pelo mapa. Assim, pensou-se em fazer uma mancha não para limitar a área de atuação da Igreja católica, mas justamente por entender a fluidez dessas fronteiras de confluência entre “cristãos e infiéis (bárbaros; não-cristão)”, entre os marcos físicos e a atuação espiritual.<sup>20</sup>

A circunscrição eclesiástica traçada no mapa acima não leva em consideração os limites da Capitania do Rio Grande, entendendo-se aqui que os espaços que estavam para além da mancha branca – e da própria noção eclesiástica atribuída – ainda seria “sertão” e, como tal, tendo ainda pouca influência de marcos eclesiásticos, tais quais igrejas e capelas. Entende-se por sertão, neste trabalho, uma região afastada do mar,<sup>21</sup> cujas povoações ainda não eram estáveis.<sup>22</sup>

Segundo Cláudia Damasceno, que trabalhou com a transformação espacial do antigo sertão de Cataguases, região das Minas Gerais, o termo sertão, no período colonial, “(...) designa o interior desconhecido, selvagem e mítico da colônia, [e] pode ser considerado como um dado pré-existente à colonização, ou ainda como o negativo do processo de povoamento e urbanização (...).”<sup>23</sup> Continua sua análise, porém, para explicar que, apesar de ter essa significação, nesse período mencionado, o sertão não consistia em um espaço vazio, mas era um local em perpétuo “vir a ser” – sendo esse sertão paulatinamente convertido em territórios.<sup>24</sup>

Como pensou o geógrafo Pierre Monbeig, os espaços ainda não estavam definidos, no período colonial, sendo o sertão – entendido pelo autor como um território ainda vazio – uma espécie de fronteira/limite. No entanto, esse limite que o sertão representava era movente e indefinido, ao passo que entendeu os espaços como “franjas”. Para Monbeig, não se pode pensar os espaços dessa época com base na lógica de linhas contínuas, mas de franjas, tendo em vista que essas franjas seriam moventes, estando em permanente reelaboração.<sup>25</sup>

---

<sup>20</sup> Os colonizadores acreditavam que os indígenas não convertidos, de diversos grupos, eram bárbaros, por aqueles terem a concepção de que a cultura cristã civilizava, enquanto que a cultura local (dos indígenas), bem como seu conjunto de crenças, eram incivilizadas – com base no eurocentrismo do colonizador.

<sup>21</sup> BLUTEAU, Raphael Pe. **Vocabulário Portuguez e Latino**. UERJ: 5000 anos do Brasil. CD-Rom.

<sup>22</sup> Apesar de não contar com povoações estáveis, o “sertão” (ou sertões) era visitado esporadicamente, não sendo entendido como um espaço completamente desconhecido, ou mesmo “deserto”.

<sup>23</sup> DAMASCENO, Cláudia. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 54.

<sup>24</sup> DAMASCENO, Cláudia. **Idem**. p. 54.

<sup>25</sup> MONBEIG, Pierre. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

Na Capitania do Rio Grande, nesse período de transição, entre os séculos XVII e XVIII, sabe-se que os limites estavam sendo gradativamente modificados, a exemplo do antes sertão do “Assu”, que estava sendo povoado nesse período, deixando de ser um “sertão/vazio” e passando a se tornar um lugar, para o conquistador, por meio da conquista.<sup>26</sup> Nesse período, entretanto, não foi apenas o Assu que ganhou forma, aos olhos dos colonizadores. Posterior à modificação dessa fronteira, foi a ribeira do Mossoró (ou Moxoró) que ganhou forma.<sup>27</sup>

Pretende-se, com isso, explicar que esse período, de 1681 a 1714, foi um momento de constante transformação (re-elaboração) espacial na Capitania do Rio Grande, que estava passando pelo processo de cristianização de pessoas e espaços. Para o colonizador, à medida que um espaço ia sendo conhecido, deixava de ser uma superfície lisa, ganhando “asperezas” e contornos mais distintos, passando a abrigar marcos espaciais com denominações próprias.<sup>28</sup>

De início, algumas ponderações devem ser feitas sobre a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação e também sobre a constituição eclesiástica vigente nesse período (1681-1714). O primeiro fator indispensável ao entendimento da formação de freguesias na América portuguesa, de maneira geral, parte do pressuposto da ideia de que Portugal seria um reino “escolhido por Deus” para propagar a fé, como discutiu em “Nas malhas da consciência”, Bruno Feitler.<sup>29</sup>

Para analisar o espaço experimentado da Freguesia em questão, não se pode esquecer de um segundo fator: que o padroado estava em vigência. O padroado consistia em um tratado entre a Igreja católica e a Coroa portuguesa, no qual “a Igreja delegava aos monarcas dos reinos ibéricos a administração e organização da Igreja católica em seus domínios [e] o rei mandava construir igrejas, nomeava padres e os bispos, sendo

---

<sup>26</sup> SILVA, Tyego Franklim da. Para castigar e destruir: “guerra justa” e a guerra de Manuel Álvares de Morais Navarro. **II Encontros Coloniais.** on line. Disponível em [http://www.cchla.ufrn.br/encontroscoloniais-lehs/textos/Tyego\\_Encontros\\_2014.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/encontroscoloniais-lehs/textos/Tyego_Encontros_2014.pdf) Acesso em: 23 de fevereiro de 2015.

<sup>27</sup> DIAS, Patrícia de Oliveira. O conquistador Teodósio da Rocha: conquista e povoamento da ribeira do Mossoró no início do século XVIII. **III Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades.** Anais de evento. UFRN-CERES, 2013.

<sup>28</sup> DAMASCENO, Cláudia. **Arraiais e vilas d'el rei:** espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 74.

<sup>29</sup> FEITLER, Bruno. **Nas Malhas da Consciência:** Igreja e Inquisição no Brasil. São Paulo: Alameda, 2007.

estes depois aprovados pelo papa”, ou seja, os poderes temporal e espiritual estavam intimamente ligados.<sup>30</sup>

A Capitania do Rio Grande convivia com duas jurisdições complementares - a administrativa-militar e a eclesiástica. As conquistas portuguesas eram feitas pela união indissolúvel da cruz e da Coroa protegida pelas armas.<sup>31</sup> Conforme o discurso do padre Antônio Vieira, Portugal “(...) havia sido criado por Deus para propagar a fé cristã no mundo, e que ao mesmo tempo, o destino do reino dela dependia”.<sup>32</sup> Segundo Boxer, “(...) quanto mais Portugal atuar de acordo com esse propósito [de evangelizar os povos], mais certa e segura é a sua preservação; e quanto mais divergir disso, mais incerto e perigoso é o futuro”.<sup>33</sup>

No sentido de entender o espaço da Freguesia com base na interferência da Igreja católica, será feita a análise do espaço por meio dos fragmentos do Livro de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).<sup>34</sup> Os registros analisados compreendem o período de 1681 a 1714. Nesse período, transição entre duas centúrias, foram batizadas 930 pessoas, entre crianças e adultos, livres, escravos e libertos. Para a realização desses batizados, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação contou com a presença de 62 padres – regulares e seculares, sendo cinco vigários, seis coadjutores, 17 missionários, e ainda 33 demais, que não foi possível saber a vinculação, provavelmente padres em missão.

A Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação contava com uma igreja matriz, de mesma devoção e mais duas igrejas,<sup>35</sup> situadas nos aldeamentos<sup>36</sup> – Igreja de São Miguel do Guajirú e Igreja de São João das Guaraíras. A freguesia contava ainda

---

<sup>30</sup> OLIVEIRA, Marlon Anderson. Entre a Coroa e a cruz: a Igreja colonial sob a Égide do padroado. ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. **Mneme** – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em: [www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anaais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anaais). p. 1

<sup>31</sup> MORAES, Douglas Batista. **Bem nascer, bem viver, bem morrer**. A administração dos sacramentos da Igreja em Pernambuco. (1650 a 1790). Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Pernambuco, 2001. p. 21.

<sup>32</sup> MORAES, Idem p. 22.

<sup>33</sup> BOXER, Charles R. **A Idade do Ouro do Brasil**: Dores de crescimento de uma sociedade colonial. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 98.

<sup>34</sup> Infelizmente, não se tem, para o período, outros registros eclesiásticos – casamentos, óbitos.

<sup>35</sup> Preferiu-se usar a terminologia empregada na documentação – Igreja de São Miguel do Guajirú e Igreja de São João das Guaraíras.

<sup>36</sup> Aldeamentos eram espaços de conversão de índios de diversas etnias. Nesses espaços havia a presença fixa de um padre superior, que deveria garantir a cristianização dos índios, bem como a liberdade dos mesmos. Ao serem aldeados, os índios tornavam-se vassallos do rei, não sendo permitida, em tese, sua escravização. Os aldeamentos serão trabalhados mais efetivamente no terceiro capítulo deste trabalho.

com oito capelas: Capela de Santo Antônio do Potengi, Capela de Nossa Senhora do Ó, também chamada de Capela de Nossa Senhora da Expectação, Capela de São Gonçalo, Capela de Nossa Senhora da Purificação, Capela de Nossa Senhora do Desterro, Capela de Cunhaú, Capela de Nossa Senhora do Socorro e Capela de Camaratuba (PB).

Segundo o bispo de Pernambuco, Doutor Francisco de Lima, foi informado ao seu bispado, com base na visita feita pelo seu procurador, o Doutor Manoel Banha Quaresma, em 1700, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação contava apenas com “(...) matriz de nossa senhora da Apresentação com Vigário Coadjutor, 9 sacerdotes paroquianos divididos pela freguesia, 6 capelas, 5 confrarias [e] 400 fogos”.<sup>37</sup>

A informação do bispo Francisco de Lima apresenta uma ligeira discrepância daquela encontrada nos registros de batismos, nos quais o número de capelas, até o ano de 1700, era de oito, e não de seis como o bispo informava. Todavia, pelo fato de a capela de Camaratuba ter sido mencionada apenas uma vez nos registros, e pela localidade em que se encontrava, acredita-se que não pertencia à jurisdição da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, mas à Freguesia de Mamanguape, na Capitania da Paraíba. Entende-se que as igrejas dos aldeamentos, inicialmente tidas como capelas, provavelmente não foram contabilizadas, ou mesmo se pode pensar que o número das capelas informadas estivesse defasado, tendo duas capelas não contabilizadas. De toda forma, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação contava com um total de três igrejas e oito capelas, como se percebe pelo mapa abaixo.

---

<sup>37</sup> Visita que o bispo de Pernambuco estado do Brasil nas Índias Ocidentais, D. Fr. Francisco de Lima faz ad sacra limina Apostolorum, e notícia, que dá do seu bispado a sua santidade pelo seu procurador o Doutor Manoel Banha Quaresma em 1700. Localização: Congregazione del Concílio, Relationes Diocesium, 596 (Olinden). Gostaria de agradecer a Bruno Kawai Souto Maior de Melo por apresentar essa fonte ao LEHS.

**Mapa 2:** Igrejas e capelas da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: Elaboração de Renata Assunção da Costa, com base no Google Earth

O mapa acima indica os lugares onde foram construídas as igrejas e capelas mencionadas nos registros – situados na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sendo apontados os lugares de fixação dessas capelas, que acabavam por ser também os locais em que estavam situados os povoados já consolidados da Capitania do Rio Grande.

O quadro abaixo, por sua vez, apresenta as igrejas e capelas existentes na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação até o ano de 1714, seguidas do ano em que começaram os registros para cada uma delas. Com base no quadro, percebeu-se que apenas a capela de Jundiá não tinha sido criada até o ano de 1700, quando o visitador do bispo Francisco de Lima teria feito a suposta visita.

**Quadro 1:** Igrejas e capelas da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714)

<b>Ano que começam os registros nas localidades</b>	<b>Denominação</b>	<b>Localidade à época</b>	<b>Localidade atual</b>
1681	Igreja de Nossa senhora da Apresentação	Natal	Natal
1681	Igreja/capela de São João do Guaraiás	Guaraiás	Arez
1681	Capela de Santo Antônio do Potengi	Rio Potengi	São Gonçalo
1683	Capela de São Gonçalo	Rio Potengi/São Gonçalo	São Gonçalo
1686	Capela de Nossa Senhora da Purificação	Cunhaú	Cunhaú
1687	Capela de Nossa Senhora do Ó ou expectativa	Papary	São José do Mipibú
1690	Capela de Nossa Senhora do Desterro	Igramació	Vila Flor
1692	Capela de Camaratuba	Mamanguape	Mamanguape-PB
1694	Igreja/capela de São Miguel da Aldeia de Guajirú	Aldeia de Guajirú	Estremoz
1708	Capela de Nossa Senhora do Socorro	Utinga	São Gonçalo
1711	Capela de Jundiáí	Jundiáí	São Gonçalo

Fonte: Livro de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

Ao analisar o quadro acima, entende-se que das três igrejas da freguesia, apenas a de São Miguel do Guajirú teve os registros feitos a partir do ano de 1694, tendo a igreja matriz e a de São João das Guaraiás registrado desde o ano de 1681, data inicial desse estudo. Acredita-se, pois, que os registros de Guajirú, para esse período, tenham sido perdidos.

Dentre as capelas, diferentemente, apenas a de Santo Antônio do Potengi tem registros para o ano de 1681, seguida pela de São Gonçalo em 1683. Ao que os registros indicam, essas teriam sido as duas primeiras capelas criadas, após a retomada dos espaços, pelos conquistadores. O motivo pelo qual essas capelas foram fundadas

ainda no início da década de 1680, provavelmente tem relação com o fato de estarem situadas em uma área de circulação, entre o sertão e o litoral, tendo em vista que as tentativas de colonizar o sertão da capitania já haviam sido iniciadas nesse período, como se verá no quarto capítulo deste trabalho.

Com base no quadro acima, pode-se analisar ainda que o aumento de capelas na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sobretudo na primeira metade do século XVIII, representa tanto o aumento da jurisdição eclesiástica, quanto o próprio crescimento populacional, afinal, se estavam construindo novas capelas era pra suprir uma demanda espiritual dos fiéis católicos. Percebe-se, então, que a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação estava expandindo-se – em termos de fiéis e, conseqüentemente, de espaços - na primeira metade do século XVIII.

As três últimas capelas desse quadro, a de Nossa Senhora do Socorro, a de Jundiá e a de Camaratuba (Mamanguape), começaram a aparecer no livro de registros apenas nos anos de 1709, 1711 e 1692, respectivamente, tendo a última delas, ou seja, a capela de Camaratuba, situada em Mamanguape, somente uma pessoa sendo registrada. Esse registro era de uma escrava, embora não tenha sido especificado se era de origem africana, provavelmente fosse nascida já na América portuguesa. Úrsula, a escrava citada, teria sido batizada nessa capela, de Camaratuba, situada em Mamanguape (PB). Pelo seu registro, não foi possível saber o nome dos seus pais, nem a sua idade. Soube-se apenas que Úrsula teve como madrinha uma senhora chamada Joana Camelo e como padrinho Antônio Freire.<sup>38</sup>

A partir da década de 1720 houve a diminuição da Freguesia, ocasionada pela criação de novas freguesias, como a de São João do Assu (1726), e a de Nossa Senhora dos Prazeres (1746), ainda na primeira metade do século XVIII.<sup>39</sup> O surgimento de outras freguesias, culminando na redução da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, não retrata a diminuição do poderio católico, tampouco da jurisdição eclesiástica, que ficava cada vez mais forte, pois com a criação de novas freguesias tinha-se um controle ainda maior dos espaços/almas, pela Igreja católica.

Esse possível aumento populacional justifica, dentre outros motivos, a própria expansão colonizadora rumo aos sertões, bem como a formação de novos

---

<sup>38</sup> Esse registro era extremamente sucinto, não contendo o nome do proprietário da escrava Úrsula.

<sup>39</sup> SILVA FILHO, José Rodrigues. **Os homens de Deus na terra dos homens**: os vigários seculares na Capitania do Rio Grande no século XVIII. Monografia de conclusão do curso de História, UFRN. 2012. p. 31.

grupos de povoamento estáveis. A criação de aldeamentos, de certa forma, reunia os “antigos moradores”, notadamente os indígenas de diversos grupos, em pequenas porções de terra, de modo a “liberar” o espaço para os colonizadores. De acordo com Manuela Carneiro da Cunha, essa política de concentração populacional, dos aldeamentos, teria sido nefasta, favorecendo o surgimento de epidemias, como o sarampo e a varíola, agentes de dizimação populacional.<sup>40</sup>

Deve-se lembrar de que a chamada “Guerra dos Bárbaros” apresentava esse processo de expansão territorial, fruto do aumento populacional e do anseio da Coroa portuguesa (e dos seus representantes) em povoar suas terras. Foram criados assim novos aldeamentos que, por sua vez, viriam a constituir novas vilas, na segunda metade do século XVIII. Contudo, o processo de expansão aos sertões, mesmo sendo fruto do crescimento populacional, não seria positivo para todos os setores sociais. Como Manuela Cunha analisou, o contato com o estrangeiro trouxe problemas notórios aos índios da América, de forma geral. Desse modo, as guerras existentes pelo processo de entradas, aos sertões, cujo ápice ficou conhecido como “Guerra dos Bárbaros”, contribuíram para a dizimação de muitos índios – que habitavam esses sertões antes da chegada do colonizador, ou que já haviam saído do litoral visando protelar esse embate.<sup>41</sup>

Apesar de muitos índios terem sido assassinados, os registros evidenciam a sobrevivência de alguns que foram batizados. Privilegiou-se trabalhar apenas com os totais referentes aos batizados, ou ainda com os agentes envolvidos nos registros, a saber: pai, mãe, padrinhos e, sobretudo, com os párocos, principais responsáveis pelo processo primordial dessa dissertação – a cristianização espacial.

Desde o movimento da Contra Reforma, na Europa, foi despertada a intenção de distinguir e controlar os membros da Igreja católica. A prática de contagem de pessoas existiu desde a primeira dinastia do Egito, mas foi somente com a Contra Reforma que se percebeu a necessidade de registrar todos os membros da igreja.<sup>42</sup> A proposta de registrar esses fiéis foi levada ao Concílio de Trento (1545-1563) que criou

---

<sup>40</sup> CUNHA, Manuel Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/COMPANHIA DAS LETRAS, 1998. p. 13.

<sup>41</sup> CUNHA, Idem, P. 13.

<sup>42</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836**. São Paulo: HUIITEC, Edusp, 2000.

um modelo, inicialmente para os registros de batizado e casamento e, apenas posteriormente, para o de óbitos.<sup>43</sup>

O Concílio de Trento, então, estabeleceu os dados que deveriam conter em cada um dos registros feitos. Segundo as determinações do Concílio, os registros de batismo deveriam ter: o nome completo do batizando, o nome dos seus pais, quando conhecido, o local da residência dos pais, além do nome de pelo menos um padrinho, embora o ideal fosse que cada registro tivesse dois padrinhos/testemunhas. Os padrinhos serviriam tanto como guias espirituais dos nascidos, como testemunhas do ato do batizado.<sup>44</sup>

No caso específico da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, porém, não se tinha o local onde os pais da criança residiam. Percebe-se que, embora os registros fossem elaborados com informações básicas, que poderiam ser fornecidas pelos próprios pais aos padres, estes não estavam registrando a localidade onde residiam. É possível que todos os registros feitos fossem de pessoas que moravam na freguesia, fato pelo qual os vigários preferiram não ressaltar a informação. De forma diferente, pode ser ainda, que os vigários silenciassem essa informação por não terem como comprovar o lugar de moradia de algumas dessas pessoas, preferindo fazer todos os registros sem esse dado. De toda forma, sabe-se que essa informação não foi especificada em nenhum dos 930 registros analisados.

As informações sobre os batizados, instituídas pelo Concílio de Trento, deveriam ser mantidas em um livro especial, sendo encadernado e guardado na igreja matriz, destinado especificamente ao registro das mesmas e sendo de inteira responsabilidade do vigário da freguesia. O vigário era responsável pela guarda do livro e pela sua conservação, no arquivo da paróquia.<sup>45</sup>

Na América portuguesa, segundo Maria Luíza Marcílio, eram seguidas as mesmas determinações que em Portugal, até o ano de 1707, quando os registros passaram a ser regulamentados pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.<sup>46</sup> Com as regulamentações promovidas pelas Constituições Primeiras, deveria ser incluído nos registros também os nomes dos avós do batizando, além da residência dos membros envolvidos. Pelo fato de a religião católica ser oficial na América portuguesa,

---

<sup>43</sup> Somente em 1614, com o papa Paulo V, criou-se um modelo para os registros de óbitos.

<sup>44</sup> MARCÍLIO, Maria Luíza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. *Revista Varia Historia*, 2004. p. 13-20.

<sup>45</sup> SILVA FILHO, José Rodrigues. **Os homens de Deus na terra dos homens**: os vigários seculares na Capitania do Rio Grande no século XVIII. Monografia de conclusão do curso de História, UFRN. 2012.

<sup>46</sup> Marcílio, Maria Luíza. *Op cit.* 2004. p. 13-20.

todos os indivíduos que nascessem, casassem, ou morressem, deveriam ser registrados. Mais uma vez, percebeu-se uma diferença entre aquilo que estava sendo imposto pela legislação eclesiástica e a prática na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Nos registros analisados não constavam os avós dos batizados.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia foram criadas em 1707, sendo as únicas leis eclesiásticas pensadas especificamente para o caso da América portuguesa no período colonial. Acreditava-se que as Constituições de Lisboa não serviam plenamente para reger uma localidade tão diversificada.<sup>47</sup> Essas Constituições regiam grande parte das ações da Igreja católica, evidenciando, inclusive, como cada clérigo deveria proceder frente às diversas circunstâncias que porventura acontecessem.

Parte dos registros de batismos analisados nessa dissertação foi produzida com base nessa legislação. Como mencionado, as constituições, embora tenham sido criadas somente em 1707, seguiam boa parte das determinações do Concílio de Trento, de modo que, apesar das alterações, o princípio central da Igreja católica, ou seja, a crença na Trindade Santíssima – Pai, Filho e Espírito Santo, como um só – permaneceu e ainda permanece presente como inspiração para o corpo da Igreja.

Segundo consta nas Constituições, “O batismo é o primeiro de todos os sacramentos, e a porta por onde entra a Igreja Catholica”.<sup>48</sup> Foi com base nessa afirmação que se percebeu a necessidade de explicitar quão importante era esse sacramento para a vida cristã, no período colonial. Por isso a necessidade de entender o funcionamento do batismo e as determinações da Igreja em relação ao mesmo.

O batismo, um dos sacramentos religiosos, na doutrina cristã, é o sacramento de maior amplitude e relevância. O motivo de o batizado ser tão importante é justamente por significar a “porta do céu”. Ao ser batizado, o indivíduo, que antes estaria em pecado - pelo fato de ter sido concebido, mesmo que seus pais fossem casados segundo a lei de Deus - deixaria seus pecados para trás, abrindo uma “porta para o céu”. A pertinência do batizado confere-se nessa entrada ao céu, possibilitada por ocasião do batismo.

---

<sup>47</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**/ feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2007. p. 34.

<sup>48</sup> VIDE, Idem. p. 12

Além disso, o batismo é o primeiro de todos os sacramentos, não podendo receber outro sacramento sem antes ser batizado, ou seja, o batismo também era uma “porta” para os demais sacramentos, de modo que, não se poderia casar, por exemplo, na Igreja, sem que se fosse batizado, tampouco receber qualquer outro dos cinco sacramentos seguintes – confirmação, eucaristia, penitência, extrema-unção, ordem. Cada um desses sacramentos tinha por objetivo a santificação, então, quanto mais sacramentos uma pessoa recebesse, mais santificada ficaria.<sup>49</sup>

O problema de não ser batizado era que, ao morrer, o indivíduo não poderia ser salvo – na concepção de que haveria uma vida no plano espiritual. De forma oposta, aquele que era batizado, ainda que morresse no “plano material”, certamente se salvaria, pois os “céus se abrem aos batizados”.<sup>50</sup> Segundo as Constituições, os pais deveriam ter muito cuidado para batizarem seus filhos, para que “não saíam dessa vida sem ele [o batizado] e percam para sempre a salvação”.<sup>51</sup>

Em relação aos cativos, de acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, seria “obrigação dos pais, mestres, amos e senhores ensinar ou fazer ensinar a doutrina cristã aos filhos, discípulos, criados e escravos”.<sup>52</sup> Além disso, os demais sacramentos tinham a função de conservar aquilo que foi aprendido quando criança – os mandamentos, as orações (Padre Nosso e Ave Maria) e evitar os pecados. A doutrina devia ser ensinada a toda a família e especialmente aos escravos que seriam, conforme os eclesiásticos acreditavam, os mais necessitados.<sup>53</sup>

A realização dos batizados deveria ocorrer conforme os ditames da Igreja. As vestes do vigário deveriam ser “sobrepele e estola roxa”. O prazo comum para o batismo era de até oito dias de nascença, certamente pelo fato de que o risco de morte nesses primeiros dias era eminente à época.<sup>54</sup> Para o caso da Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, segundo os estudos de Thiago Torres de Paula, os sacramentos eram pagos, assim como as missas, sendo esses emolumentos destinados ao sustento do

---

<sup>49</sup> Esse processo de “santificação” não tem relação com o fato de ser canonizado, mas de ter uma vida santa sob os moldes da igreja e conforme seu discurso.

<sup>50</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**/ feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2007. p. 12.

<sup>51</sup> VIDE, Idem, p. 13.

<sup>52</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**/ feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2007. p. 2.

<sup>53</sup> VIDE, Idem, p. 3.

<sup>54</sup> VIDE, Idem, p. 3.

pároco e manutenção da igreja.<sup>55</sup> Contudo, as Constituições Primeiras informavam que os vigários não poderiam receber para administrar nenhum dos sacramentos, sob pena de serem castigados como *simoníacos*.<sup>56</sup> Poderiam receber apenas ofertas e esmolas, mas somente se fossem oferecidas voluntariamente, sem que os padres demonstrassem interesse em receber tais gratificações. É possível que, por Thiago Paula ter se baseado nos escritos de Johnson Júnior para realizar tal afirmação, tenha acabado levando outra realidade em consideração, uma vez que não foram encontrados menções a pagamentos nos registros de batismos do período analisado.<sup>57</sup>

O batismo era o sacramento primordial para a sociedade colonial. Segundo Helder Macedo, em “Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte”<sup>58</sup>, o batismo se fazia importante “pelo risco tremendo do recém-nascido morrer pagão”, o que implicava também na pressa de se fazer esses registros logo após o nascimento.

Esse medo de que o batizando morresse pagão foi observado no registro da recém-nascida Maria, filha de Pascoal de Freitas e de sua esposa Joana de Almeida, que teria sido batizada na própria casa dos pais devido às circunstâncias em que se encontrava. Percebe-se, com base no espaço de realização desse batizado – a própria casa da criança – que, em casos de emergência, a sacralização de espaços como a capela e a igreja passavam a ser algo secundário, sendo a casa um local apropriado para o batizado.

Outro aspecto importante nesse batizado é que, por não ter um pároco na localidade no momento, e pelo fato de correr “perigo de vida”, Maria não foi batizada por um eclesiástico, mas pelo cabo de esquadra Francisco Simões. Assim, em casos de emergência, como o de Maria, percebe-se que, mais importante que as estruturas eclesiásticas, de capelas e igrejas e mesmo dos padres, era a realização do sacramento o ritual máximo de representatividade que simbolizaria a entrada no reino dos céus. Com isso não se quer afirmar que as capelas/igrejas eram dispensáveis - pelo contrário, estas

---

<sup>55</sup> PAULA, Thiago do N. T. de. Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação – Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII. **Dissertação de mestrado**, UFRN, 2009.

<sup>56</sup> Simonia é a venda de favores divinos, bênçãos, cargos eclesiásticos, prosperidade material, bens espirituais, dentre outros.

<sup>57</sup> O pesquisador Thiago Paula baseou-se no artigo de Johnson Júnior. Ver: JOHNSON JÚNIOR, Harold B. Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII. (Conferência dada na Universidade Nova de Lisboa em 11 de novembro de 1985/<http://people.virginia.edu/~hbj8h/modelo.pdf>). p. 9.

<sup>58</sup> MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: História e mestiçagens. Natal, EDUFRN, 2011. p. 161.

eram importantíssimas -, mas tão somente dizer que a “causa espiritual” perpassava o espaço físico.<sup>59</sup>

No final do documento, o vigário escreveu que, como o perigo de vida continuara, Maria teve que ser batizada novamente, mas dessa vez pelo coadjutor<sup>60</sup> da paróquia, Domingos de Araújo Pinto. Acredita-se que, no momento da decisão do segundo batizado, o padre já estaria na localidade. Conforme consta nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*,

(...) se alguma criança, ou adulto estiver em perigo, antes de poder receber o batismo na igreja, pode e deve receber fora della, em qualquer lugar, por effusão, ou aspensão, e por qualquer pessoa, posto que seja leigo, oi excommungado, herege, ou infiel, tendo intenção de baptizar, como manda a sua madre igreja. E posto que o batismo feito por qualquer das ditas pessoas fica valioso (...).<sup>61</sup>

Compreende-se, então, que, mesmo o cabo Francisco Simões não sendo um eclesiástico, o batizado realizado por um cabo de esquadra no caso da menina Maria tornava-se algo válido, na ausência do padre, sendo uma medida imediata visando que não acontecesse de a menina chegar a óbito sem o sacramento do batismo. Como a menina sobreviveu até a chegada do pároco, foi possível a realização formal de um novo batismo.<sup>62</sup> De acordo com o historiador Roberto Guedes, em casos de batizados “ad cautela” poderia requerer-se a um padre que batizasse novamente, pois não estaria “bem batizado”.<sup>63</sup>

Se o batizado era considerado tão importante para essa sociedade, maior ainda era a importância da Igreja católica que conferia esses sacramentos e, sobretudo, a salvação dessas almas. Por isso o dever da Igreja católica, juntamente com a Coroa portuguesa em “sacralizar/cristianizar espaços”, inserindo os representantes da Igreja

---

<sup>59</sup> Os espaços das igrejas/capelas eram relevantes por possibilitarem o processo de cristianização, mas não sendo possível batizar nesses locais sagrados, qualquer espaço poderia ser utilizado. Nesse sentido, é possível que diversos batizados tenham sido realizados nos sertões, ainda que não se contasse com os prédios (capelas). Infelizmente não se tem esses dados.

<sup>60</sup> O padre coadjutor era aquele responsável pela paróquia na ausência do vigário.

<sup>61</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**/ feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2007. p. 17.

<sup>62</sup> Embora o padre tenha batizado a criança novamente, não se tem um novo registro contendo o local desse batizado.

<sup>63</sup> GUEDES, Roberto. Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidades de cor: Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII- XVIII. O Brasil Colonial. V.3. p. 4.

católica no cotidiano dessas pessoas, para que pudessem aprender as leis que os levariam à salvação futura.

Apesar de apenas uma freguesia para uma área tão extensa, percebe-se a forte influência que a Igreja católica exercia nas pessoas e nos espaços. A Igreja católica contava com duas frentes de uma espécie de “conquista espiritual” – o clero secular, composto principalmente por vigários e coadjutores, mas não somente; e o clero regular, formado pelos padres das ordens religiosas: carmelitas, jesuítas, capuchinhos, dentre outras. Acredita-se, assim, que se tinha apenas uma freguesia, não pela diminuta importância que a Igreja católica teria nessa dita área extensa, mas pela própria disposição espacial à época, cujo sertão ainda não contava com muitas povoações estáveis (núcleo populacionais), embora alguns viajantes já o tivessem percorrido.

Criar uma paróquia era uma decisão que deveria ser tomada pela Coroa portuguesa.<sup>64</sup> Após ser criada, a Coroa ficava responsável pela sua manutenção, devendo efetuar o pagamento da cômputa do vigário e, se possível, de um coadjutor - que seria responsável por auxiliar o vigário. Na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, por exemplo, notou-se que era o coadjutor que fazia a maior parte dos batizados fora da igreja matriz, notadamente nas localidades eclesiásticas que circundavam esta, como as capelas de Santo Antônio e São Gonçalo, situadas em uma área que corresponderia, atualmente, ao município de São Gonçalo do Amarante.

No entanto, deve-se atentar para o fato de que, dizer que os sertões não estavam plenamente povoados, como foi mencionado, não significa afirmar que não houvesse pessoas nessas localidades, tampouco dizer que em localidades menos povoadas não houvesse interferência religiosa no modo de vida da população. A importância do clero regular, para além da permanência em aldeamentos pode ser atribuída justamente nessas localidades. Quanto mais longe da igreja matriz estavam os fiéis, maior a complexidade de locomoção do clero secular, representado pelo vigário e seu coadjutor, para efetivar os sacramentos e ensinar a doutrina cristã. Nesse sentido, eram os padres das ordens religiosas – Jesuítas, Carmelitas descalços, dentre outras – que, por vezes, administravam os sacramentos e ensinavam os moradores que estavam distantes do poderio efetivo do clero secular.

---

<sup>64</sup> VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras. In: **Explosões Geográficas**. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

Como analisou Feitler, no período colonial existiam as missões populares, ou seja, grupos de missionários viajantes, que visitavam povoações menores, chamadas comumente de sertões, com o objetivo de administrar os sacramentos, bem como de realizar confissões, celebrar missas, dentre outras funções eclesiásticas.<sup>65</sup> Conforme consta nas Constituições Primeiras, era obrigação dos párocos (vigários) ensinar a doutrina cristã aos fregueses, “(...) atendendo aos lugares, e distâncias das suas paróquias, ou seião nas cidades, ou fora dellas”.<sup>66</sup> Porém, se os missionários tivessem interesse, poderiam requerer licença para confessar e pregar, além de administrar os sacramentos, por meio da profissão de fé – um juramento proferido em latim que fornecia esses direitos aos padres.

A Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação contou com a presença de 62 padres administrando o sacramento do batismo, no período desse estudo. Tendo em vista que, desses 62, apenas 15 eram sabidamente pertencentes ao clero secular, percebe-se a amplitude da importância do clero regular, para suprir as necessidades da alma nas localidades onde, pela distância, tinha-se a impossibilidade de chegada dos vigários e mesmo dos coadjutores. Ressalta-se ainda, que não se pode afirmar com precisão de que todos os demais padres – 33, de um total de 62 – realmente fossem pertencentes às ordens, devido à falta de informações mais detalhadas nos registros. Poderia ser que alguns desses padres estivessem em visitasões, o que dificulta a comprovação pelo fato de que, na documentação, consta apenas a rubrica dos visitantes, não tendo os nomes por extenso para realizar a comparação.

Dentre os dados recorrentes em todos os registros feitos pelos 62 padres, estavam o nome do batizando, a filiação, quando se sabia o nome dos pais, quando menores de idade,<sup>67</sup> e o nome de pelo menos um padrinho, sendo mais comum a presença de dois nomes, o de um homem e o de uma mulher. Os padrinhos também poderiam ser dois homens. Além disso, continham informações acerca da capela/igreja

---

<sup>65</sup> FEITLER, Bruno. **Nas Malhas da Consciência: Igreja e Inquisição no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007.

<sup>66</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**/ feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2007. p 3.

<sup>67</sup> Os registros de indivíduos com idade adulta - fossem escravos, negros ou índios - de grupos étnicos variados, não trazia o nome dos pais. Embora não se soubesse a idade exata dessas pessoas, era registrado, ao lado do nome, nos registros dos batizados, que eram adultos.

onde ocorreu o batizado, a data do mesmo, o padre celebrante e por último, a assinatura do vigário responsável pela freguesia, que também poderia realizar batizados.<sup>68</sup>

Conforme as Constituições Primeiras, os registros dos batismos realizados deveriam ter o seguinte padrão:

Aos tantos de tal mez, e de tal anno baptizei, ou baptizou de minha licença o padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N. filho de N. e de sua mulher N., e lhe puz os santos óleos: forão padrinhos N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, freguezes de tal Igreja, e moradores em tal parte.<sup>69</sup>

Os párocos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação geralmente seguiam esse modelo, com exceção da especificação da localidade em que os batizados residiam,

A 10 de junho, na Capela de Santo Antônio, batizou o reverendo padre Manuel de Santa Rosa [Franciscana], a Bonifácio, filho do sargento-mor Teodósio da Rocha e de sua mulher Dona Antônia. Padrinhos: o capitão Afonso de Albuquerque e Maria de Sá.

Com base no registro acima percebe-se que, embora não tenha sido informado se Teodósio da Rocha e Dona Antônia residiam na localidade, de alguma maneira o pequeno Bonifácio, que estava sendo batizado, tinha, ou passava a ter, uma relação com o espaço onde o batizado foi feito – a Capela de Santo Antônio. As Constituições recomendavam que fossem instituídas capelas, nas localidades afastadas da igreja matriz, visando que o batismo pudesse ser realizado, sendo essas pessoas que foram batizadas, provavelmente, proveniente desses lugares, ou de pequenos povoados próximos, na maioria dos casos, embora nesse, especificamente, não se tenha conseguido comprovações, como se analisará no quarto capítulo deste trabalho.

Ao realizar o batizado, os capelães – como eram chamados os padres das capelas – tinham a obrigação de fazer certidões, devendo enviar mensalmente ao vigário tais documentos.<sup>70</sup> Por isso, quem tem a oportunidade de ler a documentação em questão percebe que por vezes o batismo foi registrado posteriormente, ou seja, o

---

<sup>68</sup> Poucas vezes não era o vigário que assinava, ficando responsável o padre coadjutor.

<sup>69</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**/ feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2007. p. 73.

<sup>70</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. *Idem*.

vigário estava registrando pessoas no mês de agosto e em seguida registrava algum batismo feito em julho, ou mesmo em junho. Em alguns desses casos tem-se a seguinte expressão na lateral do registro: “a certidão veio tarde”, o que indica que as certidões iam sendo registradas no livro da matriz conforme chegavam, de modo que, as certidões que vinham de longe, demoravam a chegar e, por isso, eram registradas depois das demais, ainda que o batizado tivesse data bem anterior.

A influência da Igreja católica perdurou na Capitania do Rio Grande, desde o início da colonização até o século XIX e ainda com forte atuação na atualidade. Diferentemente de outras localidades, a citar o caso da Capitania de São Vicente, onde os jesuítas, um dos grupos de missionários, foram expulsos já em 1640, a Capitania do Rio Grande contou substancialmente com a presença de pessoas eclesiásticas para a efetivação do povoamento,<sup>71</sup> sobretudo os clérigos regulares. Em São Paulo, segundo John Monteiro, a economia local chocava-se com a política jesuítica de proteção aos índios, de modo que foi necessário realizar a expulsão dos mesmos. Isso não significa que a Igreja católica, por meio da Companhia, não estivesse presente em São Paulo, mas que o choque de interesses possivelmente limitou seu poder.<sup>72</sup>

No caso da Capitania do Rio Grande, o auxílio dos missionários fez-se presente por mais tempo, embora os conflitos com os jesuítas tenham existido. Com base nos registros de batismo que se tem, percebeu-se que, não somente os jesuítas, mas as ordens religiosas, de maneira geral, eram fundamentais para a manutenção do processo de cristianização. Sem os padres das ordens, o clero secular não conseguiria agir de forma tão incidente sob as almas dos lugares povoados.

Essa carência de padres seculares, para atender a uma localidade tão extensa, como a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, o crescente número de moradores e a criação de novos núcleos populacionais, fizeram com que a freguesia fosse reduzindo de tamanho. Desta feita, foram criadas, gradativamente, outras nove freguesias, sendo as duas primeiras criadas ainda na primeira metade do século XVIII e as sete demais, na segunda metade. Foi assim que, nesse período, o sentido religioso esteve imbricado aos espaços urbanos das aglomerações coloniais da América

---

<sup>71</sup> Aqui se refere ao povoamento realizado pelo português, tendo em vista que os espaços já estavam ocupados previamente.

<sup>72</sup> MONTEIRO, John M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

portuguesa, de uma forma geral, e especificamente no caso da Capitania do Rio Grande.<sup>73</sup>

Para Rubenilson Teixeira, “o espaço é criador e regulador dos comportamentos, tanto no nível social quanto econômico”.<sup>74</sup> Acredita-se, diferentemente de Teixeira, com base na documentação analisada, que não seriam propriamente os espaços que regulariam os comportamentos, mas aqueles que estavam recriando esses espaços, fossem religiosos, fossem colonos, fosse pela incorporação de ambos aos espaços que antes contavam com a lógica dos índios – de diversas etnias.<sup>75</sup> Ainda assim, a ideia de Teixeira de que os espaços regulam os comportamentos, pode ser aplicada, no sentido de que os padres, bem como os lugares de culto, incidiam na vida dos fregueses, regulando a maneira de agir dessas pessoas.

Os espaços seriam alterados pela inserção de novos integrantes à lógica inicial. Anteriormente ocupado por indígenas de etnias diversas, os espaços tinham uma lógica própria desses habitantes. Com a chegada do português, e de suas instituições, esses espaços sofreram mudanças significativas, como a circunscrição eclesiástica, que além de impregnar as localidades de marcos e renomear os espaços, transformavam culturalmente os indivíduos. Deve-se ter em mente que a cultura europeia era a cultura do cristianismo.

Lembra-se, então, que o espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação é entendido aqui com base na presença da Igreja católica, como fez Teixeira, embasando-se na concepção de experiência de Yi-Fu Tuan. Tuan, em seu livro “Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência”, analisou que o espaço é algo indiferenciado, transformando-se em lugar por meio do conhecimento aprofundado, desse espaço, e da atribuição de significados e valores ao mesmo. Esse conhecimento aprofundado do espaço parte da relação que cada pessoa, ou determinado grupo de indivíduos, estabelece com cada localidade que, por sua vez, deixa de ser apenas um espaço, tornando-se um lugar.<sup>76</sup>

No caso da Capitania do Rio Grande, a localidade encontrada pelos colonizadores era o espaço. Esse espaço tinha uma lógica que não era partilhada por

---

<sup>73</sup> TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens**: a secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFRRN, 2009.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> Pensamento baseado na obra do geógrafo Yi-fu Tuan. Ver: TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

<sup>76</sup> TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

aquele que chegava. Com o processo de criação da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação e, conseqüentemente, com a impregnação de costumes e de traços culturais ao espaço, este se tornava um lugar, ou seja, a freguesia passaria a ser um lugar por meio das experiências que as pessoas, de maneira geral, passaram a ter naquela localidade. A localidade inicial ganhava uma lógica própria do colonizador, com o estabelecimento de prédios e ruas conforme uma nova percepção.

Era por isso que as igrejas/capelas eram - sempre que possível - construídas em localidades altas, para que aqueles que chegassem vissem a presença da Igreja católica, e ao mesmo tempo a presença do rei - deve-se atentar para o padroado - naquela aglomeração, como um símbolo de poder, junto à Coroa portuguesa.<sup>77</sup> Mesmo que os eclesiásticos não tivessem a consciência dessa relação de experimentação dos espaços, a presença das capelas/igrejas influenciava na percepção sobre o local, daqueles que chegavam. Junto a isso, a igreja era uma referência espiritual, um aconchego em um espaço colonial em construção, principalmente nesse período de turbulência.

O processo de construção dessas capelas e igrejas, e sua transformação no modo de vida das populações locais, pode ser entendido, com base no pensamento de Teixeira, como a cristianização desses espaços, vistos pela Coroa portuguesa e seus colonos como espaços pagãos, isentos da presença da fé católica. Assim, a Igreja católica cristianizava os espaços pagãos, impregnando-os de significados que lhes eram próprios.

Na Capitania do Rio Grande, esse processo de cristianização foi conferido pela criação da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, em 1598, antecedendo a própria fundação da cidade.<sup>78</sup> Na mesma época, foi provido o primeiro vigário, o padre Gaspar Gonçalves da Rocha.<sup>79</sup>

Conforme analisou Thiago T. de Paula, baseado em Câmara Cascudo (1992), a Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, que era subordinada à Bahia, inicialmente, passou a ser subordinada a Pernambuco, em 15 de julho de 1614. Em

---

<sup>77</sup> TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens**: a secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFRN, 2009. p. 208.

<sup>78</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980.

<sup>79</sup> MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Gênese Natalense**. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

1623, voltou ao Bispado da Bahia e, por fim, em 1676, foi religada à diocese de Olinda, sendo o 1º bispo Dom Estevam Brioso de Figueiredo.<sup>80</sup>

Como comum nas freguesias do período colonial, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação contava com a presença de um vigário. Esse vigário era responsável pelo registro de todos os indivíduos batizados na localidade, assim como o Concílio estabelecera, além do registro de todos os casamentos e óbitos. No período desse estudo, especificamente, se tinha uma Paróquia Colada, ou seja, além da presença de um vigário colado, havia um coadjutor.<sup>81</sup>

A Freguesia de Nossa Senhora da apresentação, de 1681 a 1714, contou com os cuidados de cinco vigários:<sup>82</sup> Paulo da Costa, Elói de Freitas, Basílio de Abreu Andrada, Paulo da Rocha Figueiredo e Simão Rodrigues de Sá.<sup>83</sup> Cada um desses vigários, a sua maneira, contribuiu para esse processo cristianizador de transformações sociais e espaciais. De acordo com o período de permanência de cada um desses vigários, calculado com base nos registros de batismos, tem-se:

---

<sup>80</sup> PAULA, Thiago do Nascimento Torres de Paula. A construção da Paróquia: Espaço e participação da Capitania do Rio Grande do Norte. **Revista espacialidades** [online], 2010, v. 3, nº2. p. 6.

<sup>81</sup> Segundo Johnson Júnior, que trabalhou com a história da Igreja no Brasil, uma paróquia seria considerada “colada” quando havia a presença de um coadjutor. O coadjutor era uma espécie “braço direito do vigário”, um padre auxiliar, devendo assumir as funções da paróquia em caso de impossibilidade do padre vigário. Ver: JOHNSON JÚNIOR, Harold B. Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII. (Conferência dada na Universidade Nova de Lisboa em 11 de novembro de 1985/http/people.virginia.edu/~hbj8h/modelo.pdf)

<sup>82</sup> Sabe-se que esses padres eram vigários por conter essa informação nos registros, geralmente sendo escrito “assinou o vigário tal”. Além disso, é possível saber pela estrutura dos registros, que são assinados pelo vigário da paróquia.

<sup>83</sup> Na documentação consta ainda a presença de outro vigário, além dos cinco citados acima, contudo, era responsável por uma matriz na Paraíba, sendo Cura de Mamanguape, motivo pelo qual não se achou conveniente ressaltar ao longo do texto.

**Quadro 2:** Lista dos vigários da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714)

<b>Vigário</b>	<b>Período de permanência como vigário</b>	<b>Nº de batizados feito pelo vigário</b>	<b>Nº de registros feito pelo vigário</b>
Paulo da Costa	29.12.1681 – 31.07.1690	21	116
Eloi de Freitas	14.10.1690 – 19.07.1691	26	26
Basílio de Abreu Andrada	06.10.1691 – 29.02.1696	39	111
Paulo da Rocha de Figueiredo	27.03.1696 – 18.10.1697	10	27
Simão Rodrigues de Sá	06.11.1697 – 1714	184	541
<b>Totais</b>	-	<b>280</b>	<b>721<sup>84</sup></b>

Fonte: Livro de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

Conforme apresentado no quadro, os vigários Paulo da Costa (1681-1690) e Simão Rodrigues de Sá (1697-1714)<sup>85</sup> foram os vigários que tiveram uma maior permanência na freguesia. Esses dois vigários, cada um em seu tempo de permanência, eram responsáveis por um livro subdividido, cujos enunciados diziam, “Livro dos brancos” e “Livro dos batizados assentados como negros que se fazem nesta Matriz da Senhora da Apresentação”.

Essa divisão dos livros era algo incomum, uma vez que mesmo as Constituições Primeiras, em 1707, não regulamentava essa divisão do livro entre negros e brancos. Entretanto, no caso da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, a divisão dos livros existia desde, pelo menos, o final do século XVII. Na Freguesia em questão, o vigário ficava responsável por ambas as partes do livro.

<sup>84</sup> Apesar de terem sido registrados os batizados de 930 pessoas, os vigários assinaram apenas 721 desse total (%). Os demais, 209, ou não constam o nome do vigário que registrou, ou não foi possível identificar.

<sup>85</sup> Ver: SILVA FILHO, José Rodrigues. Padre Simão Rodrigues de Sá, um patriarca de batina. II Encontros Coloniais. On line. Disponível em: [http://www.cchla.ufrn.br/encontroscoloniais-lehs/textos/Jos%C3%A9%20Rodrigues\\_Encontros\\_2014.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/encontroscoloniais-lehs/textos/Jos%C3%A9%20Rodrigues_Encontros_2014.pdf) Acesso em 23.02.2015

Apesar de incomum, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação não era a única a subdividir o livro. Na Capitania do Rio de Janeiro, segundo o pesquisador Roberto Guedes, desde pelo menos a década de 1630 se tinha a divisão de livros – um livro para brancos e outro para pretos e/ou pessoas de cor. Assim, antes mesmo da determinação de separar os livros, que teria sido criada após as Constituições Primeiras, já existia essa divisão. Para Guedes, a criação dessa divisão dos livros não constava no conjunto de normas (constituições), pelo fato de que teria sido algo criado pela própria sociedade, como um mecanismo de distinção social.<sup>86</sup>

O livro dos brancos supostamente, como o próprio nome sugere, era o local no qual se registrariam os indivíduos brancos e livres – embora não constasse, em momento algum, dentro do livro, a cor do indivíduo, o que segundo Roberto Guedes era uma constante, para o caso do Rio de Janeiro, no mesmo período desse estudo. No entanto, dentro do livro dos brancos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, constatou-se também a existência de registros de índios, dos quais alguns eram escravos, e de pessoas descritas como escravos, os quais provavelmente eram negros/mestiços.<sup>87</sup>

Entende-se, com base nessa lógica organizacional, que talvez ainda não se tivesse uma preocupação tão forte com a distinção social, ainda que existisse, permitindo a mistura de etnias em um livro que se intitulava “dos brancos”. Em uma sociedade de hierarquias mais sólidas, ao contrário, não se misturariam os registros desses indivíduos. Tendo em vista que os livros de registro não poderiam sair da matriz, torna-se inviável acreditar que o livro não estivesse na mesma, e por isso tivesse sido registrado no livro errado. É possível, hipoteticamente, que essas pessoas fossem abastadas, o que talvez as inserisse no “mundo dos brancos”.

No livro dos “negros”, como a própria enunciação do cabeçalho sugere, encontram-se os registros dos negros, dos pardos, mestiços em geral, além dos próprios índios – chamados negros da terra. Neste livro são registrados ainda todos os escravos dessas etnias já mencionadas. Ressalta-se que se faz menção, nesse livro, a apenas quatro pessoas descritas como “brancas”, um percentual de 1,72%.

---

<sup>86</sup> GUEDES, Roberto. Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidades de cor: Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII- XVIII. O Brasil Colonial. V.3. p. 1-54.

<sup>87</sup> No livro dos livres da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, também chamado de livro dos brancos, tinha um total de 26 registros de índios. Além disso, contava com um total de 26 escravos, excetuando-se os índios já relatados, dentre os quais alguns eram escravos.

Ao analisar com cautela esses quatro registros, percebeu-se que todos haviam sido feitos pelo vigário Paulo da Rocha Figueiredo, e no mesmo ano 1696, motivo que leva à crença de que o padre certamente registrou essas pessoas no livro errado, podendo não estar com o livro na hora. Os registros eram de pessoas comuns, não sendo as informações tão abundantes. O primeiro era de Francisco, filho de Francisco da Silva e Maria Lopes. Os padrinhos foram Antônio Dias e Margarida Soares. O batizado aconteceu na Capela de Nossa Senhora do Ó. O segundo batizado era de Cosma, filha de Manuel Leitão e Brites. Foram padrinhos André Leitão e Maria da Rocha. A terceira criança chamava-se Luzia, filha de Cosma Damiana, mãe solteira. Chamou atenção o fato de a menina ter sido apadrinhada pelo filho do capitão Bernardo Vieira de Melo, de mesmo nome. O quarto e último foi o batizado de Manuel, filho de João Pinto e Joana Nunes, tendo sido padrinhos Gonçalo da Costa e Antônia Mendonça.<sup>88</sup>

Apesar dessa divisão dos livros, entre “negros e brancos”, pretende-se trabalhar como um corpo documental unificado, tendo em vista que o objetivo desse trabalho é perceber a influência da Igreja católica no processo de cristianização – dos espaços e das almas – e não aspectos populacionais, nem mesmo a transformação do vocabulário da cor. Esse trabalho subdivide-se, pois, em mais três partes, tendo cada uma das partes uma lógica eclesiástica própria de organização espacial.

O cuidado em registrar os fiéis na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação pode ser comprovado pela afirmação do Padre visitador<sup>89</sup>, Cavalcante, em cuja visita feita em 15 de outubro de 1705, determinou que o “Reverendo vigário mande fazer um novo livro para estes assentos visto [aquele livro] estar no fim”,<sup>90</sup> referindo-se ao livro que se destinava ao registro dos chamados “negros”, dentre os quais estavam os negros, pardos, mulatos e mesmo os índios. Compreende-se, pois, que os visitantes sabiam da existência dos dois livros, algo que não pareceu ter chamado a atenção dos mesmos.

Além da preocupação de que não se deixasse de registrar os membros da freguesia, o padre visitador continuava sua afirmação, orientando que o vigário “(...)

---

<sup>88</sup> Essas pessoas não aparecem outras vezes na documentação, algo que dificultou as buscas, afinal, seus sobrenomes são bastante comuns.

<sup>89</sup> O padre visitador era enviado pela diocese de Olinda às freguesias. Tinha por missão acompanhar a situação das freguesias, com o intuito de promover a disciplina e apresentar recomendações e críticas aos párocos e fregueses.

<sup>90</sup> Livro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714). Essa informação foi extraída da última página do livro dos negros.

tenha cuidado em procurar os capelães (padres responsáveis pelas capelas) dos assentos dos batizados, casados e defuntos”.<sup>91</sup> Essa afirmação denota ainda a vigilância que o vigário - enquanto figura primordial da matriz e, portanto, do processo de cristianização - deveria ter com os demais membros da igreja.

A vida religiosa era, inclusive, indissociável da civil, de modo que os membros do poder político local (da câmara), no caso específico da Cidade do Natal, deveriam, obrigatoriamente, participar das procissões, que aconteciam frequentemente, o que poderia ser denotativo de uma relativa subordinação do poder secular ao espiritual. De forma semelhante, as festas políticas estavam intrinsecamente ligadas às religiosas.<sup>92</sup>

O civil e o religioso estavam articulados ao ponto de ter sido feita uma representação, por Bernardo Vieira de Melo - no período em que foi capitão-mor da Capitania do Rio Grande (1695-1701) - junto ao bispo, para que a Igreja excomungasse o mestre de campo Manuel Álvares de Moraes Navarro. Ainda que não se tenha informado os motivos do pedido de excomunhão feito à Igreja, sabe-se que Moraes de Navarro intentava criar uma jurisdição própria, sobre o sertão, objetivando sobrepor-se à jurisdição do capitão-mor Bernardo Vieira de Melo conferida pela Coroa portuguesa.<sup>93</sup>

Provavelmente, o fato de a Igreja católica, representada pelos missionários - por serem os mais avessos à escravização dos índios -, não aceitar que o mestre de campo Moraes Navarro, bem como outros bandeirantes, aprisionassem os índios - sem antes tentar assinar um tratado de paz, e sem proporcionar o direito à conversão - pode ter sido usado, na argumentação do capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, para que fosse feito o pedido de excomunhão.

De acordo com Fátima Lopes, os bandeirantes incitavam disputas entre grupos indígenas do litoral, já aldeados à época, e grupos do sertão, chamados pelos

---

<sup>91</sup> Livro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714). Essa informação foi extraída da última página do livro dos negros.

<sup>92</sup> BEZERRA, Hanna Gabrielle Gomes. Lugares solenes, poderes em conflitos: as disputas por espaços na procissão da ressurreição (Cidade do Natal segunda Metade do. **IV Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades. 17 a 21 de nov. de 2014.** Acesso em 25.05.2015. Disponível em: <http://cnhcs.com.br/trabalhos/IVANAIS.pdf>

<sup>93</sup> ALVEAL, Carmen; SILVA, Tyego. Na Ribeira da discórdia: povoamento, políticas de defesa e conflitos na Capitania do Rio Grande (1680-170). **Conquistar e Defender: Portugal, países baixos e Brasil.** São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 243.

portugueses de tapuias. Com esses embates, os bandeirantes tinham uma justificativa legal para aprisionar tais índios “tapuias”, afirmando que desencadeavam sublevações.<sup>94</sup>

Os historiadores Carmen Alveal e Tyego Silva afirmaram que o auxílio na Guerra dos Bárbaros atraía os combatentes, mais pela possibilidade de aprisionar índios e depois vendê-los, que pelos próprios ordenados que pudessem receber em pagamento pelo serviço prestado. Outro ponto de atração desses combatentes para auxiliar na Guerra eram as benesses conferidas pela Coroa portuguesa em retribuição aos serviços prestados, tais quais a doação de terras em sesmarias e a própria concessão de patentes militares.<sup>95</sup>

Essas afirmações corroboram com a concepção de que os paulistas, representados pela figura de Morais Navarro, assim como outros bandeirantes, tinham o intuito de incitar guerras entre grupos indígenas para promover o aprisionamento e, assim, angariarem cabedal. Os índios aprisionados, além de poderem ser vendidos, também serviam como mão-de-obra para desenvolver a criação do gado nas terras concedidas em mercês pelos serviços prestados por esses bandeirantes, à Coroa, durante a dita Guerra dos Bárbaros.

No entanto, não apenas os membros da câmara, ou determinados grupos sociais, estavam atrelados à vida cristã; a sociedade como um todo se imbricava nas concepções da igreja. O próprio tempo marcou-se pela sacralização. Segundo Câmara Cascudo, sabia-se as horas de levantar e de se recolher pelos toques dos sinos da igreja. A hora da ceia, no turno da noite, também era marcada pelos toques dos sinos.<sup>96</sup>

Os espaços contavam com a presença de prédios que marcavam a presença da Igreja. Era comum a presença de cruzes dispostas no espaço. A cidade de Natal, por exemplo, possuía duas cruzes, uma situada ao norte e outra ao sul, demonstrando que, mesmo os limites administrativos da cidade estavam representados por marcos religiosos, como será detalhado no capítulo 2. As igrejas/capelas, por sua vez, eram construídas nos montes, para que os visitantes soubessem que se tinha um espaço sagrado, regido pelo poder eclesiástico.<sup>97</sup>

---

<sup>94</sup> LOPES, Fátima Martins. **Missões religiosas**: índios, colonos e missionários na colonização do Rio Grande do Norte. Dissertação de Mestrado. UFPE, 1999.

<sup>95</sup> ALVEAL; SILVA, Idem. p. 239.

<sup>96</sup> CASCUDO, História do Rio Grande do Norte. Op. Cit. p. 56.

<sup>97</sup> TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens**: a secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFRRN, 2009. p. 208.

A igreja matriz era o “centro” da freguesia, uma espécie de *Locus* como sugeriu Rosendahl, ou ainda, conforme a mesma geógrafa, o “centro do mundo”. Uma localidade sagrada que nortearia as demais construções de um ambiente, fossem zonas mais próximas, e por isso, de acordo com o pensamento da autora, mais sagradas, ou fossem locais mais distantes e, portanto, mais profanos.<sup>98</sup>

Em termos de estrutura, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação era composta por três igrejas, a igreja matriz, situada na Cidade do Natal, e mais duas igrejas, a igreja de São Miguel da Aldeia de Guajirú e a igreja de São João do Guaraíras. Segundo a historiadora Cláudia Damasceno, o intuito de criação de igrejas secundárias ou sucursais era o de auxiliar a igreja matriz.<sup>99</sup> Contudo, essas igrejas chamadas secundárias ou sucursais, comuns no modelo português e francês, teriam sido repetidos na América portuguesa apenas em centros urbanos de extrema prosperidade, segundo afirmou a mesma historiadora.

De forma oposta, percebe-se que a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, que era a única freguesia da capitania inteira, teria transformado duas das suas capelas, em igrejas, e que a medida talvez não se devesse a uma espécie de auxílio, mas pelo número de fiéis em crescimento nessas localidades ou mesmo pelo fato de que essas igrejas estavam situadas em aldeamentos. A quantidade de pessoas de uma aglomeração indicava sua prosperidade, sendo importante a presença de uma igreja, para que se tivesse maior controle dessas almas.

A construção de uma igreja, além de controlar as práticas dos fiéis, para que não se desvirtuassem dos preceitos da Igreja, atraía novos frequentadores. Como se sabe, as duas outras igrejas construídas, para além da matriz, estavam situadas em aldeamentos, de modo que, a construção de ambas pode representar a tentativa dos missionários de, vislumbrando a chegada de grande contingente indígena, em decorrência da guerra, atrair os colonizadores para os entornos da localidade. A presença desses frequentadores nos aldeamentos contribuía para a continuação da catequese dos índios, que aprendiam com os exemplos, pois, acreditava-se que, convivendo com os “brancos”, passariam a agir como estes agiam, na vivência religiosa.

---

<sup>98</sup> ROSENDAHL, Zeny. O sagrado e o espaço. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.). In: **Explosões Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

<sup>99</sup> DAMASCENO, Cláudia. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 86.

O intuito de catequizar os índios esteve presente desde o início da colonização. Nesse sentido, as crianças eram peças fundamentais, acreditando-se que estas aprenderiam a doutrina católica mais facilmente, uma vez que ainda não estavam tão permeadas nos costumes de seu povo (indígena) e, assim, poderiam propagar a fé católica. Pode-se, então, fazer uma comparação do papel da criança, no período colonial, na Capitania do Rio Grande, com o pensamento do sociólogo Norbert Elias,<sup>100</sup> que pensou a sociedade, de forma geral, mas com ênfase na França.

Em “O processo civilizador”, volume segundo, Elias ressaltou que as crianças eram a base para a manutenção dos novos aspectos culturais que se instauravam, os chamados “civilizacionais”. Esses aspectos civilizacionais se consolidavam no momento de formação do Estado Absolutista pautado na transformação de hábitos e costumes, principalmente na França.<sup>101</sup>

Desta feita, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação também passava pela transformação dos costumes iniciais, notadamente na transformação da cultura indígena, dos diversos grupos étnicos existentes. Com essa confluência de culturas – índios de vários grupos étnicos, portugueses, africanos, crioulos, dentre outros povos – os missionários acreditavam ser pertinente cristianizar crianças, desde o nascimento, visando que aprendessem cedo a fé católica e seus preceitos. Acreditava-se que cristianizar as crianças seria importante, uma vez que estas incorporavam mais rapidamente o simbolismo da nova religião. Os adultos, diferentemente, muitas vezes reelaboravam antigas práticas religiosas – rituais, costumes – criando formas de continuarem a cultuar seus deuses.

Por isso, fazia-se tão importante o sacramento do batismo ainda na infância. As crianças deveriam ser batizadas o quanto antes, tanto para que esses indígenas fossem cristianizados, desde o nascimento, quanto para evitar que crianças, de forma geral, indígenas ou não, viessem a óbito sem o sacramento que as conduziriam, conforme o pensamento da Igreja católica, ao reino dos céus.

Por isso, o estudo dos registros de batismos faz-se indispensável para compreender a sociedade do período (1681-1714), informando sobre esse processo de cristianização da população indígena. Além disso, os registros de batismos foram importantes para que se percebesse a relação entre os povos que viveram na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação e os espaços desta. Os registros permitem que o

---

<sup>100</sup> ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v.2.

<sup>101</sup> ELIAS, Idem.

pesquisador saiba quantas capelas\igrejas existiram na Freguesia, de maneira geral e, mais ainda, saber uma média do total de indivíduos que estavam sendo batizados e, portanto, sendo cristianizados em cada uma delas.

No período desse estudo (1681-1714), a capitania do Rio Grande ainda estava passando por um processo de consolidação e, com isso, de “cristianização espacial”. Esse conceito é pensado com base na obra de Cláudia Damasceno. A cristianização espacial consistiria na transformação dos espaços, por meio da construção desses prédios eclesiásticos e pela atuação dos religiosos – na catequese das almas e na conformação dos espaços.

Essa “cristianização espacial” tinha sido iniciada ainda no ano de 1597, antes mesmo da criação da cidade, quando, segundo Denise Monteiro, teriam vindo para a Capitania do Rio Grande, em expedição de responsabilidade dos capitães-mores da Paraíba e de Pernambuco, Feliciano Coelho e Mascarenhas Homem, respectivamente. Ainda conforme analisou a mesma autora, “(...) a Igreja Católica Romana participou da conquista e ocupação de territórios, pois era a instituição social de grande importância nos reinos católicos de Portugal e Espanha, que promoveram aquela colonização”.<sup>102</sup>

Apesar de iniciada ainda no final do século XVI, a cristianização dos espaços foi interrompida pela invasão holandesa. Somente com a expulsão dos holandeses, em 1654, os missionários puderam recomeçar a obra de catequese dos índios, iniciada desde os primórdios da conquista espacial da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

Monteiro afirmou ainda que, desde o ano de 1612, já se tinha a formação de 16 aldeias, na Capitania do Rio Grande (litoral), sendo algumas muito pequenas. Além disso, a historiadora informa que estavam, essas aldeias, mal governadas, devido à ausência de clérigos, padres e capelães. Apenas esporadicamente recebiam a visita de padres da Companhia de Jesus.<sup>103</sup>

Entende-se, então, como afirmou Silva Filho, que a consolidação do processo colonizador significava também a própria consolidação da presença

---

<sup>102</sup> MONTEIRO, Denise M. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal (RN), EDUFRRN, 2007. p. 25-26.

<sup>103</sup> Idem. p. 31.

religiosa.<sup>104</sup> A igreja representava um marco da presença portuguesa na América. Assim, o processo de cristianização corresponde a uma transformação de espaços, antes ocupados por povos “pagãos”, em outros, que estariam em conformidade com a lógica de autoridades que exerceriam funções civis e, sobretudo, religiosas.

Somente em 1680 foram criadas efetivamente as Missões de Aldeamentos, possuindo assim a presença de um missionário fixo, responsável pela localidade. A presença de missionários na formação desses aldeamentos visava encerrar conflitos, entre padres e colonos, pela utilização da mão-de-obra, embora se saiba que, na prática, não era exatamente assim que acontecia. Instituíam-se, pois, que os indígenas dos aldeamentos não poderiam ser escravizados, segundo a lei de 1680, reafirmada em 1686, com o Regimento e leis sobre as Missões do Estado do Maranhão e Pará. Essa medida, de tornar os missionários os únicos responsáveis por cada Missão, dificultava a escravização dos índios aldeados, pelos colonos, embora nesse período, a guerra com os índios “tapuia”, gerasse novos escravos indígenas.<sup>105</sup>

O espaço, antes pertencente apenas aos índios, de distintas etnias, passou por um processo chamado pelo geógrafo Yi-Fu Tuan de racionalização.<sup>106</sup> Conforme esse processo de racionalização do espaço ia se consolidando, a presença portuguesa teria incorporado sua cultura à lógica pré-existente, a dos indígenas, (re) significando o espaço de outrora. É sob esse aspecto que a presença da igreja se faz tão imprescindível, uma vez que a mesma, por si, já significava essa alteração espacial, afinal, as próprias igrejas e capelas acabavam por nortear o processo de urbanização das localidades.

A cidade do Natal cresceu entre duas cruzeiras, uma situada ao norte e a outra ao sul, como afirmou Thiago Torres de Paula, parafraseando Augusto Tavares de Lyra. As cruzeiras serviam como limite da jurisdição da cidade que crescia nos entornos da igreja matriz. Ainda que a preocupação de Lyra, ao relatar a presença das cruzeiras não fosse a disposição espacial dos marcos religiosos, pode-se perceber, com base nesse

---

<sup>104</sup> SILVA FILHO, José Rodrigues. **Os homens de Deus na terra dos homens**: os vigários seculares na Capitania do Rio Grande no século XVIII. Monografia de conclusão do curso de História, UFRN. 2012.

<sup>105</sup> LOPES, Fátima Martins. **Missões religiosas**: índios, colonos e missionários na colonização do Rio Grande do Norte. Dissertação de Mestrado. UFPE, 1999. p. 23.

<sup>106</sup> TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

relato, que essas cruzes eram reflexo da relevância da Igreja católica para a localidade, tendo seus limites instituídos por marcos sagrados.<sup>107</sup>

Nesse sentido, a Igreja católica foi fundamental para a Coroa portuguesa, no período inicial da colonização, promovendo o povoamento de áreas habitadas, inicialmente apenas por populações autóctones. Além disso, a igreja “europeizava espaços”, de certa forma, conferindo uma ordem que antes era apenas europeia às localidades primitivas do ponto de vista dos portugueses. As capelas podem ser entendidas, como bem analisou Damasceno<sup>108</sup>, como um marco de povoamento estável que, por sua vez, deixa de contar somente com a presença indígena, passando a incorporar o português, bem como outras etnias vindouras.

Como analisou Thiago Torres de Paula, em sua dissertação, as capelas foram fixadas onde os moradores estavam, de modo que, estariam dispostas próximas aos cursos dos rios. Torres de Paula continuou sua análise, parafraseando Câmara Cascudo, afirmando que a criação dessas capelas decorria de dois fatores cruciais: densidade demográfica significativa e desenvolvimento econômico local.<sup>109</sup>

Ainda que as capelas representassem um marco de povoamento estável, deve-se atentar para a precariedade das mesmas e, inclusive da própria cidade do Natal em si. No caso específico da cidade do Natal, cidade pertencente aos fluidos limites da circunscrição eclesiástica da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, as condições urbanas eram demasiadamente incipientes.

Segundo o “Relato ad limina”, enviado pelo bispo Dom Luís de Santa Tereza, de Olinda, endereçado ao papa Bento XIV, no ano de 1746, ou seja, quase três décadas após o recorte final desse estudo, Natal era extremamente pobre, tendo “(...) além do título de cidade, igreja paroquial [matriz] e poucas casas, [além disso] nada tem que represente a forma de cidade”.<sup>110</sup>

<sup>107</sup> PAULA, Thiago do N. T. de. **Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação** – Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII. Dissertação de mestrado, UFRN, 2009. p. 53.

<sup>108</sup> DAMASCENO, Cláudia. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 94.

<sup>109</sup> PAULA, Thiago T. de. Op. Cit.

<sup>110</sup> Relato do bispo de Olinda, extraído de: MARINHO, Francisco Fernandes. **O Rio Grande do Norte sob o olhar dos bispos de Olinda**. Natal, 2006.

O relato do bispo leva à conscientização de que a cidade do Natal, onde se situava a igreja mais importante (matriz), não era suficientemente atrativa, aos olhos dos párocos. Um dos motivos para esse desinteresse pela cidade do Natal era a precariedade urbanística. Pode-se inferir, então, que se existia certa insatisfação desses padres em relação a Natal, maior seria em relação à moradia em lugares mais distantes da cidade, onde se situavam algumas capelas, algo que explica a tamanha rotatividade dos padres nas demais localidades.

A pobreza do prédio da igreja matriz também recebeu a atenção de estudiosos como Câmara Cascudo e Nestor Lima. Segundo Cascudo, o templo da Igreja era feito de barro socado, coberto por palha, sem sino e sem aparato. Nestor Lima reafirma a construção de barro, afirmando que a matriz seria “um ensaio de templo”.<sup>111</sup>

A Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação fora criada, segundo Olavo de Medeiros Filho,<sup>112</sup> em 3 de fevereiro de 1598, antes da própria fundação da cidade do Natal, que ocorreu somente um ano depois (1599), o que indica que a jurisdição eclesiástica antecede à própria jurisdição civil. Essa circunscrição eclesiástica tinha suas hierarquias próprias.

No momento em que um pequeno lugarejo erguia sua capela, tinha-se o primeiro marco de povoamento estável. Por conseguinte, essa mesma capela poderia galgar ao título de capela filial e, somente após a obtenção desse título, solicitar o de igreja matriz. A igreja matriz era a igreja principal e, por isso, a responsável por gerir todas as demais igrejas e capelas de sua freguesia.

A igreja matriz de Natal, no início da documentação serial, foi mencionada algumas vezes como capela, o que pode ser um indício dessa precariedade, afinal, mesmo tendo o título de igreja, provavelmente não contava com o aparato das igrejas matrizes dos centros urbanos mais dinâmicos do período como Olinda, por exemplo. Pode-se pensar ainda na possibilidade de uma confusão dos vigários, no ato do registro, colocando o termo “capela”, no lugar de “igreja”.

---

<sup>111</sup> LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte**: Areia Branca, Arez, Assú e Augusto Severo. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1990. Coleção Mossoroense, série C. n. 545. CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980.

<sup>112</sup> MEDEIROS FILHO, Olavo de. Matriz de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande: Do seu início até o ano de 1822. **Terra Natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991. p.33-36.

Somado a isso estava, provavelmente, o fator da rusticidade das demais capelas – locais de atuação das missões populares - devido em grande medida à pobreza da capitania e das próprias ordens religiosas. O próprio local onde eram fundadas as capelas e igrejas, assim como o cabedal utilizado na construção, provinha dos moradores, que cediam porções de suas terras em prol da igreja e com o intuito de ter os sacramentos que a mesma oferecia.<sup>113</sup>

A circunscrição eclesiástica da Freguesia, justamente por ser organizada hierarquicamente, contava com uma lógica organizacional complexa. As capelas que não estavam situadas dentro dos aldeamentos, as áreas de atuação, predominantemente, das “missões populares” não costumavam ter um representante da igreja que residisse nas mesmas, contando com a presença de padres volantes, que costumavam viajar a essas capelas para a realização dos sacramentos.

Pelo fato de as capelas não terem a presença de um padre fixo, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação contava com um número bastante significativo de padres.<sup>114</sup> Acredita-se, pois, que esses padres não tinham a pretensão de ficar na freguesia e, sempre que possível, deviam retornar aos seus bispados de origem, Olinda e Bahia. Ainda que os padres tivessem o intuito de catequizar os povos que aqui estavam, bem como manter a fé dos colonos, permanecer na Capitania do Rio Grande não conferia *status* aos mesmos que, talvez por isso, decidiam migrar para outras localidades. Ademais, o medo dos possíveis perigos existentes, no deslocamento em missões populares, distantes, para a época, da igreja matriz, e do bispado de Olinda, deveria ser mais um motivo para que esses padres não quisessem estar na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.<sup>115</sup>

O comum nessa freguesia era que os padres viajassem em direção a essas capelas para a realização das cerimônias (batizados, casamentos, óbitos) e/ou confissões. De forma semelhante, as certidões<sup>116</sup> que comprovavam o acontecimento dessas cerimônias, no caso desse estudo especificamente as que atestavam as cerimônias de batismo, e que precisavam ser enviadas à matriz, eram levadas quando havia

---

<sup>113</sup> TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens**: a secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFERN, 2009.

<sup>114</sup> A Freguesia contava com um total de 62 padres, em todo o período desse estudo, incluindo os vigários.

<sup>115</sup> Sabe-se do caso, por exemplo, do padre Filipe Bourel, missionário em Apodi, que foi assassinado em um embate entre Janduís e Paiacus, no ano de 1709.

<sup>116</sup> O livro de registros não contém essas certidões anexas, apenas fazendo menção às mesmas.

justamente essas viagens desses padres. As certidões circulavam com os padres no sentido de serem registradas no livro da matriz, pelo vigário responsável no momento do registro. O padre coadjutor também poderia efetuar esses registros nos livros da paróquia, desde que autorizado pelo vigário.

Nesse sentido, esse trabalho foi organizado com base na lógica de atuação dos padres nos diversos espaços. Ao analisar os registros de batismo, entendeu-se que havia, pelo menos, três formas dessa atuação, resultando na formação de três espaços distintos. O primeiro espaço era o da Cidade do Natal, local de onde emanava o poder eclesiástico para as demais localidades da freguesia, uma vez que era o vigário o principal responsável pela paróquia. O segundo espaço, o dos aldeamentos, diferentemente, tinha uma lógica particular, e a atuação dos padres era feita, predominantemente por missionários. Por fim, o terceiro espaço de atuação percebido era o das missões populares, que pelo fato de ser mais afastado da igreja matriz, contou com o maior número de padres entre os três, um total de 50, tendo em vista que geralmente estavam apenas de passagem por essas capelas.

## Capítulo 2

### Experimentando o Espaço da Cidade do Natal

“As caravelas portuguesas também eram de Deus e nelas navegavam juntos missionários e soldados.”  
(Douglas Moraes)<sup>117</sup>

A intenção de Douglas Batista de Moraes, por meio do excerto trasladado acima, extraído da dissertação que foi intitulada “Bem nascer, bem viver, bem morrer: a administração dos sacramentos da Igreja em Pernambuco” foi a de retratar que o empreendimento português de conquista da América pautou-se por, pelo menos, duas frentes de conquista dos espaços, uma conquista político-militar e outra eclesiástica, embora não se tivesse dissociação entre as mesmas, acreditando-se que a jurisdição da Coroa portuguesa e da Igreja católica, nesse primeiro momento, seria equivalente. A junção dessas jurisdições tinha relação direta com a instituição do Padroado régio, instituído ainda durante o medievo.

O padroado régio consistia no mútuo acordo entre a Coroa portuguesa e a Igreja católica. Nesse acordo, a Igreja instituíra um indivíduo ou instituição como padroeiro de determinado espaço, objetivando que fosse promovida a manutenção e propagação da fé cristã. Nota-se, pois, que a criação de povoados da América portuguesa tinha forte vinculação com a Igreja católica. O rei, por sua vez, tinha o poder de criar novas dioceses, escolher os bispos e apresentá-los ao papa, para serem confirmados.<sup>118</sup>

Foi nas entrelinhas dessa trama – de vinculação entre a Igreja e o rei - que se criou a Cidade do Natal, no ano de 1599.<sup>119</sup> Como percebeu Douglas Moraes, “as caravelas portuguesas também eram de Deus e nelas navegavam juntos missionários e soldados”.<sup>120</sup> Assim, a expedição de conquista, na América Lusa, trazia em suas

---

<sup>117</sup> MORAES, Douglas Batista. **Bem nascer, bem viver, bem morrer**. A administração dos sacramentos da Igreja em Pernambuco. (1650 a 1790). Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Pernambuco, 2001. p. 44.

<sup>118</sup> MORAES, Douglas. Idem. p. 34.

<sup>119</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1955.

<sup>120</sup> MORAES, Douglas. Idem. p. 44.

caravelas não apenas soldados, como a citação evidencia, mas também eclesiásticos. No caso da Cidade do Natal, especificamente, as expedições continham a presença dos franciscanos, trazidos com o intuito primordial de propagar a fé aos gentios.

Em “Os Levitas”, livro que apresenta pequenas biografias de padres que se destacaram no cuidado das almas do Rio Grande do Norte, percebeu-se que o processo de cristianização da Cidade do Natal foi iniciado por quatro padres, desde pelo menos o ano de 1597 - Gaspar de Samperes, Francisco Lemos, Bernardino das Neves e João de São Miguel.<sup>121</sup>

Antes da sua fundação, a povoação que viria a ser a cidade do Natal contava com a presença de religiosos que intentavam cristianizar os habitantes daquela terra e aqueles novos espaços. Segundo Denise Monteiro, a atuação dos missionários foi iniciada desde o ano de 1597. Os religiosos teriam vindo para a Capitania do Rio Grande na expedição de Feliciano Coelho e Mascarenhas Homem. Para a autora, a Igreja foi fundamental para a conquista e ocupação dos territórios, sendo uma instituição social de suma importância nos reinos católicos de Portugal e Espanha, “que promoveram aquela colonização”.<sup>122</sup>

A primeira capela da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação teria sido inaugurada no dia da fundação de Natal, 25 de dezembro de 1599. Segundo Câmara Cascudo, no ano de 1599, momento da fundação da cidade, “teriam celebrado missa e erguido uma capelinha (...)”.<sup>123</sup> A primeira missa foi celebrada pelo padre Gaspar de Samperes (Gaspar de João Peres), um dos primeiros padres enviados à Capitania do Rio Grande. Nascido em Valença, no ano de 1556, Samperes era engenheiro, militar, e arquiteto de renome, motivo pelo qual se acredita que tenha sido o mesmo o responsável pela construção da primeira capela da freguesia. Gaspar foi aluno do colégio dos padres jesuítas em Olinda.<sup>124</sup>

Apesar de nascer com o título de cidade, Natal era bastante incipiente em termos de estrutura física – capela, casas. A igreja matriz, ponto central da análise desse

---

<sup>121</sup> BEZERRA, Mons. Severino. **Levitas do Senhor**, II Volume. Natal: Clima. 1987. P. 44.

<sup>122</sup> MONTEIRO, Denise M. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal (RN), EDUFRRN, 2007.

<sup>123</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Ministérios da Educação e Cultura. p. 28.

<sup>124</sup> BEZERRA, Mons. Severino. **Levitas do Senhor**, II Volume. Natal: Clima. 1987.

capítulo - que tem por objetivo analisar o processo de cristianização espacial com base nos registros de batismos da igreja matriz e nos agentes envolvidos, que conviviam nesse espaço sagrado, – ainda era uma construção rudimentar na primeira década do XVII. Somente em 1614 foram iniciadas as obras de substituição da capelinha, por uma igreja que refletisse melhor sua importância para a cidade que surgia (a matriz), sendo terminada cinco anos depois, em 1619. Embora não tivessem uma igreja, mas apenas uma capela, desde o ano de 1599 se tinha a presença de um vigário, Gaspar Gonçalves da Rocha, que conferia os sacramentos à população.<sup>125</sup>

Gaspar Gonçalves da Rocha foi nomeado vigário pelo ato jurisdicional do padroado português. Gaspar Rocha foi aluno do colégio dos padres jesuítas, em Olinda.<sup>126</sup> Este padre não resumia suas atividades aos assuntos eclesiásticos, sendo fazendeiro e tendo recebido um total de sete concessões de terras em sesmaria: a primeira no rio Curimatau, em 1600; a segunda na cidade do Natal, sem data de concessão;<sup>127</sup> a terceira no rio Potengi, em 1601; a quarta no rio Potengi, em 1603; a quinta na campina próxima da cidade do Natal, em 1604; a sexta não apresenta a localidade, concedida em 1607; e a sétima na várzea do Trairi, em 1607.<sup>128</sup> Como se percebe pelo total de concessões de terras recebidas pelo padre, acredita-se que a intenção de Gaspar Gonçalves da Rocha era permanecer na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

Na ausência desses párocos, os jesuítas prestavam esses “serviços das almas”.<sup>129</sup> Na “*Relação das cousas do Rio Grande, do sítio e disposição da terra*

<sup>125</sup> PEREIRA, Elenize Trindade. Das terras doadas, ouvi dizer...: doação de sesmaria na fronteira do império, Capitania do Rio Grande (1600-1614). **II Encontros Coloniais**. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/encontrosc Coloniais-lehs/textoscompletos.html> Acesso em: 19 de dezembro de 2014. p. 1-10.

<sup>126</sup> BEZERRA, Mons. Severino. **Levitas do Senhor**, II Volume. Natal: Clima. 1987. P. 44. p. 44-45

<sup>127</sup> Embora não se tenha uma data específica, sabe-se que essas concessões foram feitas antes do Auto de Repartição ocorrido em 1714.

<sup>128</sup> Cartas de sesmarias doadas ao padre vigário Gaspar Gonçalves da Rocha, em 1600, s/d (sem data), 1601, 1603, 1604, 1607 e 1607 *Plataforma SILB* – RN 0131, RN 0145, RN 0147, RN 0168, RN 0186, RN 0233 e RN 0234. Acesso em 30 dez. 2014: disponível em [www.silb.cchla.ufrn.br](http://www.silb.cchla.ufrn.br); Ver: PEREIRA, Elenize Trindade. Das terras doadas, ouvi dizer...: doação de sesmaria na fronteira do império, Capitania do Rio Grande (1600-1614). **II Encontros Coloniais**. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/encontrosc Coloniais-lehs/textoscompletos.html> Acesso em: 19 de dezembro de 2014. p. 1-10. Ver ainda: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Gênese natalense*. Natal: Sebo vermelho, 2002.

<sup>129</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Idem*. p. 60.

(1607)”, afirma-se que os padres da Companhia de Jesus teriam substituído os vigários, pelo fato de não haver clérigos que quisessem se “expor àqueles trabalhos”.<sup>130</sup>

Percebe-se que, desde o início do processo de povoamento da cidade do Natal, e da própria criação Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, havia uma vinculação entre o clero secular - bispos, vigários, coadjutores, padres em geral - e o clero regular – formado pelos padres das ordens religiosas: Carmelitas, Jesuítas, Franciscanos, dentre outras. Apesar dos contrastes entre essas ordens religiosas e da própria diferença entre o clero regular e o secular deve-se lembrar de que esses padres tinham um objetivo comum, a evangelização.

O espaço da Cidade do Natal, por exemplo, de acordo com Rubenilson Brazão Teixeira - arquiteto que se debruçou sobre a estrutura da Cidade do Natal no período colonial - seria “(...) tão somente um burgo extremamente modesto, desde a sua fundação, em 1599, e assim permaneceu por muito tempo. Seu desenvolvimento somente se torna realidade no século XX”.<sup>131</sup> Para Teixeira, o título de cidade, conferido a Natal, tinha razões geopolíticas e não de estrutura, tendo em vista a simplicidade da cidade.<sup>132</sup>

A Cidade do Natal nascia em um aniversário divino, conforme Câmara Cascudo, 25 de dezembro de 1599 – nascimento de Jesus Cristo.<sup>133</sup> Ainda de acordo com o mesmo autor, pouco se sabe sobre esse período inicial, de construção da Fortaleza do Reis Magos e da fundação da Cidade do Natal, sendo o *Auto de Repartição de Terras da capitania do Rio Grande* a maior informação sobre o período. O Auto de Repartição seria uma resposta do rei Felipe II, em relação a denúncias de que tinham sido doadas extensas sesmarias aos jesuítas e aos filhos do Jerônimo de Albuquerque, o que resultaria em um prejuízo à Coroa, pela ausência do pagamento do dízimo. Assim, em 1614, foi determinado pelo monarca que se demarcasse tais terras, no sentido de ter um controle quanto ao seu aproveitamento das terras e, conseqüentemente, dos dízimos a serem pagos à Coroa.<sup>134</sup>

<sup>130</sup> ARSI, Bras. 15, 439-440. HCJB, I, 557-559.

<sup>131</sup> TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFRRN, 2009. p. 41.

<sup>132</sup> TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Idem. p. 41.

<sup>133</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Idem. p. 28.

<sup>134</sup> TEIXEIRA, Rubenilson. Terra, casa e produção: repartição de terras da capitania do Rio Grande (1614). Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 105-124, mai/ago 2014. Sobre o auto de repartição ver

Em “Evolução Urbana de Natal em 400 anos (1599-1999)”, João Mauricio Miranda afirmou que a expedição da Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho contava com,

Uma esquadra com seis navios e cinco caravelões, sob o comando do capitão-mor Francisco de Barros Rêgo, vindo como almirante Antônio da Costa Valente, largou da Bahia e velejou para a Paraíba. Manuel Mascarenhas Homem veio de Olinda por terra até a Paraíba, embarcando em companhia dos jesuítas Gaspar de Sampères, Francisco Lemos e os franciscanos freis Bernardino das Neves e João de São Miguel, estes conhecedores da língua indígena.<sup>135</sup>

Percebe-se, assim, a presença dos religiosos regulares – das ordens, desde o início do povoamento português da Capitania. Há não apenas uma conquista militar, representada pelas pessoas de Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho, somado a suas tropas, em nome do rei, mas também uma espiritual que se subdividiu, posteriormente, em duas: a conquista espiritual dos padres do clero secular e a conquista espiritual dos padres regulares. Como analisou Bruno Feitler, aqueles que estudam as conquistas portuguesas do além-mar devem ter em mente que um dos objetivos centrais dos portugueses era o de propagar a fé.<sup>136</sup>

Após a fundação da Cidade do Natal, “(...) as autoridades da Capitania começaram a tomar providências com a finalidade de desenvolvê-la economicamente.”<sup>137</sup> Segundo Trindade e Albuquerque, as principais atividades econômicas eram a pesca, a pecuária, a extração de sal e algumas roças de subsistência.<sup>138</sup> Para além dessas atividades econômicas, Trindade percebeu que, apesar dessas atividades serem de extrema importância para a sobrevivência das pessoas que residiam na capitania, os feitos de maior prestígio eram desempenhados pelos militares

---

também: PEREIRA, Elenize Trindade. Das terras doadas, ouvi dizer...: doação de sesmaria na fronteira do império, Capitania do Rio Grande (1600-1614). **II Encontros Coloniais**. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/encontroscoloniais-lehs/textoscompletos.html> Acesso em: 19 de dezembro de 2014. p. 1-10.

<sup>135</sup> MIRANDA, João Maurício Fernandes. **Evolução urbana de Natal em 400 anos (1599-1999)**. Natal: Coleção Natal 400 anos, 1999. v.VII. p. 36.

<sup>136</sup> FEITLER, Bruno. **Nas Malhas da Consciência: Igreja e Inquisição no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007. p. 21-22.

<sup>137</sup> ALBUQUERQUE, Geraldo; TRINDADE, Sérgio. **Subsídios para o estudo da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2005. p. 29.

<sup>138</sup> Devido ao fato de ter uma economia mais voltada para a subsistência, acreditou-se que não havia escravos de origem africana na capitania. Contudo, os dados aqui analisados provaram o oposto, sendo o quantitativo de escravos de origem africana bastante significativo.

e religiosos.<sup>139</sup> Como se percebe, mais uma vez se colocou esses dois poderes como indissolúveis e indispensáveis ao processo de conquista espacial da Capitania, e da própria Freguesia.

Essa conquista inicial, da Capitania do Rio Grande, e mesmo da consolidação da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, por vezes, confundiu-se com o processo de formação espacial da cidade do Natal. Essa similitude entre os primeiros limites experimentados pelos portugueses da capitania e os lugares da cidade do Natal, devem-se ao fato de que, nesse período, apenas Natal, mais especificamente as proximidades da igreja matriz estavam transformados em lugares, pelos portugueses, ou seja, ainda não havia fluxos de povoamento nos sertões.

Mesmo tendo sido iniciado remotamente - em relação à história da própria capitania, ainda no final do século XVI - o processo de ocupação territorial da Capitania do Rio Grande que, inicialmente, correspondia apenas ao que seria a faixa litorânea, foi estagnado em decorrência da invasão holandesa (1633). A cidade do Natal tinha dimensões que compreenderiam,

(...) hum chão elevado e firme, a margem direita do rio, obra de meia légua acima de sua perigosa barra. Convertidas as braças em metro, temos um retângulo aproximado de 800m por 110m metros, que compreende os seguintes limites: ao norte, com o cruzeiro que deu o nome da rua da cruz, hoje Junqueira Aires; ao sul, com a cruz fincada na margem do córrego do Baldo, rio da bica, rio de beber, o Tuiru, de George Macgrave; Tissuru, na descrição de Pernambuco de 1746, hoje Santa Cruz da Bica; a leste, pela rua da Conceição, passando por trás da Matriz e seguindo pela rua Coronel Bonifácio, hoje rua Santo Antônio; a oeste, pela atual praça André de Albuquerque (...); seguindo pela praça das laranjeiras, hoje João Tibúrcio, pela Rua do Fogo, hoje rua Padre Pinto, chegava ao Baldo.<sup>140</sup>

A citação acima retrata tanto os supostos limites da Cidade do Natal, como indica os marcos da presença da Igreja em sua fundação. A Cidade do Natal tinha seus limites atribuídos a cruces, símbolo dessa presença que a Igreja católica imprimia nos espaços da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação como um todo. Havia duas cruces, uma ao norte, o cruzeiro, e outra ao sul, a Santa Cruz da Bica, como se pode ver pela figuras 1 e 2 abaixo.

<sup>139</sup> ALBUQUERQUE; TRINDADE, Idem, p.30.

<sup>140</sup> MIRANDA, João Maurício Fernandes. **Evolução urbana de Natal em 400 anos (1599-1999)**. Natal: Coleção Natal 400 anos, 1999. v. VII. p. 45.

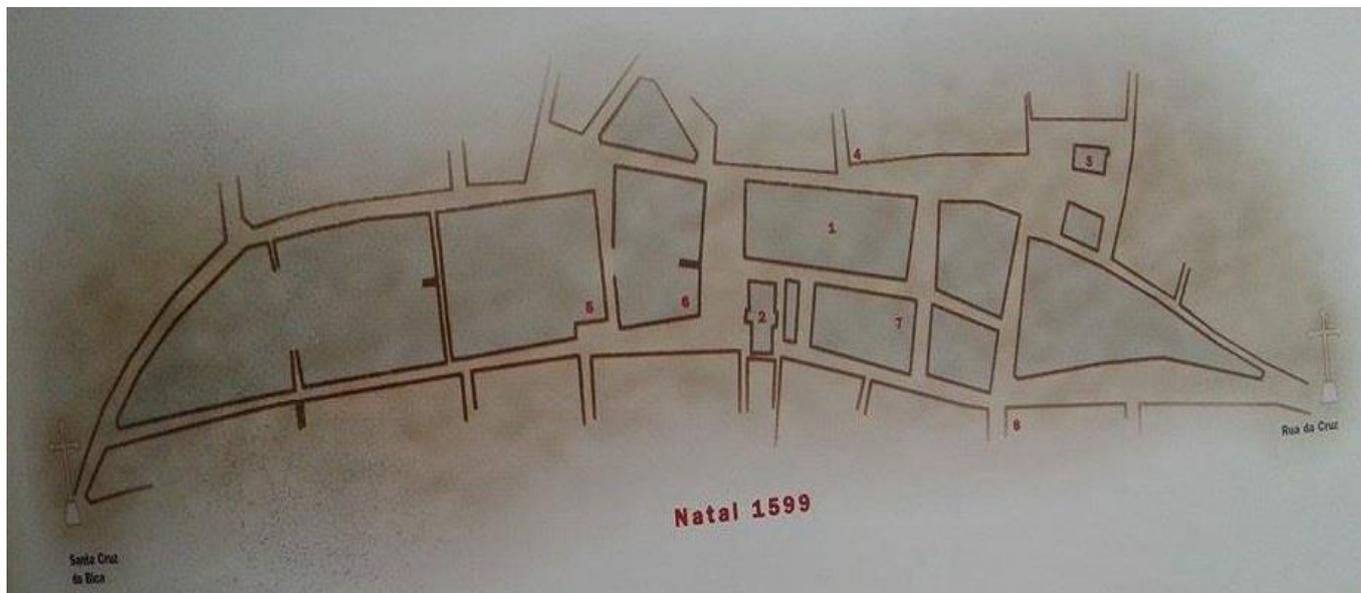
**Figura 1:** Traçados eclesiásticos da Cidade do Natal



Fonte: MIRANDA, João Maurício Fernandes. **Evolução urbana de Natal em 400 anos (1599-1999)**. Natal: Coleção Natal 400 anos, 1999. v.VII. p. 46.

A figura acima mostra esse traçado da Cidade do Natal construído entre os marcos religiosos. Cada cruz, uma ao norte, e outra ao sul, representava os extremos da cidade. Esses marcos indicavam, pois, a presença da Igreja como modificadora dos espaços da freguesia, afinal, ainda que as cruzes assinalassem os limites administrativos da capitania, eram símbolos do processo de cristianização dos espaços.

**Figura 2:** Principais prédios construídos em Natal entre as cruzes do norte e do sul



Fonte: MIRANDA, João Maurício Fernandes. **Evolução urbana de Natal em 400 anos (1599-1999)**. Natal: Coleção Natal 400 anos, 1999. v.VII. p. 47.

1. Praça André de Albuquerque, 1599.
2. Antiga Catedral, 1694
3. Igreja do Rosário, 1714
4. Casa de Câmara e Cadeia, 1722
5. Igreja de Santo Antônio, 1766
6. Erário Público, 1817
7. Palácio do Governo, 1868
8. Palácio do Governo, 1868
9. Palácio Felipe Camarão, 1922

As figuras mostram as principais construções realizadas no espaço delimitado entre as cruzes na Cidade do Natal. A primeira figura mostra os principais pontos em que se situavam as aglomerações da cidade, notadamente traçada entre a rua da Cruz, ao norte, e a Santa Cruz da Bica, ao sul, nas margens do rio de beber. Já a segunda figura retrata desde a construção do primeiro prédio, a igreja matriz, ainda em 1599, até o ano de 1922, quando foi criado o palácio Felipe Camarão.<sup>141</sup>

As primeiras construções portuguesas a citar a própria igreja matriz acabaram por ser destruídas pela ocupação holandesa na capitania. Essa destruição dos constructos portugueses culminou na paralisação temporária do processo de cristianização espacial, promovido pela Igreja católica. Os interesses da Coroa

<sup>141</sup> MIRANDA, João Maurício Fernandes. **Evolução urbana de Natal em 400 anos (1599-1999)**. Natal: Coleção Natal 400 anos, 1999. v.VII. p. 45-47.

portuguesa e da Igreja católica geralmente eram semelhantes, não destoando nesse processo de conquista espacial, de modo que ambos os processos foram afetados nesse período. Como afirmou João Miranda, “Natal foi fundada com o objetivo militar de evitar invasores indesejáveis e garantir a posse colonial definitiva.”<sup>142</sup>

Com a expulsão dos holandeses, em 1654, iniciou-se, novamente, os processos de cristianização espacial, da Igreja, e de conquista e ocupação por parte da Coroa, lembrando sempre que esses processos eram complementares, não dicotômicos. A Coroa portuguesa preocupada com o risco de uma nova invasão à América ordenou que se povoasse o máximo de localidades possível nesse momento. Incomodava ainda, segundo Fátima Lopes, a ameaça constante que a França e a Inglaterra representavam às colônias, até a primeira metade do século XVIII.<sup>143</sup>

Inicialmente, a preocupação era promover a reocupação das terras conquistadas previamente, notadamente as porções litorâneas.<sup>144</sup> Retomado esse processo, enveredou-se pelo sertão, rumo ao Assu, resultando em uma série de conflitos com os índios que os Tupi, e os portugueses, chamavam genericamente de tapuias. Esses índios “tapuias/tapuios” seriam, como a própria documentação da época sugere, uma espécie de fronteira, separando os espaços conquistados, pelo europeu, daqueles habitados pelos indígenas não aliados e de difícil acesso ao colonizador.<sup>145</sup>

Nesse sentido, deve-se perceber que a igreja matriz serviu como um ponto de irradiação ao povoamento, afinal, reocupou-se primeiro Natal, seguido por áreas próximas e, apenas posteriormente, partiriam em direção aos demais espaços. Essa centralidade, contudo, não deve ser entendida nos mais diversos sentidos, mas tão somente no que concerne à jurisdição eclesiástica, uma vez que, ser um centro eclesiástico não significava ter prestígio político-sócio-econômico em uma sociedade colonial em formação.

Ainda que Natal fosse um centro eclesiástico - notadamente pelo que a simbologia de uma igreja matriz representava para a Igreja católica nesse período, uma vez que a igreja matriz representava o lugar de onde emanavam as ordens e diretrizes a

<sup>142</sup> MIRANDA, João M. F. Idem. p. 46.

<sup>143</sup> LOPES, Fátima Martins. **Em Nome da Liberdade**: As vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII. Tese de Doutorado, UFPE, 2005. p. 38.

<sup>144</sup> Localidades como: a Cidade de Natal, Cunhaú, Santo Antônio, dentre outras.

<sup>145</sup> Os índios não aliados (aos portugueses) eram a fronteira na transição do século XVII para o XVIII. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear Gaspar de Sousa de Andrade, a 6 de agosto de 1688. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 28.

serem seguidas nas demais locais - não se pode afirmar, todavia, que as pessoas abastadas da capitania residissem nas imediações da matriz, tampouco que as pessoas, de uma maneira geral, estivessem mais propensas a receberem os sacramentos neste lugar, como se percebeu e será demonstrado ao longo dos capítulos.

A Capitania do Rio Grande estava em ruínas após a expulsão holandesa, segundo Câmara Cascudo. Em Natal, havia poucos moradores e as casas encontravam-se desmoronadas e abandonadas, em sua maioria. Os campos estariam inutilizados e o gado desaparecido. Os reparos feitos com maior urgência foram na construção do forte, por estar “meio no chão”, e na matriz, arrasada pela invasão.<sup>146</sup>

Após esse período, a cidade do Natal precisava ser repovoada. Para tanto, mais uma vez a Coroa portuguesa contou com o auxílio da Igreja católica e dos moradores que trataram de reconstruir a igreja matriz, no local onde se tinha a antiga capela, visando atrair e fixar os colonos em seu entorno. Em 1674, o capitão-mor da Capitania do Rio Grande, Antônio Vaz Gondim, escrevia ao rei solicitando recursos para terminar de “levantar a igreja matriz”. Segundo tal capitão-mor, os moradores tinham iniciado a obra, entretanto, não tinham cabedal suficiente para concluir a construção. Ao fim, o capitão-mor ressaltou a importância da construção da igreja matriz para que houvesse o repovoamento, afirmando que “acabando-se a igreja se povoaria a cidade”.<sup>147</sup>

Desta feita, a Igreja católica, por meio de prédios e missionários, cristianizava, mais uma vez, o espaço da aglomeração de Natal, enfatizando o caráter eclesiástico da cidade, colocando-o sob o jugo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Deve-se atentar para o fato de que, em uma sociedade na qual o catolicismo ocupava lugar de destaque na vida cultural e social, a construção de uma igreja matriz atraía a população de outras localidades, para a Cidade do Natal. Diversos moradores dirigiam-se à matriz para participar de missas<sup>148</sup> e de festas/procissões, de forma que serviam como um espaço de interação entre as populações de vários locais,

---

<sup>146</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Ministérios da Educação e Cultura. p. 93-94.

<sup>147</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro sobre as cartas do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Antônio Vaz Gondim, e dos oficiais da Câmara de Natal, acerca do estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos, da falta de munições e infantaria e acerca da reconstrução da matriz [de Nossa Senhora da Apresentação]. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 14.

<sup>148</sup> A obrigatoriedade de “dizer missas” aos domingos e as sansões aos ausentes desencadeavam fluxos regulares em direção aos locais de culto.

ou seja, apesar da divisão dos espaços, essas pessoas conviviam, afinal, eram fregueses de uma mesma freguesia – a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.<sup>149</sup>

Como analisou o geógrafo Adriano Andrade, para o caso do Recôncavo Baiano setecentista,

a igreja é um dos principais agentes de produção do espaço urbano-regional no período colonial (...), ela assumiu variados papéis fundamentais à instalação e dinâmica da rede urbana, tais como: ação concreta de produção e organização do espaço urbano; ocupação e divisão administrativa do território; associação com a Coroa na regulação do uso do espaço e controle social; estabelecimento de centralidades e consequente atração de fluxos regulares (missas, circulação de religiosos) e eventuais (procissões, festas).<sup>150</sup>

Dessa maneira, a igreja matriz ocupava, no período colonial, uma centralidade espacial, sendo um centro de onde emanavam as diretrizes para que se fizessem novas construções e ainda um centro de atração dos fluxos regulares, uma vez que os fregueses tinham por obrigação dirigirem-se à matriz em momentos de festas e procissões, como também para se confessarem e ouvir missas.

O conjunto de ordenações, Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, por serem leis, não trazem aspectos que permitam o estudo da cidade do Natal, enquanto que os termos de vereação pouco retratam esse processo da cristianização, ressaltando apenas algumas festas que deveriam acontecer regularmente, além de informações sobre as pessoas que estavam sendo cristianizadas, conforme se infere com base nos termos de vereação.<sup>151</sup>

<sup>149</sup> BEZERRA, Hanna Gabrielle Gomes. Lugares solenes, poderes em conflitos: as disputas por espaços na procissão da ressurreição (Cidade do Natal segunda Metade do XVIII). **IV Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades. 17 a 21 de nov. de 2014.** Acesso em 25.05.2015. Disponível em: <http://cnhcs.com.br/trabalhos/IVANAIS.pdf>

<sup>150</sup> ANDRADE, Adriano Bittencourt. O papel da Igreja como agente de produção do espaço urbano-regional no Recôncavo Baiano setecentista. **XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana.** UERJ. Rio de Janeiro. 18 a 22 de Nov. de 2013. p. 6.

<sup>151</sup> Festas como a do “Corpo de Deus”, que ocorreu duas vezes, no período desse estudo, em 26.04.1712 e 13.01.1713. **Termos de Vereação do Senado da Câmara da Cidade do Natal.** IHGRN. Fl. (s) 059 e 073-074. Ocorreu ainda, a festa de São Sebastião, em 19.01.1713, conforme o mesmo livro, fl. (s) 070v-071. Ainda que fossem festas eclesíásticas, deveriam ser organizadas, e mesmo custeadas, pelo Senado da Câmara, o que demonstra a vinculação entre Igreja e Estado existente, como já foi mencionado ao longo do texto. Ver também: BEZERRA, Hanna Gabrielle Gomes. Lugares solenes, poderes em conflitos: as disputas por espaços na procissão da ressurreição (Cidade do Natal segunda Metade do XVIII). **IV Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades. 17 a 21 de nov. de 2014.** Acesso em 25.05.2015. Disponível em: <http://cnhcs.com.br/trabalhos/IVANAIS.pdf>

Assim, os registros produzidos pela Igreja católica, como os batizados aqui analisados, somente são existentes a partir do ano de 1681, sendo a principal fonte utilizada para a compreensão do funcionamento das ações da igreja matriz, tendo em vista que os demais registros produzidos pela instituição tenham sido perdidos, provavelmente pela ação temporal.

Com base nesses registros de batismos, pode-se analisar o processo da cristianização das almas na Cidade do Natal, no período compreendido entre 1681-1714, a partir da premissa de que o batizado era a “porta de entrada” para o mundo cristão. Nesses registros percebe-se a iniciação de crianças supostamente brancas, ao catolicismo, mas também a imposição/negociação<sup>152</sup> aos índios – crianças ou adultos, livres ou escravos.

Desta feita, foram encontradas, neste período, batizadas na igreja matriz, Cidade do Natal, um total de 298 almas. Este número de 298 batizados, encontrados para a cidade, corresponde a 32,04% do total de batizados da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, que foi de 930.<sup>153</sup> O quadro abaixo mostra a divisão desses batizados, realizados na igreja matriz, por cor que aparecia na documentação.

**Quadro 3:** Batizados na igreja matriz por cor (1681-1714)

Espaço/Local	Batizados por cor								Total	
	Brancos		Negros		Pardos		Índios			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Igreja Matriz	163	54,69	92	30,87	1	0,33	42	14,09	298	100

Fonte: Livro de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

Nesse sentido, o total de 298 indivíduos foi dividido por cor, seguindo as nomenclaturas encontradas na própria documentação. De antemão, deve-se informar que os termos “branco, negros, pardos e índios/tapuias” não foram deduzidos analisando

<sup>152</sup> Usa-se o termo negociação uma vez que tanto índios quanto negros percebiam o ato do batismo como uma possibilidade de obter vantagens, como se tornar súdito do rei. Para uma discussão mais aprofundada ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

<sup>153</sup> LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1681-1714).

as especificidades dos pais daqueles que seriam batizados, ou seja, ainda que aparecessem indivíduos que seriam tidos como produto de mestiçagens, optou-se por seguir as nomenclaturas que seguiam os nomes de batismo.

**Quadro 4:** Batizados realizados na igreja matriz por condição jurídica (1681-1714)

Condição jurídica						Total	
Escravos		Livres		Forros			
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
117	39,26	179	60,06	2	0,67	298	100

Fonte: Livro de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

É salutar frisar as especificidades dos registros feitos na igreja matriz, única igreja na qual foram batizados forros, embora um número ainda pequeno, apenas duas pessoas, como o quadro por condição jurídica acima mostra. Embora com um percentual pequeno, 0,67% do total de registros para a Cidade do Natal, o número de forros seria um indicativo de que a sociedade tinha possibilidades de mobilidade social, bem como uma pequena demonstração da confluência de culturas, afinal, indivíduos que estavam angariando a liberdade também passavam a incorporar práticas do catolicismo aos seus modos de vida.

Os números encontrados corroboram para a concepção de uma centralidade exercida pela igreja matriz, em relação aos demais espaços. Não se acredita, no entanto, que essa centralidade religiosa tenha relação direta com a prosperidade político-social, tampouco econômica, mas tão somente uma centralidade eclesiástica que se baseava, espacialmente, no centro do poder, haja vista que os demais prédios eram construídos com base nessa edificação primordial. Soma-se a isso o fato de que era para a matriz que iriam as diretrizes do bispo de Pernambuco, devendo ser seguidas pelo vigário que, por sua vez deveria certificar-se acerca do modo de agir dos padres em toda a freguesia.

Uma das hipóteses que podem ser consideradas para o grande número - em comparação com as demais localidades da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, de batizados realizados na matriz - é a possibilidade de que a mesma estivesse recebendo pessoas que residiam em outras localidades, que não a Cidade do Natal, para serem batizadas, o que explicaria o número elevado de registros em um

período no qual os historiadores - tais quais Câmara Cascudo e Rocha Pombo – afirmaram a inexpressividade do total de moradores. A igreja matriz representava o local onde mais provavelmente encontrar-se-ia um pároco que realizasse os batizados, afinal, a presença de um vigário deveria ser uma constante, algo que, certamente atraía uma grande leva de fregueses, pois, era uma “certeza” de que o sacramento seria concedido.

Corroborando com essas hipóteses ainda, o fato de, no período desse estudo, ocorrer a Guerra dos Bárbaros, o que teria alterado o retrato eclesiástico da matriz, tendo parte dos índios capturados/apaziguados recebido o sacramento do batismo, sua “porta de entrada” para o mundo religioso na mesma. A matriz recebeu índios desses conflitos no sertão, como os casos de crianças escravas batizadas.

O capitão-mor Augustinho César de Andrada (1688-1692 e 1694-1695), que no ano de 1690 informava ao rei sobre as “melhoras na guerra [dos bárbaros] contra o gentio”, relatando que mataram alguns índios e aprisionaram outros,<sup>154</sup> fez batizar seus escravos, na matriz de Nossa Senhora da Apresentação. Os escravos eram três crianças provenientes dessas guerras: Jacinta, com idade entre 8 e 9 anos, cujo registro afirmava que tinha sido “apanhada na guerra”; outra “tapuia inocente”, provavelmente ainda muito pequena (bebê), cujo nome de batismo não foi informado, nem idade aproximada; e ainda um “com idade entre 4 e 5 anos”, também apanhado na guerra e sem constar de o nome. Todos os registros foram feitos no ano de 1692.<sup>155</sup> Assim, índios capturados no sertão acabavam por também ser batizados na igreja matriz.

Essa centralidade eclesiástica também pode ser comprovada com base nos registros de batismos, nas Ordenações Manuelinas e nas Constituições Primeiras,<sup>156</sup> nas quais se percebe o caráter sagrado da igreja matriz e a importância da figura do vigário. A centralidade conferida era religiosa, no sentido de que o poder eclesiástico emanava da matriz, mas também espacial, uma vez que,

---

<sup>154</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Agostinho César de Andrade, acerca da destruição da capitania com os ataques dos tapuias e sobre a falta de mantimentos para os soldados aquartelados na Ribeira do Açú, o que os obrigava a abandonar o posto. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 31.

<sup>155</sup> LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1681-1714).

<sup>156</sup> Embora as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia fossem apenas de 1707, concordavam com grande parte das determinações vindouras do Concílio de Trento, sendo essa centralidade eclesiástica, atribuída à matriz, percebida nesse contexto.

(...) a construção do edifício religioso estabelecia uma posição central para o espaço que se distendia com a ereção das vilas. Em cada sede de freguesia uma matriz era construída e exercia uma centralidade sobre aquele território eclesiástico. Não por acaso, as orientações para a localização das igrejas eram minuciosas e possuíam uma clara estratégia territorial sobre o ajuntamento demográfico que se formava. As constituições eram destinadas especialmente ao clero secular, porém com orientações e determinações às ordens religiosas e ao clero regular. Elas formalizavam as decisões hierárquicas sobre a ação dos religiosos no território colonial e repercutiam diretamente no espaço construído e na organização societária de então.<sup>157</sup>

Como o trecho acima explicita, os espaços iriam ganhando novas formas por meio da construção da igreja matriz que, por sua vez, ocupava uma posição central sobre aquela porção religiosa, sendo, inclusive, denotativa da hierarquia eclesiástica, como mostram as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Consoante a isso, havia normas para a ereção do prédio da matriz, devendo ser edificada em “sítio alto; e lugar decente, livre da umidade”; já o sacerdote, no altar, deveria ficar com o rosto frente ao oriente, “e não podendo ser, fique para o meio dia, mas nunca para o norte, nem para o ocidente”.<sup>158</sup> Essas determinações evidenciam como a localização, tanto de prédios, como o posicionamento dos clérigos, era pensada estrategicamente para a valorização da atuação da Igreja.

A importância que a Igreja católica tinha naquele momento, inclusive sobre a questão espacial, somente se reafirma, dotando o espaço e os lugares de sua presença. A forma de Natal apontava várias características que ressaltavam a sacralização do espaço urbano, tanto em relação às ruas, dispostas perpendicularmente, em relação à Igreja, sua nomenclatura, “Natal”, nascimento do menino Jesus, como também na localização dos edifícios religiosos. A igreja matriz figurava um centro na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, de modo que todos os demais prédios deveriam organizar-se segundo a configuração da mesma. A igreja era o centro de todas as coisas, os prédios, religiosos, ou não, deveriam seguir a ordem determinada por aquela construção.<sup>159</sup>

---

<sup>157</sup> ANDRADE, Adriano Bittencourt. O papel da Igreja como agente de produção do espaço urbano-regional no Recôncavo Baiano setecentista. **XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. UERJ. Rio de Janeiro. 18 a 22 de Nov. de 2013. p. 6.

<sup>158</sup> *Constituições Primeiras*. L. 4, tit. 17. 1707.

<sup>159</sup> TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens**: a secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFRRN, 2009. p. 50-51.

A presença da Igreja era tão significativa, a ponto do tempo, na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, ser marcado por essa sacralização e, conseqüentemente, o cotidiano desses fregueses. As atividades eram marcadas pelo toque dos sinos das igrejas, tocado para marcar as horas nessas localidades. Três toques desses sinos, por exemplo, marcavam a hora da Trindade que era o horário do jantar.<sup>160</sup> Os toques dos sinos variavam de acordo com o lugar, sem que existisse uma regra geral, sendo os mais comuns o toque ao meio dia e o Angelus às 18 horas. Existiam toques específicos de uma festa celebrada em uma localidade, por exemplo.

Acredita-se, portanto, que era objetivo dos padres do clero secular cristianizar as pessoas e os espaços da Cidade do Natal. No entanto, não apenas os padres intervinham nas transformações espaciais. Os espaços tiveram sua lógica inicial, aquela baseada na experimentação dos índios de diversas etnias, alterada por meio da construção de prédios, tanto religiosos, quanto administrativos. As pessoas, por sua vez, tiveram que conviver com a junção desses dois poderes indissolúveis à época.

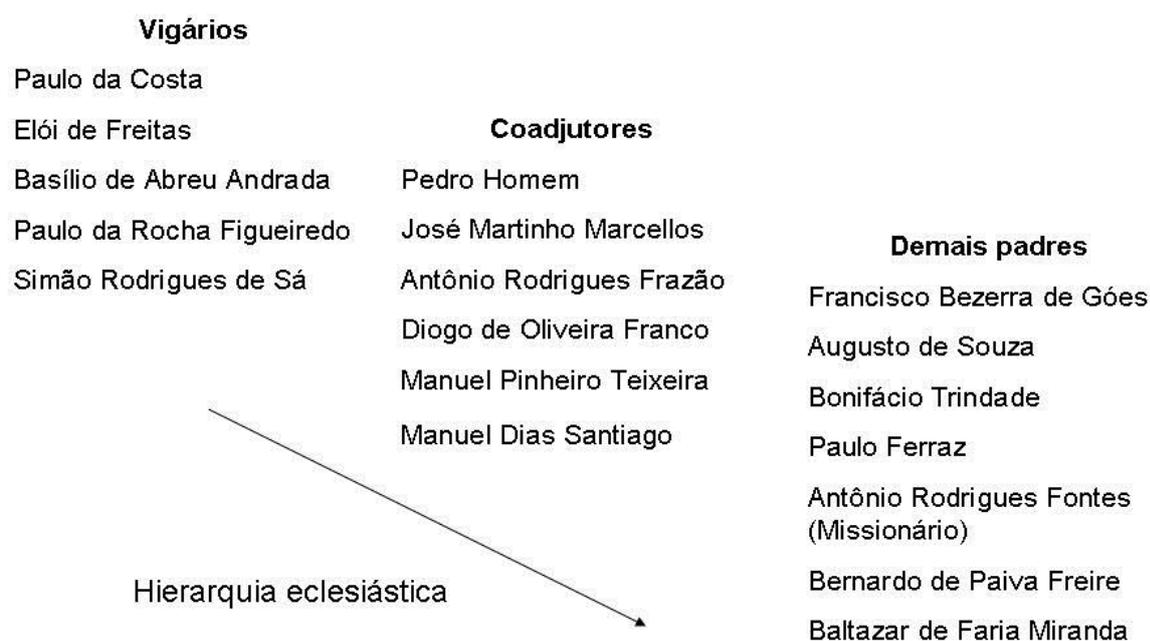
Nesse sentido, estiveram, sabidamente, pela igreja matriz, um total de 18 padres, dentre os quais apenas um foi descrito como missionário. É possível ainda que outros padres tenham visitado a igreja de Nossa Senhora da Apresentação, contudo, não constam nos registros pesquisados, pelo fato de não haverem batizado na localidade em questão. Desses 18 padres que apareceram tendo batizado na igreja matriz, cinco eram vigários da mesma e seis eram coadjutores, os demais totalizavam oito, sendo um deles um missionário. É possível que desse total dos “demais padres” alguns deles fossem missionários, que batizassem na vacância de vigários, embora não se tenham provas concretas pelo fato de os registros de batismos serem demasiados sucintos. A organização dos padres pode ser analisada pela imagem abaixo.

---

<sup>160</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980. p. 56.

**Figura 3:** Padres que atuaram no processo de cristianização espacial da Cidade do Natal (1681-1714)

## Padres que atuaram no processo de cristianização espacial da Cidade do Natal



Fonte: LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1681-1714).

Essa figura, embora traga apenas os padres que realizaram batizados na Cidade do Natal, representa a complexidade das relações eclesiásticas na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. De acordo com Bruno Feitler, que analisou o Bispado de Pernambuco como um todo, bispado este que compunha a Freguesia aqui estudada, teriam passado pela Capitania do Rio Grande apenas 11 padres. A afirmação de Feitler foi feita com base na “Congregazione del Concilio, Relaciones Diocesium”. Esse número, de 11 padres, confirma o total encontrado na imagem acima, afinal, se somados o número de vigários, com o de coadjutores resultariam exatamente esses 11 padres,

sendo os demais padres listados, muito provavelmente, pertencentes às ordens religiosas.<sup>161</sup>

O problema desse levantamento, porém, são as análises que a consulta desse documento pode causar aos desavisados. É sabido que esse número de padres (11), tão diminuto, não conseguiria contemplar uma região tão vasta como era a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Por isso, a importância dos missionários que atuavam justamente nas localidades que esses párocos – como o vigário e o coadjutor – não poderiam chegar, sobretudo, pelas longas distâncias. No caso específico dos sete padres que se acredita serem missionários, é possível que tenham realizado esses batizados em momento de ausência do vigário - fosse por motivo de doenças, de viagens pela freguesia, dentre outros.

Se estiveram 11 padres, no período estudado, de 1681 a 1714, sendo responsáveis pela igreja matriz, havia um total de sete auxiliando esses vigários e coadjutores, mesmo já havendo eclesiásticos responsáveis. Ora, um total de sete indivíduos seria mais que a metade dos párocos disponíveis. Esses padres “auxiliares” provavelmente estavam na Cidade do Natal apenas de passagem, circulando por outras localidades constantemente. Como será demonstrado mais a frente, esses padres auxiliares estiveram batizando em outras localidades, o que implica dizer que estivessem na Cidade do Natal apenas brevemente. É possível ainda que a passagem desses padres (7) pela matriz se devesse ao fato de terem ido pedir permissão para administrar algum sacramento, uma vez que tinham regras e que precisavam do consentimento do vigário da freguesia para algumas situações,<sup>162</sup> tendo assim, aproveitado a passagem pela matriz para conceder o sacramento do batismo.

A circulação de padres era uma constante no período desse estudo, deslocando-se na tentativa de propagar a fé nos diversos lugares. Assim, não eram apenas os missionários que circulavam em direção a outras igrejas/capelas, mas também os padres seculares faziam esses trajetos para a realização de sacramentos, missas, dentre outras práticas católicas. O vigário colado<sup>163</sup> Simão Rodrigues de Sá, por

---

<sup>161</sup> FEITLER, Bruno. **Nas Malhas da Consciência: Igreja e Inquisição no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007.

<sup>162</sup> Os padres, de maneira geral, precisavam da autorização do vigário da freguesia para conceder os sacramentos, rezar missas e confessar, enfim, para atuar na conversão nos espaços da freguesia.

<sup>163</sup> Os vigários colados “(...) prestavam concurso público e, se aprovados, recebiam a paróquia por colação e dela só saíam se quisessem, pois eram efetivos, e recebiam sua remuneração diretamente do poder civil que, por sua vez, recolhia o dízimo dos fiéis e por isso tinha a obrigação de sustentar o culto e

exemplo, realizou batizados em diversas localidades, como a Capela de Santo Antônio do Potengi e a Capela de São Gonçalo do Potengi, ambas próximas a Cidade do Natal, onde estava situada a igreja matriz.<sup>164</sup>

Outros vigários como Basílio de Abreu Andrada também circularam por outras localidades, tendo realizado batizados na Capela de Santo Antônio e na Capela de Cunhaú. Já o coadjutor Diogo de Oliveira esteve realizando batizados nas capelas de Santo Antônio e São Gonçalo. Entende-se, então, que os vigários, embora “colados”, precisavam auxiliar na administração dos sacramentos em outras localidades.

É possível também, que essas passagens em outras capelas tenham relação com o modo de vida dos padres. As viagens feitas pelo padre Simão Rodrigues de Sá podem ter relação com o acompanhamento feito de suas próprias terras, tendo em vista que o mencionado pároco possuía, pelo menos, sete terras, uma entre o rio Ipojuca e o rio Serinhaem, recebida em 1681; uma na Serra do Sabugi, em 1706; uma na Cidade do Natal, em 1706; uma no rio Salgado, em 1706; uma na Serra Negra, em 1717; uma cuja localidade não se pode verificar devido a lacunas do documento, em 1717; uma no riacho Camaragibe, em 1736.<sup>165</sup> Era possível que, ao sair da Cidade do Natal em direção ao sertão – Serra do Sabugi, Rio Salgado, Serra Negra – Simão Rodrigues fosse realizando batizados pelo caminho percorrido.

Outro vigário de destaque era Paulo da Costa, que embora não se tenha comprovações de terras recebidas, dispunha de, pelo menos, sete escravos.<sup>166</sup> Nesse período, era comum que os padres tivessem terras e escravos, constituindo assim um patrimônio que subsidiasse sua própria sobrevivência, uma vez que os recursos da Coroa portuguesa não eram tão abundantes, tampouco as esmolas dos fregueses, ainda que alguns padres tivessem acumulado bens para além de suas necessidades, ou seja, tenham feito verdadeiras fortunas.<sup>167</sup>

---

seus ministros”. Ver: <http://www.carmodacachoeira.net/2008/07/vigrios-colados-e-vigrios-encomendados.html> Acesso em: 23.02.2015

<sup>164</sup> Ver: SILVA FILHO, José Rodrigues. Padre Simão Rodrigues de Sá, um patriarca de batina. II Encontros Coloniais. On line. Disponível em: [http://www.cchla.ufrn.br/encontroscoloniais-lehs/textos/Jos%C3%A9%20Rodrigues\\_Encontros\\_2014.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/encontroscoloniais-lehs/textos/Jos%C3%A9%20Rodrigues_Encontros_2014.pdf) Acesso em 23.02.2015

<sup>165</sup> Cartas de sesmarias doadas ao padre vigário Simão Rodrigues de Sá, em 1681, 1706, 1706, 1706, 1717, 1717, 1736. *Plataforma SILB* – PE 0355; RN 0052; RN 0948; RN 0054; RN 0380; RN 0453. Acesso em 30 dez. 2014: disponível em [www.silb.cchla.ufrn.br](http://www.silb.cchla.ufrn.br)

<sup>166</sup> LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1681-1714).

<sup>167</sup> BEZERRA, Mons. Severino. **Levitas do Senhor**, II Volume. Natal: Clima. 1987.

O padre Manuel Pinheiro Teixeira, filho do senhor de escravos Francisco Pinheiro Teixeira, angariou relativo patrimônio no período em que esteve na Cidade do Natal. A família era proveniente de Portugal, da região de Penafiel, bispado do Porto, tendo nascido em 1673 e somente depois de investido padre, fixado-se em Natal.<sup>168</sup> O padre Manuel Pinheiro Teixeira recebeu seis concessões de terras em sesmarias – a primeira em Manari (PB), no ano de 1700, a segunda em Catolé (PB), no ano de 1706, a terceira no rio Pitimbu (RN), no ano de 1711, a quarta no rio da Fonte, no ano de 1720, a quinta no rio Maxaranguape (RN) e a sexta e última no Olho d'água das Gameleiras.<sup>169</sup> Seis terras recebidas certamente geraram bem mais cabedal do que o padre precisaria para prover o seu sustento.

Possuir seis sesmarias, em localidades distintas, requeria a utilização de mão de obra (escrava ou livre), algo que apenas pessoas de posses poderiam manter. Acredita-se, desta feita, que a família Pinheiro Teixeira tivesse posses suficientes para manter as terras solicitadas. Além disso, ter terras era sinônimo de destaque para a sociedade colonial. Assim, entende-se que o destaque social de “ser padre” não bastou a Manuel Pinheiro Teixeira, que tratou de adquirir terras para consolidar e/ou ampliar seu prestígio social e econômico.

Essas visitas realizadas pelos padres ao interior provavelmente também eram realizadas no intuito de acompanhar o crescimento populacional da freguesia, de modo a organizar o processo de cristianização, pois o vigário era a pessoa primordial, devendo ser responsável pela gerência das almas de toda a freguesia, apesar de sua extensão. Cabe atentar, entretanto, para o fato de que, embora precisasse saber de todas as capelas existentes, o vigário não dispunha de tanto tempo para percorrer, recorrentemente, as mesmas, ao passo que seria fundamental que pudesse contar com os demais agentes espirituais, sobretudo com os padres das ordens religiosas, fosse em missões permanentes (aldeamentos), fosse em missões populares (viagens realizadas), como se verá nos capítulos 3 e 4, respectivamente.

Infelizmente, não se tem maiores informações sobre todos os padres que realizaram batizados na matriz de Nossa Senhora da Apresentação nesse período. Sobre os missionários, as informações são ainda mais escassas, sendo possível saber um pouco

---

<sup>168</sup> BEZERRA, Mons. Severino. Idem.

<sup>169</sup> Cartas de sesmarias doadas ao padre Manuel Pinheiro Teixeira, em 1700, 1706, 1711, 1720. *Plataforma SILB* – RN 0066, RN 0138, RN 0485, RN 0561 e RN 0989. Acesso em 30 dez. 2014: disponível em [www.silb.cchla.ufrn.br](http://www.silb.cchla.ufrn.br) Ver ainda: BEZERRA, Mons. Severino. **Levitas do Senhor**, II Volume. Natal: Clima. 1987. P. 44.

apenas sobre Antônio Rodrigues Fontes. O missionário Antônio Rodrigues Fontes teria sido capelão da fortaleza dos Reis Magos.<sup>170</sup> Assim como Manuel Pinheiro Teixeira e Simão Rodrigues de Sá, Antônio destacava-se pelo patrimônio adquirido, tendo recebido duas terras em sesmarias – uma no rio Carau (atual cidade de Assu), em 1717, e a outra na Cidade do Natal, localizada vizinha a igreja de Nossa Senhora do Rosário, em 1723. Além das terras, sabe-se que o missionário possuía, pelo menos, dois escravos, que deviam cuidar de plantações e/ou animais em suas terras.<sup>171</sup>

Tão relevante quanto conhecer os padres que realizavam os batizados, faz-se conhecer as pessoas envolvidas nesses sacramentos. Como se percebeu no caso do padre Manuel Pinheiro Teixeira, sua família tinha posses - terras e escravos. Procurou-se, então, saber sobre que eram as pessoas que estavam sendo batizadas na igreja matriz, quem eram seus pais, se havia relações de apadrinhamento entre essas pessoas e, por fim, qual o motivo pelo qual aquelas pessoas estavam sendo batizadas na matriz. Será que residiam na localidade? Ou estavam de passagem? Essas pessoas foram descritas recorrentemente na Cidade do Natal? Essas são algumas questões que possibilitam um olhar mais aprofundado no sentido de perceber quem eram os sujeitos que estavam sendo cristianizados e seu perfil socioeconômico.

A igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação contou com um total de 298 batizados realizados, no período compreendido entre 1681-1714. Desse total, percebeu-se que 62 pessoas eram proprietárias de escravos (indígena ou de ascendência africana). Por esse motivo, algumas pessoas se destacaram, tendo diversos registros realizados, tanto dos batizados de seus escravos, como dos batizados de seus filhos, o que, provavelmente, pode ser indicativo de que residissem, ainda que momentaneamente na Cidade do Natal, uma vez que se deslocar, recorrentemente, em um curto tempo, no período colonial, não era uma medida tão simples, nem tão rápida.

Dentre esses 62 senhores de escravos, escolheu-se trabalhar com sete deles, por serem os senhores com maior número de escravos – excetuando-se os padres que tinham escravos, já analisados anteriormente. As pessoas de maior destaque pelo total de escravos, mas também por ocuparem cargos camarários, ou militares, ou ainda pela posse de terras, possibilitaram um maior rastreamento de suas vidas, permitindo uma

---

<sup>170</sup> Não foi informado o ano em que o missionário foi capelão na fortaleza. BEZERRA, Mons. Severino. **Levitas do Senhor**, II Volume. Natal: Clima. 1987.

<sup>171</sup> LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1681-1714).

análise mais clara sobre o perfil das mesmas. Infelizmente, quanto menos abastada fosse uma família, menos material para análise dispõe o historiador.

Assim, optou-se por explicitar as famílias de Gonçalo da Costa Faleiro (1),<sup>172</sup> Antônio Dias Pereira (7), Alberto Pimentel (15), Manuel Gonçalves Branco (2), Bernardo Vieira de Melo (3) e da senhora Mariana da Costa (10) - em alguns documentos Mariana da Costa Travassos – todos listados abaixo, que por sua vez, contempla todos os 62 senhores de escravos que batizaram algum de seus cativos na igreja matriz.

**Lista 1:** Lista dos senhores que fizeram batizar seus escravos na igreja matriz (1681-1714)

Nº	Senhor (a) de Escravo	Quantidade de escravos	Total de escravos na Capitania
1.	<b>Gonçalo da Costa Faleiro</b>	15	24
2.	<b>Manuel Gonçalves Branco</b>	15	15
3.	<b>Bernardo Vieira de Melo</b>	8	8
4.	Padre Paulo da Costa	7	7
5.	Antônio de Castro Rocha	6	6
6.	João da Costa Almeida	6	11
7.	<b>Antônio Dias Pereira</b>	6	7
8.	Manuel Rodrigues Coelho	5	5
9.	Jacinto Veloso	4	8
10.	<b>Mariana da Costa</b>	4	5
11.	Sebastião de Sá	4	4
12.	Padre Simão Rodrigues de Sá	4	4
13.	Pascoal Gonçalves	3	3
14.	Pedro da Costa	3	4
15.	<b>Alberto Pimentel</b>	3	3
16.	Manuel Rodrigues Taborda	3	3
17.	Felipe da Costa	3	5
18.	Jerônimo César	3	3
19.	Gonçalo Rodrigues Ramos	3	4
20.	Augustinho César de Andrada	3	3
21.	Manuel de Souza Cerne	3	4
22.	Diogo Pereira Malheiros	3	3
23.	Gaspar Freire de Carvalho	3	3
24.	Manuel Rodrigues	2	6
25.	Padre Antônio Rodrigues Fontes	2	2
26.	Francisca Gomes	2	2

<sup>172</sup> Os números que seguem os nomes dos senhores de escravos, correspondem à posição destes senhores na lista abaixo.

27.	Brás João Cunha	2	3
28.	José Lisboa	2	2
29.	Manuel da Silva Vieira	2	2
30.	Manuel Nunes Terra	2	2
31.	João Leite	2	6
32.	Antônio da Silva de Carvalho	2	2
33.	Jerônimo Gonçalves	2	2
34.	Manuel Gomes Torres	2	2
35.	José Ribeiro de Farias	2	2
36.	Francisco Pinheiro Teixeira	2	2
37.	Ana de Carvalho	2	2
38.	Maurício Socorro	1	1
39.	João Fernandes de Souza	1	1
40.	Estevão Paes de Araújo	1	1
41.	Teodósio da Rocha	2	18
42.	Cosme da Silveira	1	2
43.	Antônio Pereira Chaves	1	1
44.	Pascoal de Freitas	1*	1*
45.	Tomás Correa	1*	1*
46.	João Pereira	1*	1*
47.	João Mulato	1*	1*
48.	Bernardo da Costa	1	1
49.	Brás Gomes	1	1
50.	Catarina da Rocha	1	1
51.	Antônia Tavares	1	1
52.	Manuel Aires	1	1
53.	Inês Duarte (viúva)	1	4
54.	José Carneiro	1	1
55.	Domingo Gonçalves	1	1
56.	Manuel Ferreira Almeida	1	1
57.	Antônio de Carvalho Almeida	1	1
58.	Antônio Rodrigues de Almeida	1	1
59.	Gracia do Rego	1	1
60.	Inácio Gonçalves	1	1
61.	João Malheiros	1	1
62.	Francisco Pinheiro de Souza	1	1

Fonte: LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1681-1714).

A lista acima, composta por 62 senhores de escravos, foi feita com base nos registros de batismos, referentes à matriz, levando em consideração o total de escravos mencionados nos mesmos. Como se chegou a um número muito elevado de pessoas que tinham escravos e tendo em vista que alguns desses proprietários provavelmente residiam em outras localidades, como o caso do capitão Teodósio da Rocha (3), que será analisado no capítulo 3, por se destacar nos registros referentes à capela de Santo

Antônio do Potengi, resolveu-se priorizar a análise de pessoas cujo maior número de registros tinha como lugar a matriz de Nossa Senhora da Apresentação, escolhendo-se trabalhar com as seis famílias listadas.

Os asteriscos postos no quadro dizem respeito a quatro casos particulares, percebidos na documentação. Os senhores Pascoal de Freitas e Tomás Correa, da mesma maneira que João Pereira e João Mulato, eram, cada dupla, proprietária de um escravo. Assim, Pascoal de Freitas e Tomás Correia teriam, hipoteticamente - já que não se pode dividir um escravo -, apenas metade de um escravo. Da mesma forma, João Pereira e João Mulato também tinham a propriedade compartilhada de um escravo.

Apesar de haver outras pessoas de destaque, com um número considerável de escravos, priorizou-se analisar essas seis por serem recorrentes nos diversos fundos documentais, sendo pessoas de destaque na capitania, como no caso de Bernardo Vieira de Melo, capitão-mor da Capitania do Rio Grande, bem como oficiais da câmara, como Gonçalo da Costa Faleiro, Alberto Pimentel, dentre outros.

Gonçalo da Costa Faleiro, número 1 na lista acima, foi casado duas vezes, primeiro com Domingas Gomes e, posteriormente, com Úrsula Mendonça, tendo duas filhas, Maria Madalena e Leonor Muniz, cujas mães não foi possível identificar, por aparecerem na documentação apadrinhando, sabendo-se apenas que eram “filhas de Gonçalo da Costa Faleiro”.<sup>173</sup> Pela recorrência com que aparece na documentação, era provável que Gonçalo da Costa Faleiro, pelo menos até 1705, residisse próximo à Cidade do Natal, embora tenha feito batizar outros sete escravos na Capela de Santo Antônio do Potengi, o que pode ser indicativo de apenas uma passagem pela localidade, ou mesmo de outras possíveis terras adquiridas lá. Pelo fato de ter recebido terras em Pirangi, ainda em 1679, acredita-se que Gonçalo residisse nessas terras, inclusive por ser tabelião, também em 1679, sendo Pirangi uma localidade mais próxima da Cidade do Natal. Gonçalo passou a ser descrito como capitão, por volta do ano de 1690 e, em 1711, coronel.<sup>174</sup>

Para uma cidade de pequeno porte, como era Natal nesse período, Gonçalo da Costa Faleiro deveria ser uma personalidade de destaque, tendo ocupado cargos

---

<sup>173</sup> Em registro de 1692, Gonçalo da Costa Faleiro estava casado com Domingas Gomes, ao passo que, em 1704, constava o nome de Úrsula Mendonça como sua esposa.

<sup>174</sup> Esse conjunto de informações foi percebido com base nas cartas de sesmarias, no livro dos termos de vereação do senado da câmara, bem como no livro de registro de batismos de 1681-1714 e ainda na documentação do projeto resgate.

camarários – foi Juiz ordinário em 1696 e procurador nos anos de 1693 e 1698.<sup>175</sup> como também, provavelmente, postos de ordenanças, por ser descrito como coronel nos registros. Foi ainda Tabelião público judicial e de notas, em 1698.<sup>176</sup> Além disso, o coronel dispunha de um cabedal pouco comum em Natal àquela época, tendo adquirido, somente no período desse estudo, pelo menos 15 escravos, dos quais um total de sete era proveniente da Guiné.<sup>177</sup> Recebeu também duas concessões de terras, sendo uma próxima ao rio Pirangi (1679), já mencionada, e a outra na ribeira do rio Mossoró (1705).<sup>178</sup> É possível que a concessão desta última sesmaria tenha relação com o fato de o coronel Gonçalo da Costa Faleiro ter-se envolvido com o processo de povoamento do rio Mossoró, que acontecia nessa época.<sup>179</sup>

O destaque de Gonçalo da Costa Faleiro possivelmente fez com que fosse chamado para apadrinhar quatro crianças: Josefa, em 1693, filha de Manuel Nunes Terra (33); Leocácia, em 1702, filha de João Carvalho de Lima, provavelmente era morador de São Gonçalo, como se verá no capítulo 3; Domingos, em 1704, filho de José;<sup>180</sup> e, por fim, Luís, também em 1704, filho de Lázaro de Barros Rego.

O apadrinhamento dessas crianças deveu-se tanto ao estreitamento de laços com as famílias mencionadas, como provavelmente pela devoção de Gonçalo da Costa Faleiro, tendo o mesmo mandado construir um oratório em suas terras, sendo sabida sua existência devido ao padre Pedro Fernandes (missionário) - que esteve circulando pelas localidades de Santo Antônio, São Gonçalo e Jundiá – ter realizado o batizado de um dos escravos de Gonçalo da Costa Faleiro, João, em 1711, no mencionado oratório,

<sup>175</sup> Livro dos termos de vereação do Senado da Câmara de Natal, Cx. 3, L. 1674-1698.

<sup>176</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o ofício de tabelião do Público, Judicial e Notas da Capitania do Rio Grande do Norte. Foi nomeado Gonçalo da Costa Faleiro. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 46.

<sup>177</sup> LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1681-1714).

<sup>178</sup> Carta de sesmaria doada a Gonçalo da Costa Faleiro, em 1679. *Plataforma SILB* – RN 0038. Acesso em 30 dez. 2014: disponível em [www.silb.cchla.ufrn.br](http://www.silb.cchla.ufrn.br); LEMOS, Vicente; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**. Natal: Edição do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980. 2.v. p. 27.

<sup>179</sup> DIAS, Patrícia Oliveira. **Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi Mossoró (1675-1725)**. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

<sup>180</sup> Não foi possível saber o sobrenome de José por uma corrosão no documento.

sendo registrado que o batizado ocorreu no “oratório do coronel Gonçalo da Costa Faleiro”, não sendo mencionado se tinha invocação a algum santo.<sup>181</sup>

O coronel Gonçalo da Costa Faleiro não foi o único a se destacar na Cidade do Natal/capitania. Antônio Dias Pereira (16), que foi capitão, alferes, tenente coronel e ainda almoxarife da Fazenda Real (1704),<sup>182</sup> também compõe o grupo das pessoas de renome da Capitania do Rio Grande. Antônio Dias Pereira, casado com Maria Gomes, teve, pelo menos, quatro filhos – Maria (1705), Antônio (1707), Teodósio (1710) e Inácia (1711), tendo esta última sido batizada na capela de Santo Antônio do Potengi.<sup>183</sup>

O batizado de Inácia permite entender que havia mobilidade dessas pessoas. Era possível que o padrinho de Inácia, Gonçalo Freire, residisse em Santo Antônio, o que poderia ter gerado um deslocamento da família ao local. As informações sobre o padrinho são pouquíssimas, contudo, não sendo possível afirmar com precisão. Embora não se saiba o motivo que teria levado Antônio Dias Pereira a batizar sua filha na Capela de Santo Antônio, faz-se pertinente perceber que essas pessoas se movimentavam pela Capitania, e que esse movimento resultava no contato entre diversos fregueses, moradores de diferentes localidades.

O movimento da família de Antônio Dias Pereira, entretanto, parece não ter terminado nessa ida à Capela de Santo Antônio. No ano de 1713, Antônio Dias Pereira recebeu uma sesmaria nas proximidades do rio Mossoró. Três anos depois, em 1716, recebeu mais uma sesmaria, infelizmente não foi possível saber o local devido a uma lacuna na carta de doação.<sup>184</sup> Por fim, em 1717, recebeu terras no Assu, o que pode ser indicativo de que a família estivesse residindo nas novas áreas que estavam sendo conquistadas na capitania, devido ao processo que alargou as fronteiras – a Guerra dos Bárbaros.<sup>185</sup>

---

<sup>181</sup> LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1681-1714).

<sup>182</sup> CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. João V], pedindo que lhes fosse concedida permissão para fazerem as festas e receberem propinas delas como acontecia na Paraíba. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 69.

<sup>183</sup> LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1681-1714).

<sup>184</sup> Carta de sesmaria doada a Antônio Dias Pereira, em 1713, 1716 e 1717. *Plataforma SILB* – RN 0336, RN 0348 e RN 0376. Acesso em 30 dez. 2014: disponível em [www.silb.cchla.ufrn.br](http://www.silb.cchla.ufrn.br)

<sup>185</sup> Ver: SILVA, Tyego F. **A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720)**. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015. E também: DIAS, Patrícia Oliveira. **Onde fica o sertão rompense as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi Mossoró (1675-1725)**. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

Acredita-se, no entanto, que essa ida de Antônio Dias Pereira ao sertão da capitania tenha sido iniciada apenas após, ou talvez pouco antes, da concessão das terras (1713), pois, em 1707 e 1708, esteve nas localidades de Guajirú e de Papary, respectivamente, onde foi padrinho de Manuel, em 1707 e de José, em 1708. Para além desses batizados, Antônio Dias Pereira foi padrinho de dois índios, Sebastião, em 1692 e Teodósio, em 1696. Foi padrinho ainda de mais duas crianças, Maria e Tereza, ambas no ano de 1704. Todos os demais batizados, com exceção do de Guajirú e de Papary, foram realizados na igreja matriz, fato que leva a crer que Antônio Dias Pereira residia em Natal, pois estava recorrentemente na cidade.<sup>186</sup>

A terceira e quarta famílias – de Manuel Gonçalves Branco e Alberto Pimentel - escolhidas para serem trabalhadas tinham não somente uma relação com a espacialidade/sacralização da igreja matriz, mas compartilhavam de laços entre si. A terceira família escolhida, de Manuel Gonçalves Branco, o senhor de escravos de número 37 na lista acima, foi casado com Catarina de Oliveira, com quem formou uma família vasta, composta por, pelo menos, nove rebentos. Todos os seus filhos foram batizados na igreja matriz, o que pode ser um indicativo de que Manuel Gonçalves Branco residisse naquele lugar.

É válido ressaltar que dos nove filhos de Manuel Branco, pelo menos quatro foram batizados por pessoas de destaque na Capitania do Rio Grande. A pequena Maria, batizada em 1695, foi apadrinhada pelo capitão-mor, na época, Bernardo Vieira de Melo. Já os pequenos Francisco e João, batizados em 1701 e 1704, respectivamente, certamente estreitaram os laços entre a família de Manuel Gonçalves Branco e a quarta família aqui analisada, a de Alberto Pimentel, tendo o menino Francisco sido apadrinhado por Alberto Pimentel, enquanto que João foi apadrinhado por esposa daquele, Francisca de Oliveira. Por fim, o último filho de Manuel, chamado Miguel, batizado em 1711, teve como padrinho o padre Antônio Rodrigues Fontes, trabalhado mais acima, eclesiástico de prestígio social e detentor de cabedal considerável.<sup>187</sup>

Manuel Gonçalves Branco, além do grande número de filhos, tinha um número ainda maior de afilhados, tendo sido padrinho de 11 pessoas. Ainda na última década de 1690, foi padrinho de seis crianças: Rosa (1690), Úrsula (1692), Aurélia

---

<sup>186</sup> LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1681-1714).

<sup>187</sup> LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1681-1714).

(1693), Catarina (1696), Inês (1697) e Tereza (1697). Já na primeira década do século XVIII, apadrinhou mais cinco: José (1702), Manuel (1702), Eugênia (1703), Antônio (1706) e Maria (1708).<sup>188</sup>

A relação entre as famílias de Manuel Gonçalves Branco e de Alberto Pimentel não acabam nos dois batizados, sendo o apadrinhamento algo recíproco, uma vez que Manuel, assim como sua esposa, Catarina de Oliveira, também foi convidado para ser padrinho de dois dos filhos de Alberto Pimentel. Manuel foi padrinho da menina Tereza, no ano de 1697, enquanto que Catarina foi madrinha de Plácida, em 1702.

A família de Alberto Pimentel contou com apadrinhamentos de outras pessoas importantes, como no batizado de pequeno Alberto (1706), tendo como padrinho o coadjutor Manuel Pinheiro Teixeira, e do seu irmão gêmeo, Antônio, apadrinhado pelo Tenente coronel Manuel Rodrigues Coelho e ainda no batizado de Alberto (de mesmo nome do pai e do irmão), em 1712, cujo padrinho foi o provedor da Fazenda Real, José Barbosa Leal.<sup>189</sup>

Alberto Pimentel, casado com Francisca de Oliveira, foi vereador do Senado da Câmara da Cidade do Natal no ano de 1696<sup>190</sup>. Sua mobilidade ultrapassou os limites da capitania do Rio Grande, onde tinha terras em Cajupiranga, tendo recebido outras sesmarias nas capitanias da Paraíba, na serra do Patu, e do Siará Grande, na lagoa Taboa e em Quixeramobim.<sup>191</sup>

Essa mobilidade na Capitania do Rio Grande tem relação com o processo de alargamento das fronteiras. Pouco a pouco, o conquistador foi entrando pelos sertões, criando medidas de ocupação e de povoamento, de modo que foram incorporando novos espaços. Em 1697, o capitão-mor, Bernardo Vieira de Melo, juntamente com os oficiais da câmara “e todos os homens nobres” escrevia ao rei na tentativa de que fosse construído um presídio no sertão do Assu. O intuito era garantir a segurança daqueles que estavam no sertão. Embora o processo de catequese dos índios já tivesse sido

---

<sup>188</sup> LIVRO de registro. Idem.

<sup>189</sup> Alberto Pimentel também apadrinhou um número considerável de crianças, um total de seis: Alberto (1697), Rosacena (1698), Francisco (1701), Cosme (1704), Francisco (1709) e Joana (1709). LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1681-1714).

<sup>190</sup> Livro dos termos de vereação do Senado da Câmara de Natal, Cx. 3, L. 1674-1698. Fls. 123v-124.

<sup>191</sup> SILB RN 0102; PB 0074; CE 0214 (Quixeramobim); CE 1261;

iniciado, o presídio “serviria para refrear qualquer impulso dos bárbaros”.<sup>192</sup> Nessa solicitação, caso o rei fosse favorável, os moradores iriam prover o sustento daqueles que assistissem no Assu pelo prazo de seis meses pelo fato de a fazenda real não dispor de recursos. Percebe-se, então, o interesse dos oficiais da câmara em adquirir terras na localidade, tendo em vista que, vários deles, como Antônio Dias Pereira e Teodósio da Rocha, receberam terras no Assu, posteriormente a essa solicitação.

Esse documento, além de mostrar um panorama da situação da capitania, mostra um conjunto de alianças que poderiam ser estabelecidas por moradores que conviviam na mesma localidade. O capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, por exemplo, que residia na Cidade do Natal, conforme explicitado no próprio documento, casado com Catarina Leitão, foi chamado para apadrinhar filhos de pessoas desse grupo. Em 1695, foi padrinho de Maria, filha de Manuel Gonçalves Branco (37), uma das pessoas de destaque analisadas nesse capítulo. Já no ano de 1698, apadrinhou o pequeno Teodósio, filho do capitão Teodósio da Rocha, um dos oficiais da câmara que receberam terras no Assu.<sup>193</sup>

Os apadrinhamentos de Bernardo Vieira de Melo não terminaram nesses dois casos citados, pois ainda foi padrinho de mais quatro pessoas: André (1696), escravo de Manuel da Costa Rego, genro do capitão Teodósio da Rocha; Inês (1696), cujo pai não foi informado; Bernardo (1699), filho de Bento Teixeira Ribeiro; e Ricardo (1699), filho de Luís Leal;<sup>194</sup>

Por fim, a última família escolhida para ser trabalhada foi a de Mariana da Costa (51). Mariana da Costa, viúva provavelmente após o ano de 1699, teve pelo menos três filhos: Antônio, batizado em 1699, Bernarda de Barros e Izabel de Barros. No batizado de Antônio não foi informado o pai, fato que impossibilita saber com quem Mariana da Costa havia sido casada. Já as duas filhas, provavelmente eram adultas, pois aparecem nos registros sendo madrinhas, de modo que se sabe que eram filhas de

---

<sup>192</sup> CARTA do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, ao rei [D. Pedro II] sobre decisão dos oficiais da Câmara e moradores de Natal de se fazer um presídio no sertão do Aço, que seria sustentado por seis meses pelas farinhas dadas aos moradores. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 42.

<sup>193</sup> DIAS, Patrícia de Oliveira. A conquista do sertão do Rio Grande: Estratégias de apropriação de espaços na capitania do Rio Grande entre os séculos XVII e XVIII. **II Encontros Coloniais**. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/encontroscoloniais-lehs/textoscompletos.html> Acesso em: 19 de dezembro de 2014. p. 1-10.

<sup>194</sup> LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1681-1714).

Mariana da Costa pelo fato de o nome da mãe vir seguido ao das mesmas, como uma espécie de referência: “Izabel de Barros, filha de Mariana da Costa, viúva”.<sup>195</sup>

Resolveu-se trabalhar com a família de Mariana da Costa por ser uma mulher de relevância nessa sociedade em formação. Poucas eram as mulheres de destaque que apareceram nos registros de batismos, salvo raros casos, como o de Teodósia da Rocha, casada com Manuel da Costa Rego e filha do capitão Teodósio da Rocha. Mariana da Costa mandou batizar, na matriz, um total de quatro escravos, dentre os quais se sabe que havia uma escrava crioula, provavelmente comprada ou herdada de seu marido, que implicava em certo cabedal, afinal, comprar escravos negros requeria somas elevadas.

Infelizmente não se tem vestígios sobre o marido de Mariana da Costa, algo que poderia ser esclarecedor dessa proeminência da viúva. Acredita-se, entretanto, na possibilidade, ainda que remota, de seu marido ter lutado na Guerra dos Bárbaros, o que resultaria na doação de terras na localidade, pelo rei, à Mariana da Costa, mais precisamente nos arredores do rio Carau, no ano de 1736. Era comum, durante o período colonial, que as pessoas recebessem concessões de terras e/ou cargos pelos serviços prestados ao rei, sobretudo, nas guerras de conquista.<sup>196</sup>

Essas famílias representavam os laços formados pelas vivências em um mesmo espaço, sendo a igreja matriz um local de formação de vínculos, inclusive entre os fregueses e os párocos. Da mesma maneira, esses fregueses dialogavam com outros locais, que não apenas a igreja matriz, tendo em vista a mobilidade dessas pessoas, fosse internamente, ou seja, dentro da área de jurisdição da freguesia, fosse para além desses limites, chegando a adentrar os espaços de outras freguesias.

---

<sup>195</sup> Livro dos termos de vereação do Senado da Câmara de Natal, Cx. 3, L. 1674-1698. Fls. 123v-124.

<sup>196</sup> GOMES, José Eudes. *As milícias d’el Rey*. Op cit. p. 47.

## Capítulo 3

### Espaço dos aldeamentos

De fato a lei provoca a ira; mas, onde não há lei, também não há transgressão. (Romanos 4:15)

Que diremos então? Que a lei é pecado? De jeito nenhum! Mas eu não teria conhecido o pecado se não existisse a lei, nem teria conhecido a cobiça se a lei não tivesse dito: “não cobiça”. (Romanos 7:7)

A criação de aldeamentos na América portuguesa tinha o objetivo religioso de converter os povos indígenas, por acreditarem que esses povos não conheciam “a lei de Deus”. Como o trecho acima ressaltou - retirado do livro de Romanos, presente na Bíblia Sagrada - quem não conhece a “lei de Deus”, da Igreja católica, não peca. Assim, os índios não eram vistos pelos portugueses como infiéis, uma vez que não conheciam os preceitos de Deus e da Igreja. Os índios de diversos grupos eram tidos, pelos portugueses, como pagãos, pessoas que não conheciam a fé, não pecando contra a mesma, mas devendo, os portugueses, cuidarem de sua evangelização, para que pudessem conhecer a Deus.<sup>197</sup> Em 1537, a Bula papal *Veritas Ipsa*, do papa Paulo III, afirmava a liberdade dos índios como instância máxima da fé católica.<sup>198</sup> A missão dos povos europeus, na América portuguesa, era salvar-lhe as almas, propagando os dogmas da Igreja católica.

Os aldeamentos, também chamados de “missões”<sup>199</sup> nesse sentido, serviriam justamente para ensinar as leis de Deus e da Igreja católica. As missões de aldeamentos foram criadas, com o aceite de Mem de Sá, Governador Geral vigente, em 1560, conforme um modelo no qual o principal dos índios, de determinado grupo, seria uma espécie de governador do local, enquanto que a autoridade espiritual, e temporal,

<sup>197</sup> Citações retiradas do livro: Romanos 4,15; Romanos 7,7. ver: Bíblia sagrada. Edição pastoral. São Paulo: Paulos, 1990. p. 1379;

<sup>198</sup> Bula *Veritas Ipsa*, Papa Paulo III. 09/07/1537. Disponível em: **MONTFORT Associação Cultural** <[http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=veritas\\_ipsa&lang=bra](http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=veritas_ipsa&lang=bra)>, Acesso em 05 de Abril de 2014.

<sup>199</sup> Todos os aldeamentos que fossem criados e organizados sob as vistas de missionários, geralmente afastados das povoações, configuravam essas missões. LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003. p. 328.

caberia aos missionários. Esse modelo garantia, pelo menos teoricamente, a liberdade dos índios aldeados.<sup>200</sup>

Para além do intuito religioso, há de se ressaltar que os aldeamentos serviram ainda como estratégia de conquista de espaços que, na visão do português, estavam desaproveitados, pois como os “índios inimigos”, ou não-tupis, não eram vassalos do rei, consideravam esses espaços “sertão”.<sup>201</sup> Nesse sentido, colocar os indígenas, de diversos grupos, em aldeias, sob o comando dos religiosos, era uma medida de disponibilizar as terras, antes desses índios, de modo que permitisse a formação de novos povoados portugueses.

Aldeamentos ou reduções eram, de acordo com a definição de Capistrano de Abreu,

(...) povoados de índios, que vivendo à sua antiga usança, em matos, serras e vales, em escondidos arroios, em três, quatro ou seis casas apenas, separados, uma, duas, três e mais léguas uns de outros, os reduziu a diligência dos padres a povoações grandes e a vida política e humana, a beneficiar algodão com que se vistam, porque comumente viviam em nudez, ainda sem cobrir o que a natureza ocultava.<sup>202</sup>

Os primeiros aldeamentos da Bahia, segundo impressões do padre Anchieta, teriam

(...) suas casinhas bem acomodadas, cobertas de palmas, e igrejas capazes onde ensinam aos índios as coisas necessárias à salvação, lhes dizem a missa e ensinam a doutrina cristã duas vezes cada dia, (...) ensinam os filhos dos índios a ler, escrever, cantar e falar português.<sup>203</sup>

As missões, como o próprio nome já diz, consistiam na “missão conferida por Deus” de evangelizar. Essa “missão” foi destinada aos chamados “missionários” –

<sup>200</sup> LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003. p. 327.

<sup>201</sup> Os requerimentos de terras feitas pelos sesmeiros nesses espaços – Ribeira do Assú, Ribeira do Mossoró, Ribeira do Acauã – utilizavam a justificativa de que essas terras estavam devolutas, ou desaproveitadas, sem nunca terem sido concedidas. A justificativa não levava em consideração a posse dos indígenas sobre aquelas terras, mas os conquistadores afirmavam que tinham corrido “risco de vida”, devido ao gentio, ou seja, embora os indígenas, de diversos grupos, habitassem aquelas “sertões”, na concepção do português, não eram considerados senhores daquelas terras.

<sup>202</sup> ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial**. Rio de Janeiro: Ponto da Cultura Editora, 2010. p. 114.

<sup>203</sup> ANCHIETA, José de. Cartas, p. 424. “Informação da Província do Brasil para o nosso Padre”, de 1585.

padres das ordens religiosas. Para realizar a catequese, bem como administrar os sacramentos, os padres das ordens regulares – carmelitas, jesuítas, franciscanos, dentre outras – precisavam de uma autorização do vigário da freguesia em que estivessem, ressaltando assim a posição central, da igreja matriz, de onde emanavam as ordens e ações a serem executadas, em relação aos aldeamentos aqui estudados.<sup>204</sup>

As atividades de missionários na América portuguesa foram iniciadas pelos jesuítas, que começaram a trabalhar no processo de cristianização já em 1549, tendo desembarcado juntamente com o Governador geral do Estado do Brasil, Tomé de Sousa.<sup>205</sup> No entanto, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação ainda não existia nesse período, nem a Capitania do Rio Grande, que embora tivesse sido concedida, ainda não tinha conseguido ser ocupada pelos portugueses.

Desde as primeiras expedições de conquista, os solos que viriam a ser a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação contaram com a presença de missionários, fossem franciscanos, fossem os jesuítas.<sup>206</sup> Segundo Câmara Cascudo, desde o início da conquista territorial solicitou-se a presença de um padre para “promover as pazes com o gentio”, ao passo que teria sido enviado o missionário Gaspar de Samperes, perito no assunto catequético.<sup>207</sup>

Parafraseando o padre Serafim Leite, Maria Emília Monteiro Porto afirmou que, “(...) os missionários tiveram papel fundamental por suas habilidades como intérpretes da língua indígena e por sua experiência na administração dos contatos interculturais.” A afirmação de Porto explicita a importância dos missionários para a

---

<sup>204</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**/ feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2007. p. 7.

<sup>205</sup> LEITE, Edgard. **Notórios rebeldes: a expulsão da Companhia de Jesus da América portuguesa**. Madri: Fundación Histórica Taverna, 2000. p. 24-25.

<sup>206</sup> Segundo Sebastião Vide, idealizador das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, muito se dizia de positivo e negativo em relação aos jesuítas, mas “(...) quem estuda, quem reconhece seus trabalhos no descobrimento do Brasil, na catequese dos indígenas; não pode deixar de confessar, que aos jesuítas deve muito o solo em que habitamos”. E continua, “(...) como negar a conversão, e aldeamento de tantos centenares e milhares de indígenas, cujos descendentes ainda até hoje subsistem na fé catholica”. VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**/ feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2007. p. 19.

<sup>207</sup> CASCUDO, Luiz da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1955. p. 97.

criação e manutenção dos aldeamentos, sobretudo, pela experiência que esses padres já tinham.<sup>208</sup>

Apesar de os aldeamentos da Capitania do Rio Grande (do Norte) terem sido iniciados nos primórdios do processo de conquista portuguesa, a invasão holandesa teria configurado um retrocesso nessa medida de colocar os indígenas em aldeamentos, freando a organização inicial.<sup>209</sup> Assim, somente após a expulsão dos holandeses foi retomada a conquista e, conseqüentemente, recriados os aldeamentos.

Com base no Livro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal, pode-se perceber o intuito de Vaz Gondim, primeiro capitão-mor após a expulsão holandesa, em reocupar, sobretudo, as localidades que já haviam sido conquistadas, antes da invasão.<sup>210</sup> Inicialmente, a preocupação era povoar as localidades da cidade do Natal e adjacências, bem como retomar o convívio nos aldeamentos. Percebe-se, pois, que por volta do ano de 1659, novas terras estavam sendo concedidas aos moradores dessas localidades, como uma política régia, junto aos vassallos, de promover essa reocupação.<sup>211</sup>

Entre as medidas desse retorno ao processo de conquista estava a tentativa de agrupar esses indígenas, de diversos grupos, principalmente os capturados na Guerra dos Bárbaros, em aldeamentos. Colocar os indígenas em aldeamentos significava mais que a conversão. Ao inserir essas pessoas nos aldeamentos, criava-se dois tipos de lugares – o dos aldeamentos, com suas normas e condutas, espaço destinado à cristianização – mas também se transformava o espaço dos “sertões” em lugar, visto que os índios representavam uma fronteira ao processo de conquista empreitado pelo português. Em 1688, afirmou-se que os índios não domesticados eram a fronteira, na transição entre os séculos XVII e XVIII.<sup>212</sup> Entende-se, pois, que os índios inimigos dos portugueses, os chamados genericamente de tapuias, eram uma fronteira física e ao

---

<sup>208</sup> PORTO, Maria Emília M. **Jesuítas na Capitania do Rio Grande. Séculos XVI-XVIII. Arcaicos e Modernos.** Tese de doutorado em História. Universidad de Salamanca, Salamanca, 2000. p. 72.

<sup>209</sup> Desde o início do século XVII, entre 1600 e 1607, a Companhia de Jesus recebia concessões de terras na Capitania do Rio Grande, o que seria indicativo da permanência desses religiosos. Ao todo, somavam-se cinco concessões, sendo uma na Cidade do Natal, e as demais nas várzeas dos rios Potengi e Jundiá e nas margens da lagoa do Guajirú (atual Estremoz). LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte.** Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003. p. 107.

<sup>210</sup> Livro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal, v. 1.

<sup>211</sup> Ver cartas de concessão na Plataforma SILB, no campo de busca: “por ano”: [www.silb.cchla.ufrn.br](http://www.silb.cchla.ufrn.br)

<sup>212</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear Gaspar de Sousa de Andrade, a 6 de agosto de 1688. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 28.

mesmo tempo social, pautada no medo entre ambas as partes de um possível conflito, como de fato ocorreu, com amplas proporções – a chamada Guerra dos Bárbaros.<sup>213</sup>

A partir do momento que se colocava os índios em aldeamentos – embora fosse um processo paulatino -, deixava-se o sertão livre para o conquistador. Esse processo era fundamental para esse período de transição, final do século XVII e início do XVIII, momento no qual se estava procurando por novas terras para expandir a criação do gado, bem como a própria agricultura, além de manter o máximo de territórios povoados, impedindo que ocorressem novas invasões estrangeiras.<sup>214</sup>

Além disso, esses índios aldeados serviriam como mão de obra para os moradores, algo previsto na própria legislação indigenista, desde que esses índios recebessem pelo seu trabalho e que não ultrapassasse o total de 50% dos moradores do sexo masculino dos aldeamentos, já que os demais deveriam prover o sustento daqueles que ali estavam vivendo. As mulheres também poderiam ser solicitadas para os serviços dos moradores, sobretudo as amas de leite.<sup>215</sup>

Essa concessão de índios para realizar trabalhos, auxiliando os moradores, deveria ser autorizada pelos religiosos que comandavam esses lugares, algo que desencadeou uma série de conflitos entre moradores e religiosos. Em 1713, os oficiais da câmara escreviam ao rei solicitando repartir os índios aldeados para o serviço dos moradores. Junto ao pedido, requeriam que os padres da Companhia de Jesus, responsáveis pelos aldeamentos nesse período, fossem substituídos por religiosos das ordens mendicantes.<sup>216</sup>

Embora na documentação não se tenha o motivo explícito dessa troca, acredita-se que as ordens mendicantes seriam mais maleáveis, permitindo que os moradores se utilizassem do trabalho indígena, situação não permitida pelos jesuítas. Cabe lembrar ainda, que essa medida jesuítica, de vetar o trabalho dos índios, junto aos moradores, pode ter relação com o fato de esses moradores levarem os índios e os escravizarem.

---

<sup>213</sup> LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

<sup>214</sup> MONTEIRO, Denise M. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal (RN), EDUFRRN, 2007.

<sup>215</sup> LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Op cit.

<sup>216</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre carta dos oficiais da câmara de Natal, acerca da repartição desigual das sesmarias e da má administração das aldeias de índios pelos padres da Companhia de Jesus. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 18.

Percebe-se o intuito dos oficiais da câmara - que notadamente eram também moradores na freguesia, ou mesmo tinham terras/casas – em expulsar os religiosos da Companhia de Jesus, que administravam as aldeias de índios, visando poder utilizar-se de sua mão de obra. Segundo consta na consulta feita ao Conselho Ultramarino, os índios estavam “muy domesticos”, enquanto viviam sob a administração dos capitães-mores das aldeias, tendo essa paz sido modificada pela administração dos jesuítas – os oficiais alegavam que os índios já não estavam sendo domesticados, de forma que “custa muito alcançar um”.<sup>217</sup>

É interessante perceber a possibilidade de que esses moradores, possivelmente, estivessem escravizando esses índios, levando os mesmos para trabalhar, sem tempo determinado, nem efetuando o devido pagamento, algo que justificaria esse embate entre missionários e moradores, tendo em vista que aqueles eram terminantemente contrários à escravização dos índios, por acreditarem que, assim como o português, possuíam alma.

O contrário também pode ser analisado, de modo que os missionários, de forma semelhante, poderiam inviabilizar que os indígenas trabalhassem para os moradores visando que os mesmos servissem aos próprios missionários e/ou aumentassem o patrimônio dos aldeamentos sob sua administração, assim como fizessem crescer o patrimônio dos próprios padres. Para tanto, pode-se lembrar as denúncias feitas dos jesuítas, acusados de quebrar seus votos de pobreza e acumular demasiados recursos materiais. De toda forma, fica evidente a disputa pelo poder de administrar esses índios.<sup>218</sup>

No caso específico da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, objeto desse trabalho, foi analisada a presença da Igreja católica, por meio de missionários, em dois aldeamentos, no período compreendido entre 1681 a 1714. Serão analisadas, então, as igrejas de São Miguel do Guajirú e São José das Guaraíras, situadas nas localidades das atuais Extremoz e Arez,<sup>219</sup> respectivamente.<sup>220</sup> Esses aldeamentos surgiram apenas

---

<sup>217</sup> AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 18.

<sup>218</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

<sup>219</sup> A aldeia de São Miguel do Guajirú distava 80 léguas de Olinda, que, à época, era o centro do poder eclesiástico, sendo a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação subordinada ao bispado de Olinda. Já a aldeia de São João das Guaraíras, ficava a 70 léguas de distância de Olinda. Essa enorme distância dificultava a vigilância dos bispos, fazendo com que precisassem contar com um número elevado de missionários para conseguir cristianizar e manter os cristãos sob os dogmas da Igreja católica. ARSI, Brás. 9, 353v-356.

no último quartel do século XVII, sendo os de Guajirú e Guaraíras os pioneiros, sob os cuidados dos jesuítas.<sup>221</sup>

Deve-se pontuar, de início, que o objetivo deste capítulo é compreender as transformações espaciais ocorridas do contato com a Igreja católica, a chamada “cristianização” com seus fregueses. Nesse processo, podem ser entendidas as relações das pessoas que foram “cristianizadas” - independentemente de serem livres ou escravas - com os espaços nos quais estavam situadas as capelas/igrejas, ou seja, a relação entre as pessoas e os espaços eclesiásticos.<sup>222</sup>

Nesse sentido, o quadro abaixo apresenta os totais das pessoas que estavam passando por esse processo de cristianização nos aldeamentos. Como se pode analisar, com base no quadro 5, não eram apenas índios que estavam sendo cristianizados nos aldeamentos, sendo o total de brancos batizados, inclusive, superior ao de índios. Acredita-se, porém, que ou esses registros dos índios tenham sido perdidos, ou que esses índios já tivessem sido batizados no sertão.

**Quadro 5:** Batizados nos aldeamentos (1681-1714)

Espaço/Local	Batizados por cor*								Total	
	Branco		Negro		Mestiços <sup>223</sup>		Índios			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Guaraíras</b>	10	31,25	20	62,5	-	-	2	6,25	32	100
<b>Guajirú</b>	46	64,78	16	22,53	2	2,81	7	9,85	71	100
<b>Total</b>									<b>103</b>	<b>100%</b>

Fonte: LIVRO de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714), sob a guarda do IAHGP.

<sup>220</sup> O estudo dos aldeamentos, para o século XVIII, foi feito pela historiadora Fátima Lopes. Ver: LOPES, Fátima Martins. **Em Nome da Liberdade:** As vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII. Tese de Doutorado, UFPE, 2005.

<sup>221</sup> LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte.** Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003. p. 342.

<sup>222</sup> É necessário ressaltar ainda, que não serão trabalhados aspectos totais da população, nem variáveis demográficas, por se acreditar na imprecisão das fontes para esses tipos de análises que precisariam de outros dados – de outras fontes – para tornarem-se viáveis ao estudo.

<sup>223</sup> Optou-se por utilizar o termo mestiço pelo fato de aparecer na própria documentação.

Esse quadro foi feito com base nos fragmentos do livro de registro de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sendo explicitados na mesma apenas os dois aldeamentos aqui trabalhados. Para tanto, as informações foram divididas em “batizados por cor”, apresentando as terminologias que constavam nos registros, e por “condição jurídica”, levando em consideração, da mesma forma, os termos presentes na fonte.

É válido ressaltar que, assim como nos registros analisados no capítulo 2, sobre a Cidade do Natal, os termos “brancos” e “negros” estavam presentes apenas na capa dos livros, sendo todos os indivíduos desses respectivos livros considerados como tal, exceto nos casos em que, dentro desses fragmentos de livros, constavam informações diferentes.

Já a condição jurídica era algo mais fácil de ser percebido pela documentação, tendo em vista que apenas por um grande lapso um escravo não seria registrado como tal. Nesse sentido, foram batizados 44 escravos, nos aldeamentos, o que corresponde a 42,71% do total de indivíduos batizados, que era de 103 (100%), como se observa pelo quadro abaixo.

**Quadro 6:** Condição jurídica nos aldeamentos (1681-1714)

Espaço/Local	Condição jurídica				Total	
	Escravos		Livres			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Guaraíras	22	68,75	10	31,25	32	100
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Guajirú	22	30,98	49	69,01	71	100
	Nº	%	Nº	%	Nº	%

Fonte: LIVRO de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714), sob a guarda do IAHGP.

A condição jurídica dos indivíduos nos aldeamentos evidencia que o maior número de pessoas que foram batizadas em Guajirú eram livres, enquanto que no caso de Guaraíras, tinha-se 22 escravos e apenas 10 livres. Os percentuais expostos foram calculados com base nos batizados apenas dos aldeamentos, visto que os 103 indivíduos batizados, correspondem a 100% do total, sendo os demais cálculos feitos com base

nesse número bruto. Além disso, o quadro contém dados como: a cor dos indivíduos, se eram brancos, índios, negros ou mestiços e a condição social, se livre ou escravo. A condição jurídica especificada no quadro segue as informações contidas nas fontes, sendo os mesmos termos mantidos, ou seja, a documentação não apresentava libertos, fato que acarretou na não utilização de tal categoria.

No caso da cor, apenas índios, pardos e negros nascidos fora da América (não crioulos) eram discriminados, sendo os demais – brancos e negros – inferidos por meio das capas dos livros sendo um livro destinado ao registro dos brancos, “livro dos brancos”, e o outro deveria conter o registro dos negros “livro dos negros”, como foi ressaltado na introdução deste trabalho.

Na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, houve a realização de batizados em dois aldeamentos, como explicitado no mapa abaixo. Segundo Douglas Moraes, nos aldeamentos, os missionários “(...) depreenderam uma verdadeira operação de guerra para transformar o gentio em um fiel católico”.<sup>224</sup>

---

<sup>224</sup> MORAES, Douglas Batista. **Bem nascer, bem viver, bem morrer**. A administração dos sacramentos da Igreja em Pernambuco. (1650 a 1790). Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

**Mapa 3:** Aldeamentos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714)



Fonte: Elaboração de Renata Assunção da Costa, com base no programa Google Earth.

Como se observa pelo mapa acima, os aldeamentos indicados pelos registros de batismos estavam situados no litoral da Capitania do Rio Grande (atual estado do Rio Grande do Norte) e nos entornos da Cidade do Natal.

A construção de capelas/igrejas pode ser considerada um fator determinante para pensar o tamanho desses núcleos populacionais, uma vez que não fazia sentido edificar um prédio em um local de poucos habitantes, haja vista o dispêndio de recursos materiais, e mesmo humanos, pois cada capela/igreja precisava de um eclesiástico

responsável, caso contrário o prédio não tinha sentido algum. Dessa maneira, entende-se que os dois aldeamentos deveriam ser numerosos em termos populacionais.<sup>225</sup>

Caso se pense com base na lógica de John Russell-Wood, por meio da concepção do sistema intra-colonial - no qual o estabelecimento de centros e periferias depende da relação entre os espaços e/ou instituições - essas igrejas dos aldeamentos ocupavam posição periférica em relação à matriz. Esta seria o centro do poder eclesiástico, nesse período em que se tinha apenas uma freguesia na Capitania do Rio Grande, de forma que somente nesta se tinha a presença de um vigário, devendo os demais padres, mesmo das ordens religiosas, solicitarem autorização para exercer as atividades missionárias.<sup>226</sup> Ademais, a matriz ocupava posição central em termos de guarda, devendo todas as certidões (batizados, casamento, óbitos) serem remetidas para a mesma, onde o vigário tinha a obrigação de garantir que fosse feito o registro e assinar abaixo.

Os aldeamentos foram criados desde o início de século XVII, sendo inviabilizados devido à invasão holandesa (1633), que interrompeu o “projeto colonizador português”.<sup>227</sup> Com a expulsão dos mesmos, em 1654, houve uma retomada das atividades missionárias, sendo essas atividades percebidas na documentação aqui analisada. O intuito do clero regular, aliado à Coroa portuguesa, em criar esses aldeamentos, era o de cristianizar esses indígenas, reduzindo-os à fé católica e, conseqüentemente, torná-los vassalos do rei. Segundo essa lógica, os índios passavam por um processo chamado pela historiadora Fátima Lopes de “personalização”.

Esse processo impunha aos índios um nome cristão, os sacramentos e a própria língua portuguesa.<sup>228</sup> A redução dos índios a esses aldeamentos,

(...) justificava-se, serviria ao serviço de Deus e de sua majestade e ao bem comum dos colonos, entendendo-se disto que, além da propalada

---

<sup>225</sup> Sobre os aldeamentos ver: LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

<sup>226</sup> RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de história**. V.18. n. 36. São Paulo, 1998. Acesso em 31 de janeiro de 2012: disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200010&script=sci_arttext)

<sup>227</sup> LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003. p. 334.

<sup>228</sup> LOPES, Fátima Martins. **Em Nome da Liberdade: As vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII**. Tese de Doutorado, UFPE, 2005. p. 48.

“civilização” oferecida pelos missionários, estes índios deveriam ser sossegados, reduzidos a espaços pré-determinados, liberando o restante da terra, tornado vassalos e, se possível, transformados em trabalhadores que serviriam “livremente” aos colonos.<sup>229</sup>

Apesar do intuito missionário de garantir a liberdade dos índios, como visto pelo fragmento acima, sabe-se que o próprio processo de redução desses índios aos aldeamentos poderia resultar no apresamento. Tendo em vista que, uma vez nos aldeamentos, o índio passaria a ser considerado vassalo do rei - não devendo ser escravizado, pelo menos em tese – passou-se a criar formas de escravizar esses índios com base na argumentação de “guerra justa”, antes desse processo de aldeamento. A chamada guerra justa, muitas vezes, não era uma guerra “tão justa”, incitando-se a discórdia entre grupos distintos, visando a escravização.<sup>230</sup>

Mediante essas circunstâncias, intentava-se acabar com o embate entre colonos e missionários, de modo que estes últimos ficaram responsáveis pelos índios, para evitar a escravização indevida. Segundo Câmara Cascudo, mesmo a “guarda” desses índios já pacificados, sendo de responsabilidade dos missionários, o conflito pela utilização dessa mão de obra, entre colonos e esse clero regular, não se tinha dissolvido.<sup>231</sup>

Ainda conforme Câmara Cascudo, no livro “História do Rio Grande do Norte”, o indígena não teria sido escravizado senão temporariamente. E acrescentou, “(...) vivíamos perto da fiscalização real, imediata e efetiva”.<sup>232</sup> Para Cascudo, a vigilância constante da Coroa portuguesa fazia com que os índios não fossem escravizados nos aldeamentos. Sabe-se, contudo, que os indígenas aldeados eram, muitas vezes, forçados à prestação de serviços aos colonos, o que esbarrava em uma série de conflitos.<sup>233</sup>

Alguns conquistadores provocavam os indígenas até que esses “perdessem a calma e atacassem. Então o colono gritava que os bárbaros estavam acabando com o

<sup>229</sup> LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Op cit. p. 252.

<sup>230</sup> LOPES, Fátima Martins. **Em Nome da Liberdade**. Idem.

<sup>231</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980. p. 72.

<sup>232</sup> CASCUDO, Luiz da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1955.

<sup>233</sup> Em 1742, segundo Fátima Lopes, os índios estavam sendo utilizados, pelos colonos, para diversos serviços, tais quais: em barcos de pescarias, nas salinas, como “comboieiros de gados”. Ver: IHGRN, LCPCSN, nº 8, fl. 145v/146.

mundo inteiro”.<sup>234</sup> Assim, com o medo de uma possível ameaça por parte dos índios, o governador geral, ou mesmo o capitão-mor da Capitania, em casos imediatos, autorizavam a guerra justa<sup>235</sup>, permitindo que os colonos matassem, assaltassem, escravizassem.<sup>236</sup>

Conforme consulta do Conselho Ultramarino, houve uma trama entre os capitães do Terço dos Paulistas – que atuavam na Guerra dos Bárbaros, no Assu – e os moradores da Ribeira do Açu. O objetivo de ambos era incitar os índios Paiacu contra os “Panucuguassu”, aldeados pelo mestre de campo Manuel Álvares de Morais Navarro, no sentido de conseguirem aprisionar as mulheres e os filhos daqueles primeiros (Paiacu).<sup>237</sup>

Essa escravização do indígena, para o período desse trabalho, pôde ser observada em apenas oito registros (7,76%), de um total de 103 batizados realizados nos dois aldeamentos. Do total de oito indígenas mencionados como escravos, dois foram batizados na igreja de São João das Guaraíras e os seis demais na igreja de São Miguel do Guajirú. Sabe-se que esses escravos eram indígenas pelo detalhamento das fontes, que informavam “índio escravo”, ou ainda “tapuia escravo”.<sup>238</sup>

Cabe lembrar, mais uma vez, que estão sendo trabalhados apenas os dois aldeamentos mencionados, como também se utilizou para a análise somente os indivíduos que foram batizados, não os demais listados pela documentação - como pai, mãe, padrinhos, dentre outros envolvidos, por acreditar que poderia ser gerado um problema em relação aos dados obtidos, pois os registros dos escravos geralmente não

---

<sup>234</sup> CARTA do [sargento-mor do Terço dos Paulistas] José de Morais Navarro ao rei [D. João V] sobre uma trama entre os capitães do Terço dos Paulistas e moradores da Ribeira do açu para incitar os índios Paiacu contra os “Panucuguassu”, aldeados pelo mestre-de-campo Manuel Álvares de Morais Navarro, a fim de conseguirem aprisionar as suas mulheres e filhos. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1. D. 65.

<sup>235</sup> A guerra justa foi pensada em 1565 e consistia na permissão conferida aos colonos de utilizarem-se da mão-de-obra gentílica, desde que esses grupos étnicos, ou determinados sujeitos desse grupo, não aceitassem a conversão. CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/COMPANHIA DAS LETRAS, 1998.

<sup>236</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980. p. 72.

<sup>237</sup> AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1. D. 65.

<sup>238</sup> Não foi observado um padrão em relação à nomenclatura “tapuia”, sendo o termo utilizado para escravos, não-escravos, crianças. No caso destes últimos, vinha escrito “tapuinha”, ou ainda “tapuia menor”. LIVRO de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714), sob a guarda do IAHGP.

continha o nome dos pais, tampouco o sobrenome dos mesmos, o que poderia resultar em estimativas sem fundamento, devido à possível repetição de dados.<sup>239</sup>

Ainda assim, é possível que o número de escravos indígenas fosse absurdamente maior, uma vez que, no período deste trabalho estava ocorrendo a Guerra dos Bárbaros. Pedro Puntoni definiu a Guerra dos Bárbaros como uma série de conflitos entre povos indígenas e os conquistadores dos sertões, tendo-se estendido de meados do século XVII à década de 1720.<sup>240</sup> Esses conflitos, ainda segundo Puntoni, teriam acontecido não apenas na Capitania do Rio Grande, mas em todo o norte do Estado do Brasil. Tais embates, entre conquistadores e indígenas de diversos grupos, serviam de estratégia de manobra portuguesa para a utilização dos índios como cativos, sob a argumentação de que eram grupos que não aceitavam a conversão, o que possibilitaria o apresamento desses índios por guerra justa. Questiona-se, portanto, se estava havendo uma guerra tão ampla, que viabilizava a escravidão indígena, como se tinha um percentual diminuto sendo batizado?

Algumas hipóteses podem ser pensadas com base nas circunstâncias que estavam vivendo no período de 1681 a 1714. É possível que esse baixo número de índios escravos batizados tenha relação com o fato de que as certidões desses escravos não eram enviadas para a Cidade do Natal.

Pode ser levado em consideração ainda o fato de que os índios capturados na guerra não estivessem sendo aldeados, mas enviados a outras capitanias, como demonstra a carta de indignação dos oficiais da câmara acerca da determinação, proveniente do governador de Pernambuco, em 1713, de que deveriam ser enviados, à dita capitania, os cativos indígenas de sete, ou acima de sete anos, para que fossem vendidos no Rio de Janeiro.<sup>241</sup>

Entre a argumentação dos oficiais da câmara, a notória insatisfação - dos moradores, dentre os quais os próprios oficiais - com a medida estipulada, argumentando que sofriam com os ataques dos “bárbaros” e quando finalmente

---

<sup>239</sup> Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714), sob a guarda do IAHGP.

<sup>240</sup> PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e Colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: HUCITEC: Editora da Edusp, 2002. p. 34-35.

<sup>241</sup> CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. João VI], sobre as dificuldades que os moradores enfrentam por causa de um bando que o governador de Pernambuco, Felix José Machado, mandou lançar para que todos os tapuias cativos de sete anos para cima fossem remetidos para Pernambuco para serem vendidos no Rio de Janeiro. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 71.

arrematavam esses índios,<sup>242</sup> tinham que os enviar para que fossem vendidos. Os oficiais ressaltavam ainda, como forma de não terem de enviar os índios escravizados, que estes teriam sido apanhados pequenos e que “quase todos eram fêmeas”, certamente tendo menor valor comercial.<sup>243</sup>

Segundo consta nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, era necessário que houvesse a intenção, da pessoa que seria batizada, em receber o sacramento, ou seja, o adulto precisa querer ser batizado. Para o batismo de um adulto, teoricamente, precisavam ser feitas seis perguntas, quais sejam: 1) Queres lavar a tua alma com água santa? 2) Queres comer o sal de Deus? 3) Botas fora de tua alma todos os teus pecados? 4) Não hás de fazer mais pecados? 5) Queres ser filho de Deus? 6) Botas fora da tua alma o demônio?<sup>244</sup> Acredita-se, contudo, que se houvesse esses casos, relatados pelas constituições, seriam parcelas diminutas, de um contingente populacional maior. Os índios escravizados provavelmente eram coagidos a responder essas questões, pelos seus senhores, ou os próprios senhores poderiam responder por eles.

Outro fator que pode ter contribuído para que fossem encontrados números pequenos de índios sendo escravizados deve-se à própria mortandade dos mesmos. O contato com o europeu, ou ainda a mudança do clima, dos índios levados para os aldeamentos em lugares distantes daquele que ocupavam previamente, acarretava em doenças. Um desses exemplos, de doenças adquiridas pela mudança de clima foi o dos índios Canindé. Tais índios, em 1699, abandonaram o sítio em que estavam aldeados devido a uma febre, causada pela mudança climática, que matou muitos dos seus, inclusive o principal.<sup>245</sup> Além disso, os índios homens dos aldeamentos eram enviados para a guerra, deixando mulheres e filhos.<sup>246</sup>

Para a consolidação do projeto de construção desses aldeamentos e como forma de garantir o sustento desses índios aldeados, instituiu-se as doações de terras às aldeias, garantindo assim que as mesmas pudessem obter seu sustento por meio do

<sup>242</sup> Segundo os oficiais, os índios eram arrematados em praça pública, pelo provedor da fazenda real. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 71.

<sup>243</sup> AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 71.

<sup>244</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**/ feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2007. p. 63.

<sup>245</sup> AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 52.

<sup>246</sup> SILVA, Tyego F. **A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720)**. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

plantio e da criação de animais. Assim como no caso das doações de terras feitas aos colonos, a posse dessas terras seria garantida por meio do cultivo. Desta feita, em 1700, legislou-se que todo o gentio aldeado deveria ter uma légua de terra em quadra para que pudessem cultivar seus víveres.<sup>247</sup>

De acordo com a pesquisa de Lopes, na Capitania do Rio Grande, a légua quadrada, instituída pela ordem régia de 1700, teria sido demarcada para as missões do Mipibu (antiga Papary), devoção à Nossa Senhora do Ó, do Guajirú, devoção à São Miguel, Guaráiras, devoção à São José, Igramació, devoção à Nossa Senhora do Desterro e Apodi – não citada na documentação trabalhada para a Freguesia. Além da demarcação desses cinco aldeamentos fixos, havia a indicação para que fossem demarcados mais três, contudo, não havia a presença de missionários fixos nessas localidades o que, possivelmente, teria inviabilizado o estabelecimento dessas.<sup>248</sup>

Com base na realização dessas concessões, pode-se perceber a importância da Igreja católica, representada pelos missionários, nesse caso, na criação desses aldeamentos. Os missionários, como também padres seculares, eram fundamentais para a manutenção desses aldeamentos, fosse em termos de obtenção de alimentos, provendo o sustento dos moradores, fosse na conversão contínua desses povos que, para a Igreja, eram pagãos.<sup>249</sup>

Os dois aldeamentos – Guajirú, Guaráiras – contaram, entre os anos de 1681 e 1714, com a presença de 19 padres, entre seculares e regulares, tendo dois desses padres realizado apenas visitas a esses aldeamentos, de modo que fizeram um único registro, como os casos dos padres José da Silveira (1703) e Teodósio Moreira (1708), na igreja de São Miguel do Guajirú, em Extremoz. Percebe-se, pois, que a rotatividade desses padres era maior do que na matriz, mostrada no capítulo anterior. (Ver figura 1, p. 64)

O fato de apenas dois, de um total de 19 padres, ter realizado apenas um batizado nesse período, faz crer que os demais padres permaneceram nos aldeamentos

---

<sup>247</sup> LOPES, Fátima Martins. **Em Nome da Liberdade**: As vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII. Tese de Doutorado, UFPE, 2005. p. 44.

<sup>248</sup> LOPES, Fátima Martins. **Em Nome da Liberdade**. Idem. p. 45. A medição das léguas em Fátima Lopes foi percebida com base em um conjunto de informações, como por exemplo, Doação de terras da Missão de Guaráiras: AHU, cód. 257, fl. 167, Carta régia ao Ouvidor geral da Paraíba, em 18/11/1704; Terras de Mipibu: Auto de medição de demarcação da légua de terras de Mipibu, em 12/07/1703. Acervo documental da Prefeitura de São José do Mipibu. Ver a nota 41.

<sup>249</sup> Destinava-se uma légua de terras em quadra para cada aldeamento poder prover a sua própria subsistência, seja com a criação de animais, seja com o cultivo de gêneros alimentícios.

ou, pelo menos, circularam pela Freguesia, batizando pessoas em mais de uma localidade, como os casos dos padres Pedro Taborda (1712) e Manuel Diniz (1705), que batizaram tanto na igreja de São João das Guaraíras (Arez), quanto na Igreja de São Miguel do Guajirú (Extremoz), como se percebe pela lista abaixo.

**Lista 2:** Lista dos padres que batizaram nos aldeamentos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação

<b>LOCALIDADE</b>	<b>PADRE</b>	<b>PERMANÊNCIA</b>
<b>Igreja de São João das Guaraíras (Arez)</b>	Luís Pinto (Companhia de Jesus)	1681
	Manuel de Medeiros	1686-1689
	Antônio Cardoso	1688
	Diogo Costa	1688
	Sebastião Figueiredo	1689-1692
	Manuel Homem (Companhia de Jesus)	1694
	Manuel Fernandes (Companhia de Jesus)	1695
	Manuel Diniz	1705
	Pedro Taborda	1712
	<b>Igreja de São Miguel do Guajirú</b>	Gaspar da Silva
João de Matos		1695
Antônio da Silva		1696
José Martinhos Marcelo		1697
José da Silveira		1703
Manuel Diniz		1705
Francisco Gonçalves		1706
Augusto Correa		1708
Antônio de Andrada e Araújo		1710
Manuel Saraiva		1710
Pedro Taborda		1712

Fonte: elaboração própria com base no Livro de Registro de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (IAHGP).

A lista acima, elaborada com base nos registros de batismo existentes para os dois aldeamentos trabalhados aqui, representa a grande quantidade de padres que atuaram no processo de cristianização dos espaços e das almas. Os padres foram listados, separadamente, por igreja de atuação, e colocados em ordem de ano em que

batizaram no lugar em questão. Em alguns casos, havia mais de um padre batizando no mesmo ano, colocados em ordem alfabética, seguidos pelo ano.

Essa organização por ano deve-se ao fato de que, ao analisar a documentação, percebeu-se que alguns registros de batismo não continham dia e mês, fosse por corrosão, fosse pelo fato de não ser explicitado, fazendo com que não houvesse um padrão, sendo preferido trabalhar apenas com os anos em que esses batizados ocorreram. Da mesma forma, achou-se inapropriado tentar vincular determinados padres a certas pessoas e suas condições sociais, visto que era função dos padres batizarem a toda e qualquer pessoa desde que essa professasse sua fé e tivesse vontade de ser batizada – mesmo os chamados infiéis ou pagãos tinham o direito a se redimirem de seus pecados e aceitarem a conversão ao Cristo e, portanto, à Igreja católica.

Dos 19 padres que atuaram nesse processo de cristianização dos dois aldeamentos, 12 estiveram na igreja de São Miguel do Guajirú (Estremoz) e 9 na igreja de São João das Guaraíras (Arez). Como se pode perceber, ainda com base na lista 2, dois desses padres, Manuel Diniz e Pedro Taborda, estiveram em mais de um aldeamento, por isso caso se some o total de padres que atuou em cada aldeamento, perceber-se-á que o total seria maior, contudo, como dois deles eram os mesmos padres, não se considerou duas vezes, uma vez que se tratava da mesma pessoa.<sup>250</sup>

Pode-se comparar esses dados extraídos dos aldeamentos – um total de 19 padres – com o número de padres que estiveram na matriz da Cidade do Natal, de 18. Pensou-se, que os aldeamentos contavam com um maior número de padres, tendo em vista o grande número que esteve nesses lugares. No entanto, deve se ter em mente que eram dois aldeamentos, ou seja, duas povoações, enquanto que a Cidade do Natal, unicamente, contou com o total de 18 padres e, mais ainda, esses padres eram vigários e coadjutores, sendo padres que não deixavam a Matriz; como o termo “Vigário colado” sugere, os vigários eram responsáveis pela igreja matriz, sendo a figura central do processo.<sup>251</sup>

Criar os aldeamentos para os indígenas significava também, alterar os espaços, transformando os mesmos em lugares.<sup>252</sup> Essa transformação era dada pela

---

<sup>250</sup> LIVRO de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714), sob a guarda do IAHGP.

<sup>251</sup> LIVRO. Idem.

<sup>252</sup> TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

construção de capelas/igrejas – na cristianização dos espaços. Havia também a cristianização das almas, aquela que era feita por meio dessa imposição de nomes cristãos e dos sacramentos. Essa imposição seria a diferença crucial entre o batizado de índios, de diversos grupos, e o dos filhos dos portugueses que viviam na América portuguesa. Para os descendentes de portugueses, o batizado significava a manutenção da crença e mesmo da cultura europeia, enquanto que, se tem dificuldade em saber qual o sentido, para os indígenas, dos batizados realizados. Seria o batizado indígena uma “porta de entrada para o mundo europeu”? Quais os benefícios que esse indígena alcançaria por meio desse sacramento? Ficariam livres da escravidão?

A Igreja esteve, - representada pela ação dos missionários - desde a criação dos primeiros aldeamentos, responsável pela catequese desses índios e por torná-los vassalos do rei. Para isso, a Igreja cristianizou os espaços que viriam a se tornar os aldeamentos e as almas desses indígenas. Diferentemente do caso da cidade do Natal, analisado no primeiro momento, os aldeamentos, de forma geral, não possuíam em sua própria composição física prédios que demonstrassem uma organicidade civil (casa de câmara e cadeia), pelo fato de não se enquadrarem nem na condição de vilas, nem na de cidades.<sup>253</sup>

Assim, os aldeamentos divergiam espacialmente em relação às demais aglomerações, quanto à intensidade do processo de sacralização. Como os aldeamentos eram entidades sagradas, não contando, inclusive, com prédios civis, como no caso das demais aglomerações, a igreja/capela foi o único edifício verdadeiramente importante das missões/aldeamentos, reforçando seu caráter sagrado.<sup>254</sup> No entanto, as capelas/igrejas desses aldeamentos não serviam apenas para a conversão dos indígenas, muitos eram os colonos que batizavam seus filhos e seus escravos nessas capelas.

Ao analisar os registros de batismo existentes para os aldeamentos, percebeu-se uma gama de conquistadores que se utilizavam dessas capelas e igrejas para batizarem seus filhos, escravos e também certamente para assistirem missas, bem como receberem outros sacramentos. Esses colonos poderiam ser pessoas simples, que residiam nas proximidades e que não tinham recursos para se dirigirem até a igreja matriz, ou ainda pessoas abastadas, social e economicamente, que por devoção aos

---

<sup>253</sup> TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens**: a secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFRRN, 2009. p. 208.

<sup>254</sup> TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Op cit.

santos das capelas, ou por comodidade, acabavam por preferir que o sacramento do batismo fosse administrado nessas capelas/igrejas.

Como se tinha considerável número de pessoas sendo batizadas nessas localidades - um total de 103 almas - optou-se por exemplificar aqueles colonos que mais apareceram na documentação, fosse pelo fato de serem senhores de escravos, ou ainda aquelas pessoas que apareciam apadrinhando com frequência na documentação, de modo que, acredita-se, eram pessoas com algum tipo de prestígio. Ressaltar-se-á, contudo, que, se comparados a outras localidades – como a Cidade do Natal e, sobretudo Santo Antônio –, as pessoas que estavam batizando seus filhos e/ou apadrinhando, não se destacavam tanto, sendo o aldeamento situado em Estremoz o de maior destaque.

## **1. Moradores dos aldeamentos: esmiuçando os agentes espaciais**

### **a. Igreja de São Miguel do Guajirú**

A Igreja de São Miguel do Guajirú, construída no aldeamento localizado onde, atualmente, seria o município de Estremoz, indica sua devoção ao “anjo do senhor”, aquele que seria o “defensor do céu”, sendo citado na bíblia diversas vezes como o anjo que levaria mensagens de Deus aos homens, como fez com Moisés, Abraão e Jacó.<sup>255</sup>

Guajirú, distante cerca de 18 quilômetros de Natal,<sup>256</sup> foi um dos aldeamentos criados pelo movimento da Coroa portuguesa, por volta do ano de 1678, em trazer de volta os jesuítas. Parafraseando Serafim Leite, Nestor Lima afirmou que as primeiras informações sobre Guajirú nos catálogos da Companhia de Jesus datavam de

---

<sup>255</sup> De acordo com a Bíblia, diversas teriam sido as mensagens enviadas por Deus através de São Miguel Arcanjo. Sobre essas mensagens, ver: <http://www.palavrasdesaomiguel.com.br/sao-miguel-arcanjo/>

<sup>256</sup> LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte**. Coleção Mossoroense, série C, v. DXCV, 1990. p. 124-151

1683, tendo como padre responsável pelo aldeamento o Superior Antônio Cardoso, cuja presença no aldeamento pôde ser comprovada com base nos registros de batismo.<sup>257</sup>

Em Guajirú foram batizadas 71 pessoas (30,60% do total de 103). Desse número, 41 eram brancos, 7 índios, 16 negros e 2 mestiços, sendo estes últimos, um deles, a Florência, batizada em 1698, filha de “pardo servo com uma preta forra” e o outro, cujo nome não foi possível identificar por corrosão do documento, filho de uma mãe parda. Além disso, havia uma peculiaridade nesses registros que sobressaem aos olhos, quando analisada a documentação – continha uma criança que foi “exposta na aldeia”. Manuel, exposto na aldeia em 1689, teve por padrinhos Antônio Gonçalves e Joana da Rocha, mas não ficou evidente se os padrinhos teriam alguma relação com os pais da criança, ou mesmo se algum dos dois era da família.

Nos casos de crianças expostas, sabe-se que, como a Cidade do Natal não contava com uma “roda dos expostos”, era comum que essas crianças fossem deixadas em domicílios.<sup>258</sup> Além disso, algumas dessas crianças, muitas vezes frutos de relações proibidas pelos ditames da Igreja católica, poderiam ser deixadas nas casas de seus pais biológicos. O exposto Manuel, de forma diferente, foi deixado no aldeamento de São Miguel do Guajirú, o que dificulta especular sobre a concepção do mesmo. Imagina-se, assim, que a mãe de Manuel o concebeu por meio de um relacionamento ilícito e, desta feita, expôs a criança no aldeamento. Pode-se pensar também, com uma chance bem menor de acontecer teoricamente, que Manuel fosse fruto de relações entre algum missionário do aldeamento, de modo que a mãe teria remetido a criança para residir com um suposto pai, mas são apenas conjecturas, uma vez que as próprias leis determinavam que se o batizado não fosse fruto de legítimo matrimônio, dever-se-ia declarar apenas se não houvesse escândalos – se a declaração fosse resultar em escândalos deveria ser escrito apenas o nome da mãe.<sup>259</sup>

Os padres que estiveram na igreja de São Miguel do Guajirú cristianizaram as almas de 22 escravos, por meio do batismo e, provavelmente, continuaram a ensinar

---

<sup>257</sup> LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte**. Coleção Mossoroense, série C, v. DXCV, 1990. p. 124. p. 111.

<sup>258</sup> PAULA, Thiago do N. T. de. Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação – Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII. **Dissertação de mestrado**, UFRN, 2009.

<sup>259</sup> Essa ordem está contida no livro das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e, apesar de ter sido publicado apenas em 1707, data posterior ao batizado de Manuel, acredita-se que essas determinações viessem vigorando há certo tempo, pois as Constituições Primeiras corroboravam com grande parte das determinações estabelecidas ainda no Concílio de Trento. p.74

a doutrina católica a esses escravos, uma vez que estes eram de responsabilidade dos senhores que deveriam garantir esse ensino da doutrina. Dos 22 escravos que foram batizados, 16 eram negros e os demais, um total de seis, eram índios, sendo três desses índios descritos como “tapuias” pela documentação – a ideia de que escravizavam pelo fato de serem “índios inimigos”.<sup>260</sup>

Dos 6 índios escravos que foram batizados na igreja de São Miguel do Guajirú, dois eram sabidamente crianças, sendo escrito no livro de batismos “Teodósio menor”, em 1689, e “Manuel tapuinha, em 1710”. O primeiro era escravo do, na época alferes, Manuel Rodrigues Coelho, mas que posteriormente subiria ao posto de capitão-mor das ordenanças. Manuel Rodrigues Coelho, senhor de escravos, foi uma das pessoas de destaque que conviveram nessa jurisdição eclesiástica da igreja de São Miguel do Guajirú.<sup>261</sup>

Acredita-se que Manuel Rodrigues Coelho, contudo, pelo menos no início, não residia na Cidade do Natal, pelo fato de que todos os seus filhos foram batizados na igreja de São Miguel do Guajirú, onde inclusive Manuel Rodrigues Coelho tinha terras nas proximidades. Ao todo, Manuel Rodrigues Coelho recebeu quatro concessões de terras em sesmaria,<sup>262</sup> sendo a primeira na Cidade do Natal, no ano de 1706, a segunda em Taipu, em 1709, a terceira em localidade não especificada e, por fim, a quarta, que estava situada entre o rio Potengi e o Ceará Mirim, lugar este que justamente já deveria ter sido ocupado pelo sesmeiro desde bastante tempo, sendo próximo ao aldeamento onde estava situada a igreja de São Miguel do Guajirú - a igreja que foi utilizada no batizado dos seus filhos.<sup>263</sup>

O capitão-mor Manuel Rodrigues Coelho foi casado com Izabel da Rocha, sendo sabida a existência de quatro filhos do casal: Ana, batizada em 1691; Maria em 1694; Francisco, em 1697; e Manuel, 1705. Todos os filhos do capitão-mor foram

<sup>260</sup> LIVRO de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714), sob a guarda do IAHGP.

<sup>261</sup> LIVRO de Registro. Idem.

<sup>262</sup> Sesmarias eram porções de terras doadas pela Coroa portuguesa aos seus súditos em forma de carta régia. O instituto das sesmarias foi criado ainda em 1375, por Dom Fernando, visando suprir a carência de alimentos, em decorrência da peste negra, sendo assim, o cultivo o princípio básico para o aproveitamento da terra. Para informações mais aprofundadas ver: VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à Propriedade Moderna: Um Estudo de História do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. E para saber mais sobre a sua aplicação na América portuguesa ver: ALVEAL, Carmen. **Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World, 16th-18th Century**. Tese de Doutorado, 2007.

<sup>263</sup> Cartas de sesmarias doadas a Manuel Rodrigues Coelho, em 07 de junho de 1706, em 21 de novembro de 1709, em 03 de fevereiro de 1710 e em 10 de janeiro de 1724. *Plataforma SILB* – RN 0079; RN 0084; RN 0844; RN 0946. Acesso em 30 dez. 2014: disponível em [www.silb.cchla.ufrn.br](http://www.silb.cchla.ufrn.br)

batizados na Igreja de São Miguel do Guajirú, o que denota sua permanência no lugar. A proeminência do capitão pode ser analisada com base nos apadrinhamentos que realizou. Manuel Rodrigues Coelho foi padrinho de duas crianças, cujos pais também eram pessoas de destaque na capitania, embora esses batizados não tenham acontecido na igreja de São Miguel do Guajirú. A primeira delas foi Antônio, batizado em 1706, que era filho de Alberto Pimentel,<sup>264</sup> outro senhor de escravos de renome à época. A segunda criança batizada, no ano de 1707, também se chamava Antônio, mas era filho do alferes Antônio da Silva Carvalho.<sup>265</sup> Os dois batizados foram administrados na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação onde provavelmente residiam os senhores, pais das crianças.

Não se tem dados concretos sobre a procedência dos demais escravos batizados, sendo possível apenas saber que a mãe de um deles, da escrava Eugênia, batizada no ano de 1700, era procedente de Angola. Eugênia, provavelmente crioula por ter nascido aqui, era escrava de Antônio Teixeira Coelho.<sup>266</sup> Sobre o restante dos escravos arrolados pela documentação geralmente sabe-se pouco, apenas a data do batizado, os padrinhos - que poderiam ser outros escravos, mas também, em menor número, pessoas de destaque da Capitania do Rio Grande - e os seus senhores. No caso dos escravos negros batizados na igreja de São Miguel do Guajirú foram informados os senhores de: Cosma (1689), pertencente a João de Souza; Daniel (1698), a Antônio de Andrada Araújo; José (1710), a Cosme da Silveira; Mônica (1703), a Domingos Carvalho; dentre outros.<sup>267</sup> A maioria desses escravos não aparece sendo batizado, mas apenas apadrinhando outros cativos, prática comum pelo que foi percebido na freguesia.

Outras pessoas de destaque nessa localidade eram Antônio de Andrada de Araújo (4), José Barbosa Leal, João Leite (2) e Cosme da Silveira (7), tendo algumas dessas pessoas escravos na Capitania do Rio Grande, e algumas delas tendo angariado destaque por seus feitos ou postos militares, sinônimo de prestígio social e mesmo econômico, tendo em vista que, por vezes, exercer cargos militares favorecia, por exemplo, a posse de escravos, sobretudo no período desse estudo, em que a Guerra dos

---

<sup>264</sup> Alberto Pimentel, ver: p. 79-85 e lista 1, deste trabalho.

<sup>265</sup> Antônio da Silva Carvalho foi vereador da Câmara da Cidade do Natal, em 1710. Catálogo dos Livros dos Termos de Vereação do Senado da Câmara do Natal (em prelo).

<sup>266</sup> LIVRO de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714), sob a guarda do IAHGP.

<sup>267</sup> LIVRO de Registro. Idem.

Bárbaros estava acontecendo, com reflexos sobre a Capitania do Rio Grande como um todo.<sup>268</sup>

De maneira geral, a igreja de São Miguel do Guajirú foi palco de diversos batizados de escravos, um total de 22, envolvendo pelo menos 12 senhores, embora esse número possa ser bem maior, uma vez que no registro de alguns desses escravos não foi descrito quem seria o proprietário. A lista abaixo exemplifica cada um desses 12 senhores de escravos listados na documentação referente a Guajirú, sendo organizada por nome do senhor, seguido pela quantidade de escravos que o mesmo possuía na localidade em questão e posteriormente o total na freguesia.

**Lista 3:** Senhores de escravos de Guajirú

Nº	Senhores de escravos	Nº de escravos em Guajirú	Total de escravos na Freguesia
1.	Manuel Rodrigues Coelho	4	6
2.	João Leite <sup>269</sup>	3	6
3.	João de Souza	1	1
4.	Antônio de Andrada Araújo	1	1
5.	Antônio Teixeira Coelho	1 (Angola)	1
6.	Domingos Carvalho	1	1
7.	Cosme da Silveira	1	2
8.	Brás João Cunha	1	1
9.	Ana Correa	1	1
10.	Brígida Rodrigues	1	2
11.	João Antunes da Silveira	1	1
12.	Matias de Araújo de Andrada	1	1

Fonte: LIVRO de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714), sob a guarda do IAHGP.

Assim, com base na lista, pode-se perceber que, normalmente, os moradores da localidade não possuíam números elevados de escravos, sendo quase todos proprietários de um único cativo, com exceção de João Leite, que possuía três escravos e de Manuel Rodrigues Coelho, com quatro. É possível também que outras informações sobre os escravos da localidade, contidos em livros que não tenham chegado à matriz, ou mesmo na própria, possam ter sido perdidos, inviabilizando um panorama mais aprofundado sobre essa relação entre senhores e escravos.

<sup>268</sup> LIVRO de Registro. Idem; Termos de Vereação do Senado da Câmara.

<sup>269</sup> Um índio, Caetano (1712) e uma escrava adulta, Maria (1708);

O aldeamento em que estava a igreja de São Miguel do Guajirú sofreu diretamente com a Guerra dos Bárbaros, que embora assolasse toda a capitania, incidia mais fortemente em algumas localidades. De acordo com informações contidas na carta do padre Pedro Dias, de Olinda, datada de 30 de junho de 1689, os homens que pertenciam ao Terço dos Paulistas, que teriam vindo para a Capitania do Rio Grande justamente defender os colonizadores na Guerra dos Bárbaros, dirigiram-se às aldeias e levaram os homens para ajudar na guerra, ficando nas aldeias apenas mulheres e crianças, fato que também pode ser um indicativo da redução dos números encontrados.<sup>270</sup>

Essa medida, de levar os índios (homens) para auxiliarem na guerra, resultou em um problema para a aldeia, pois os moradores, ainda segundo informações contidas na carta, teriam dividido as mulheres e crianças entre os mesmos, escravizando-os. Para conseguirem tal façanha, os moradores expulsaram os padres que residiam na localidade, tendo em vista que os padres se opunham à escravização dos índios aldeados – os índios já aldeados eram cristãos e, como tal, não poderiam ser escravizados. Quando do retorno dos índios da guerra, tal atitude dos colonos teria causado tamanho mal estar entre esses índios (homens) e os colonos, sendo necessário que os padres resolvessem a situação. Conforme a carta, os padres conseguiram instaurar a paz “ensinando os já batizados e catequizando os pagãos”.<sup>271</sup>

Foram essas pessoas, representantes do Terço dos Paulistas, indígenas, padres regulares e seculares e os colonos, de maneira geral, que alteraram os espaços pouco a pouco, que se conformava como a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. A Igreja católica tanto (re) significou esses espaços, transformando os mesmos em lugares, por meio dos religiosos e das construções, como cuidou em manter esse processo cristianizador.<sup>272</sup>

---

<sup>270</sup> CARTA do padre Pedro Dias, de Olinda, 30 de junho de 1689. Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI). ARSI, Brás. 9, 353v-356. HCJB, V. 529-532.

<sup>271</sup> CARTA do padre Pedro Dias, de Olinda, 30 de junho de 1689. ARSI, Bras. 9, 353v-356.

<sup>272</sup> Esse processo de cristianização espacial está sendo entendido com base nas concepções de transformação de espaços em lugares pela lógica do geógrafo Yi-fu Tuan. Ver: TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

## b. Igreja de São João das Guaraíras

A igreja de São João das Guaraíras estava situada onde hoje é a cidade de Arez. A invocação a São João Batista tinha total relação com a ideia de um aldeamento, dado que João Batista foi considerado por Jesus, seu primo, aquele que melhor soube levar a palavra de Deus aos povos. Nesse sentido, a ação missionária, e a ideia de “levar a palavra”, de São João Batista, casava com a noção dos padres regulares de converter os povos indígenas.<sup>273</sup>

A ocupação de Arez pelos conquistadores data do período após a expulsão holandesa, tendo os padres jesuítas chegado ainda em 1659, sob o comando do padre Sebastião Figueiredo e iniciado o processo de catequese e, em seguida, criado o aldeamento no qual foi situada a igreja de São João das Guaraíras.<sup>274</sup> Segundo informações contidas no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Arez, “em 24 de junho de 1659, a igreja estava praticamente concluída, faltando apenas parte do piso superior e as torres”, sendo uma das primeiras igrejas a serem construídas na América portuguesa.<sup>275</sup>

No período desse estudo, de 1681 a 1714, tem-se apenas o registro de 32 pessoas que foram batizadas na igreja de São João das Guaraíras, um número relativamente baixo e que, provavelmente, representa que esses registros foram perdidos. Se detalhados os números, com base no quadro 5, da página 95, pode-se perceber que, dessas 32 pessoas batizadas, 10 eram brancos, 20 “negros” e apenas dois eram índios.

Com base nesses dados, pode-se pensar que o livro de registro dos batizados dos índios pode ter sido perdido, haja vista um número tão inexpressivo ser encontrado em um aldeamento, espaço que era destinado justamente para a redução desses índios. Outra hipótese que pode ser pensada é que esses “negros” foram descritos como tal

<sup>273</sup> Sobre a vida de São João Batista ver: <http://santo.cancaonova.com/santo/martirio-de-sao-joao-batista-o-ultimo-e-maior-dos-profetas/> Acesso em 16 de julho de 2015.

<sup>274</sup> <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=&codmun=240120&search=rio-grande-do-norte|ares|infograficos:-historico>. Ver também: LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte**. Coleção Mossoroense, série C, v. DXCV, 1990. p. 124.

<sup>275</sup> Sítio eletrônico da Câmara Municipal da Cidade de Arez. Acesso em: 15 de junho de 2015. Disponível em: [http://camaramunicipaldearez.rn.gov.br/?page\\_id=62](http://camaramunicipaldearez.rn.gov.br/?page_id=62)

apenas pelo fato de serem escravos, pois, exclusivamente no caso de Guaraíras, todos os ditos “negros” eram escravos, podendo ter relação com a terminologia “negros da terra”, atribuída aos índios que eram escravos. Todavia, não se tem como afirmar com precisão essa possibilidade.<sup>276</sup>

Com um número tão diminuto de pessoas sendo batizadas, não foi possível perceber tantas pessoas de destaque como em relação à matriz e mesmo localidades como Santo Antônio e São Gonçalo (capítulo 4), sendo escolhidos apenas cinco moradores – Jacinto Veloso (1), Manuel Fernandes Moreira (4), Bonifácio Cabral de Vasconcelos (5), Manuel Rodrigues Rocha (2) e Antônio Gomes Torres (3) - todos senhores de escravos e incluídos na lista abaixo, que contempla um número maior de proprietários, um total de 14.

**Lista 4: Senhores de escravos de Guaraíras**

Nº	Senhor de escravos	Nº de escravos em Guaraíras	Total de escravos na Freguesia
1.	<b>Jacinto Veloso</b>	4	8
2.	<b>Manuel Rodrigues Rocha</b>	4	4
3.	<b>Antônio Gomes Torres</b>	4	4
4.	<b>Manuel Fernandes Moreira</b>	3	3
5.	<b>Bonifácio Cabral de Vasconcelos</b>	3	3
6.	Domingos Gomes Salema	1	1
7.	João da Costa Marinho	1	5
8.	Maria de Oliveira	1	1
9.	José de Araújo	1	1
10.	Brígida Rodrigues	1	2
11.	Manuel de Oliveira Gil	1	1
12.	Domingos da Rocha de Araújo	1	1
13.	Francisco Rodrigues	1	1
14.	Diogo Rodrigues	1	1

Fonte: LIVRO de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714), sob a guarda do IAHGP.

A lista contém os nomes dos 14 senhores de escravos encontrados na documentação analisada, dos quais nove tinham apenas um escravo, dado que os cinco senhores escolhidos - Jacinto Veloso (1), Manuel Fernandes Moreira (4), Bonifácio

<sup>276</sup> MONTEIRO, John M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Cabral de Vasconcelos (5), Manuel Rodrigues Rocha (2) e Antônio Gomes Torres (3) - destacavam-se pelo padrão observado, por terem entre 3 e 4 escravos.

Dentre os cinco escolhidos, estava Jacinto Veloso (ou Jaines) que, diferentemente das pessoas trabalhadas para a igreja de São Miguel do Guajirú, não foi possível saber quem era sua esposa, ou analisar vestígios a respeito de sua família. Jacinto Veloso foi escolhido por se destacar na quantidade de escravos que possuía, um total de quatro, número relativamente grande, se comparado aos moradores do local, que tinham geralmente, conforme se observa na lista, apenas um escravo. Os escravos de Jacinto eram Francisca, batizada em 1684 e sua mãe, também Francisca, e ainda Bernardino, batizado em 1687, e sua mãe, Maria.

Da mesma forma que Jacinto Veloso, Manuel Rodrigues Rocha tinha quatro escravos, sendo duas filhas e duas mães – Marcela, batizada em 1690, filha de Maria; e Inácia, batizada em 1685, filha de Catarina. No entanto, diferente dos demais senhores de escravos de destaque na localidade, Manuel Rodrigues Rocha era senhor de terras, tendo recebido duas concessões, uma na capitania do Siará Grande, no rio Jaguaribe, e outra que se acredita que estivesse na Paraíba, rio Piranhas, todavia, registrada na capitania do Rio Grande.<sup>277</sup> Entende-se, com base nessas concessões feitas a Manuel Rodrigues Rocha, que o sesmeiro<sup>278</sup> não residia nas proximidades do aldeamento situado em Arez, tendo feito batizar esses escravos apenas por passagem ao local.

Já Manuel Fernandes Moreira e Bonifácio Cabral de Vasconcelos, por sua vez, tinham apenas três escravos. Manuel Moreira fez batizar Bernardo, seu escravo, no ano de 1684, filho de Maria, também sua escrava. Além desses dois cativos, tinha ainda a escrava Luzia, que embora não apareça sendo batizada, foi mencionada na documentação sendo madrinha. Bonifácio Vasconcelos também tinha três escravos, uma família composta por Antônia, batizada no ano de 1684, e seus pais, Lourenço e Mariana.

Finalmente, têm-se os escravos do capitão Antônio Gomes Torres, provavelmente o maior senhor de escravos do lugar no período desse estudo, tendo um total de oito escravos, sendo quatro mães e seus quatro filhos: Francisco, batizado em 1687, filho de Antônia; Lauriana, batizada em 1689, filha de Joana; Paula, batizada em 1689, filha de Maria; e Natália, batizada em 1695, filha de Luíza.

---

<sup>277</sup> Cartas de sesmarias doadas a Manuel Rodrigues Rocha, sem ano de concessão. *Plataforma SILB* – RN 0041 e CE 1401. Acesso em 15 jun. 2015: disponível em [www.silb.cchla.ufrn.br](http://www.silb.cchla.ufrn.br)

<sup>278</sup> Sesmeiro, na América portuguesa, era o nome que se dava a pessoa que suplicava terras em sesmarias.

Conclui-se, pois, que havia pessoas de destaque em Guaraíras, ainda que, se comparado com as demais localidades aqui analisadas, fosse apenas um pequeno percentual. Pessoas como Jacinto Veloso, Manuel Rodrigues Rocha, Manuel Fernandes Moreira, Antônio Gomes Torres, ao modo de cada um, tinham cabedal moderado, afinal, possuir de três a quatro escravos, poderia ser indicador de pequenas produções de víveres, ou mesmo engenhocas para produção de aguardente, mel de furo ou rapadura.

## Capítulo 4

### Em benefício das almas: os espaços das Missões Populares

O espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação era complexo e multifacetado. Apesar do intuito de compreender a lógica espacial apenas pelo viés religioso, percebeu-se que, ainda assim, no âmbito da religiosidade, tinha-se diversas formas de atuação por parte do clero, implicando também em múltiplas formas de aproveitamento dos espaços, transformados em lugares, pela população da época.

Pensar o espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação tem sido uma tarefa rica em detalhes. As localidades, como pensadas ao longo desse trabalho, mostraram-se semelhantes e diversas ao mesmo tempo, sobretudo pelo fato de vários fiéis da freguesia estarem transitando em mais de uma localidade. Estas possuíam um ponto comum, um centro, caracterizado pela instituição da Igreja católica.

A Igreja era um ponto de confluência desses espaços. Independentemente de ser um espaço cujo poderio estava centrado na figura da Igreja, como eram os aldeamentos, instituído pelo clero regular e pautado nas suas normas, ou de ser um espaço de ligação entre o sagrado e o poder administrativo, como no caso da Cidade do Natal e sua matriz, pode-se afirmar, com precisão, que a Igreja esteve presente na criação de cada uma dessas localidades e, sobretudo, na lógica espacial de construção de cada uma delas.

Entende-se, pois, os espaços eclesiais como dotados de um “*locus*”, um ponto fixo que orientaria as demais construções. Nesse sentido, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação continha um *locus* que regia as demais construções que se seguiam – a igreja matriz. Foi com base na ereção da igreja que as demais construções foram sendo feitas – “à rua direita, da matriz”; ou mesmo, “no largo da matriz”. As diversas capelas que foram sendo construídas, após a criação do *locus*, devem ser entendidas em relação à igreja matriz, afinal, esta seria um ponto central, de onde vinha inclusive a organização do poder eclesial.<sup>279</sup>

---

<sup>279</sup> ROSENDAHL, Zeny. O sagrado e o espaço. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.). In: **Explosões Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 122.

Nesse capítulo, especificamente, serão trabalhadas as zonas mais distantes do centro eclesiástico, os lugares de atuação religiosa chamados de “missões populares”. As missões populares eram movimentos de conversão encabeçados pelo clero regular – jesuítas, carmelitas, franciscanos – que visavam levar a fé católica às povoações mais afastadas do centro do poder eclesiástico, representado pela igreja matriz.<sup>280</sup> O objetivo central de se organizar tais missões era garantir os “benefícios” das almas, como o título do capítulo sugere, ainda que essas almas estivessem, por vezes, isoladas do “*locus*” do poder eclesiástico.

Assim, os padres saíam em missão pelos povoados, visitando engenhos, fazendas, pequenas casas afastadas, dentre outras possíveis moradias, onde as capelas eram utilizadas para a realização da atividade pastoral. Essas missões populares, segundo Bruno Feitler, ao escrever sobre o bispado de Pernambuco – deve-se lembrar que a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação estava contida nesse bispado -, foram silenciadas na maior parte dos estudos que versam sobre o clero regular, pela ausência de documentação, sendo analisadas apenas as missões de conversão conhecidas como aldeamentos.<sup>281</sup>

Para realizar essa análise cabe, antes de mais nada, lembrar ao leitor da dificuldade enfrentada, haja vista o fato de que os estudos sobre essas localidades são ínfimos, tanto no que concerne a atuação desses padres – em missões populares realizadas na Freguesia – quanto em relação à produção bibliográfica produzida que, por sua vez, não enfatizou sequer o período, quiçá essas localidades mais afastadas do centro (Natal/Matriz).

O termo “Missões Populares” está sendo utilizado conforme pensou Bruno Feitler. Embora os registros de batismos não tragam essa denominação, entende-se que essas localidades contaram com a ação dessas missões pelo número de párocos que realizaram batizados enquanto estavam “de passagem” nas localidades.

Ao analisar os registros paroquiais, notadamente os batizados, percebeu-se que o número de padres arrolados na documentação era demasiado alto. Embora a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação fosse extensa, necessitando de um grande número de párocos, sabe-se que, naquele período (1681-1714), a igreja – representada

---

<sup>280</sup> FEITLER, Bruno. **Nas Malhas da Consciência: Igreja e Inquisição no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007. p. 58.

<sup>281</sup> FEITLER, Idem. p. 58.

fortemente pelo clero secular - não dispunha de um número tão elevado de religiosos para a conversão/manutenção dos povos.

Com um olhar mais atento à documentação, bem como por meio da leitura de bibliografia complementar, entendeu-se, que algumas localidades da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação contavam com uma espécie de “ajuda espiritual” que, por sua vez, era conferida pelos padres das missões populares, ou seja, padres que saíam viajando pelas localidades, inclusive pelos chamados “sertões”, com o objetivo de cristianizar, confessar, celebrar, dentre outras funções religiosas de obrigação dos “homens de Deus”. Essas missões populares seriam, então, o “método eclesiástico” utilizado para a cristianização – de pessoas e espaços.

Trabalhar com “missões populares” não significa, pois, dizer que todas as localidades envolvidas nessa lógica de cristianização eram iguais, ou ainda que contassem com os mesmos cuidados. Pela documentação analisada, percebeu-se que algumas áreas eclesiásticas tiveram maior atenção dos padres, fosse pela proximidade com a cidade do Natal, fosse por serem regiões que abrigassem o maior número de pessoas, ou fosse ainda pelo fato de que pessoas de renome na sociedade da época estivessem residindo nas mesmas, como por exemplo alguns oficiais do Senado da Câmara da Cidade do Natal, que em sua grande maioria tinham fazendas/moradias em torno das capelas de Santo Antônio e São Gonçalo, ambas as áreas próximas, geograficamente, ao rio Potengi, mas mais a oeste de Natal.<sup>282</sup>

Os espaços da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação eram complexos, caso se pense que ao longo do tempo estavam sofrendo alterações do entrecruzamento de culturas e/ou instituições, além da própria delimitação de novas fronteiras. No entanto, as capelas, contidas em povoações,<sup>283</sup> que não configuravam nem aldeamentos, nem cidades, tiveram uma lógica da presença eclesiástica própria.

Primeiramente, deve-se ressaltar a dificuldade de caracterizar esse espaço, tendo em vista que, a historiografia consolidada - de autores como Câmara Cascudo, Tavares de Lyra e mesmo Denise Monteiro – não tinha a intenção de analisar esses

---

<sup>282</sup> Teodósio da Rocha, Teodósio Grasiman, Antônio Dias Pereira, por exemplo, eram alguns desses oficiais do Senado da Câmara da Cidade do Natal que residiam nessas localidades mencionadas – São Gonçalo e Santo Antônio. Esses oficiais serão trabalhados de maneira esmiuçada mais a frente, ao longo do capítulo.

<sup>283</sup> Povoação, tanto no reino, quanto na colônia era um termo genérico que poderia referir-se a todos os tipos de aglomerações, inclusive cidades e vilas. FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 28.

espaços das “missões populares”, focando suas análises apenas nos espaços da cidade do Natal e dos aldeamentos. A escolha desses autores, em trabalhar os espaços da Cidade do Natal, bem como dos aldeamentos, para o período desse trabalho, provavelmente tem relação com o fato de as fontes que sobreviveram à ação temporal serem ínfimas.

Pode-se pensar, então, como estudar outras localidades, se as fontes não são tão abundantes? Quais os indícios que dois fragmentos de livros, nos quais estavam registrados possíveis moradores dos entornos dessas capelas, poderiam ser analisadas? Quem eram essas pessoas que, supostamente, residiam nesses lugares? Será que as “melhores famílias” da Capitania do Rio Grande não estavam nesses locais e, por isso, as mesmas não teriam sido objeto de estudo? Essas foram algumas das indagações que nortearam o pensamento sobre esses lugares.

Na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, oito eram as povoações que contavam com os cuidados desses padres itinerantes: Capela de Santo Antônio do Potengi, situada em localidade que hoje compreenderia o município de São Gonçalo do Amarante; Capela de São Gonçalo, localizada também no que seria o atual município de São Gonçalo do Amarante; Capela de Nossa Senhora da Purificação, construída no Engenho Cunhaú, pertencente à família Albuquerque Maranhão; Capela de Nossa Senhora da Conceição, de Jundiáí, nome justamente pela localidade em que estava fixada; Capela de Camaratuba, correspondente não mais à Capitania do Rio Grande, mas à Capitania da Paraíba, em sua parte superior; Capela de Nossa Senhora do Ó, situada em Papary e, por fim, a Capela de Nossa Senhora do Desterro, em Igramació, posteriormente Vila Flor, para a qual se tem apenas dois registros.

Nessas cinco povoações foram batizadas 398 pessoas, 42,79% do total de pessoas batizadas em toda a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, ou seja, quase metade das pessoas batizadas em toda a freguesia contavam com os cuidados dos padres das missões populares. Dessas 398 pessoas, 157, quase metade, foram batizadas na capela de Santo Antônio, evidenciando certa centralidade desse local. Nas demais capelas, como pode ser visto pelo quadro abaixo, o número de pessoas batizadas foi menor, mas não menos importante, tendo sido batizados 127 pessoas em Papary, 65 pessoas em São Gonçalo, 24 em Cunhaú, 11 em Utinga e em Jundiáí, duas em Igramació e apenas uma em Camaratuba – pelo fato desta última possivelmente ter sido enviada erroneamente para a matriz.

**Quadro 7: Pessoas batizadas nas Missões Populares (1681-1714)**

Espaço/Local	Batizados por cor*								Total	
	Brancos		Negros		Mestiços		Índios			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Santo Antônio</b>	95	60,50	53	33,75	3	1,91	6	3,82	157	100
<b>São Gonçalo</b>	32	49,23	24	36,92	1	1,53	8	12,30	65	100
<b>Cunhau</b>	16	66,66	5	20,83	1	4,16	2	8,32	24	100
<b>Utinga</b>	7	63,63	2	18,18	-	-	2	18,18	11	100
<b>Jundiá</b>	3	27,27	3	27,27	-	-	1	9,09	11	100
<b>Camaratuba</b>	-	-	1	100	-	-	-	-	1	100
<b>Igramació</b>	2	-	-	-	-	-	-	-	2	100
<b>Papary/Mipibu</b>	85	66,92	26	20,47	-	-	16	12,59	127	100

Fonte: LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

Como se percebe pelo quadro acima, os registros foram organizados pela cor dos indivíduos. Assim, manteve-se a nomenclatura que a documentação informava nos campos “índios” e “mestiços”. No que concerne aos termos “brancos” e “negros”, a informação foi inferida com base nas capas dos livros, como já foi advertido na introdução desse trabalho e vem sendo lembrado pouco a pouco. Encontrou-se, então,

nas áreas de atuação das missões populares, um total de 240 indivíduos brancos, 114 negros, 5 mestiços e 35 índios.

Outra informação significativa extraída dos registros de batismo versa sobre a condição jurídica dessas pessoas que estavam sendo batizadas. Nesse sentido, o quadro abaixo tenta evidenciar os totais encontrados, sendo em Santo Antônio, do total de 157 pessoas batizadas, 63 escravos e 94 livres. Em São Gonçalo, os números encontrados eram bem mais próximos, tendo um total de 32 escravos, para 33 livres. Em Cunhaú foi encontrado o oposto de São Gonçalo, apenas 5 escravos, para um total de 19 pessoas livres.

**Quadro 8:** Condição jurídica dos batizados pelas Missões Populares (1681-1714)

<b>Espaço/Local</b>	<b>Escravos</b>		<b>Livres</b>		<b>Total</b>	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Santo Antônio</b>	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	63	40,12	94	59,87	157	100
<b>São Gonçalo</b>	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	32	49,23	33	50,76	65	100
<b>Cunhaú</b>	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	5	20,83	19	79,16	24	100
<b>Utinga</b>	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	3	27,27	8	72,72	11	100
<b>Jundiá</b>	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	4	36,36	7	63,63	11	100
<b>Camaratuba</b>	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	1	100	-	-	1	100
<b>Igramació</b>	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	-	-	2	100	2	100
<b>Papary/Mipibu</b>	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	28	22,04	99	77,95	127	100

Fonte: LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

Esses batizados, explicitados pelos quadros, embora fossem realizados nos prédios das capelas, não foram feitos, pelo que se percebe na documentação, por um único padre (para cada período). Nesse sentido, a ausência de um padre fixo, ou alguém que fosse responsável de forma vitalícia pelas capelas, fazia com que essas missões populares fossem fundamentais ao processo cristianizador nessas povoações. Esses povoados estavam distantes até 97 km da igreja matriz, situada na Cidade do Natal, como no caso de Camaratuba, sendo dificultoso para o vigário da igreja, sem auxílio, cuidar das almas que frequentavam a igreja matriz e as almas das demais povoações em torno da Cidade do Natal, como se percebe pelo mapa abaixo.

**Mapa 4:** Capelas de atuação das Missões Populares



Fonte: Elaboração de Renata Assunção da Costa, com base no programa Google Earth.

Conforme se entende pelo mapa acima, as áreas de atuação das Missões Populares eram aquelas mais distantes do centro de poder eclesiástico – igreja matriz, situada na Cidade do Natal. Dessa forma, a presença dos religiosos seculares (vigário e coadjutor) nessas localidades acabava por se tornar difícil, sendo fundamental o auxílio dos padres regulares, nesse tipo de missão.

Nesse sentido, pode-se pensar a importância e amplitude das missões populares, notadamente do clero regular, mas não apenas para o processo de cristianização das almas e dos espaços. Nessa época, os moradores não tinham tanta facilidade para se deslocarem à Cidade do Natal com tanta frequência para ouvir as missas aos domingos, de modo que, a construção das capelas, somada à presença desses religiosos, era fundamental para a cristianização.

Os padres do clero regular, nessas missões, dirigiam-se às povoações afastadas, em menor ou maior grau, em relação à matriz, conferindo aos moradores desses locais os sacramentos - batismos, casamentos e óbitos -,<sup>284</sup> missas, pregações e ainda permitindo que se confessassem. Durante essas missões, os regulares confessavam um elevado número de pessoas, que muitas vezes preferiam realizar a confissão com esses padres, ao invés de se confessarem com o cura local. Confessar-se com os padres em missão evitaria o deslocamento à Cidade, tendo os padres dessas missões populares maior alcance que o vigário, na matriz. Uma dessas missões populares, realizada no Bispado de Pernambuco, foi registrada no ano de 1701. Nessa missão, na qual foram enviados vários padres, foram validados 33 casamentos, confessaram-se 5.500 pessoas, e comungaram 4.907 almas.<sup>285</sup>

O fluxo de padres em missões populares de cristianização percebidos pelos registros de batismos analisados era bastante intenso, tendo essas oito povoações – Santo Antônio, São Gonçalo, Cunhaú, Utinga, Jundiáí, Camaratuba, Papary e Igramació – contado com um total de 50 padres para a conversão e administração dos sacramentos, como se percebe pelo quadro abaixo.

---

<sup>284</sup> Para o período aqui estudado não se tem registros de casamentos, nem de óbitos devido à ação temporal.

<sup>285</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu, Bras 10, fl. 15,19-20v e 23.

**Quadro 9:** Padres que realizaram batizados nas localidades de ação das Missões Populares

<b>LOCALIDADE</b>	<b>PADRE</b>	<b>PERMANÊNCIA</b>	<b>Nº DE BATIZADOS</b>
<b>Capela de Santo Antônio</b>	Domingos de Araújo Pinto (coadjutor)	1691	6
	Tomé de Jesus	1691	1
	Paulo da Costa (vigário)	1693	1
	Pedro Fernandes	1694	5
	Basílio de Abreu Andrada (vigário)	1695	2
	Francisco Bezerra de Góes	1697-98; 1705; 1708; 1710; 1713	83
	Simão Rodrigues de Sá (vigário)	1698; 1710	38
	Antônio Rodrigues Frazão (coadjutor)	1699	2
	Diogo de Oliveira (Coadjutor)	1703	1
	Pedro Taborda (Companhia de Jesus)	1703	1
	Manuel Pinheiro Teixeira (coadjutor)	1709	3
	Antônio de Andrada Araújo (vigário)	1710-1711	
	João Fernandes de Souza	1713	1
<b>Capela de Cunhaú</b>	Manuel de Medeiros	1686	1
	Elói de Freitas	1690-91; 1695	11
	Jerônimo de Albuquerque	1693	1
	João Batista Monteiro	1693	1
	Pedro Fernandes	1694	3
	Francisco Bento do Nazaré (Ordem do Carmo)	1694	2
	Augustinho de Souza e Barros	1694	1
	Bento Ribeiro	1694	3
	Basílio de Abreu Andrada (vigário)	1695	1
<b>Capela de São Gonçalo</b>	Pedro Homem da Costa (coadjutor)	1683	6
	Francisco da Ressurreição (Ordem Serafim) (SIC)	1684	1
	Francisco dos Anjos	1687	2
	Manuel de Santa Rosa Franciscana	1688	2
	Manuel Dias Santiago	1689	2
	Elói de Freitas	1689-1691	4
	Cosme Franciscano	1690	1
	Domingos de Araújo Rodrigues	1691	1
	Domingos de Araújo Pinto	1692-1693	6

	Pedro Fernandes	1694	4
	Paulo da Rocha Figueiredo	1696	1
	Francisco Bezerra de Góes	1698-1701	19
	Antônio Rodrigues Frazão (coadjutor)	1701-1703	5
	Simão Rodrigues de Sá	1701-1702	9
	Diogo de Oliveira (coadjutor)	1703	2
	Antônio de Araújo e Souza	1708	2
	Domingos Rodrigues Telonis	1710	1
	Francisco Rocha	1711	1
	Manuel de Araújo	1711	1
<b>Capela de Utinga</b>	Antônio de Araújo e Souza	1709-1710; 1714	5
	Domingos Rodrigues	1712	1
	Antônio de Andrada Araújo (vigário)		1
<b>Capela de Jundiá</b>	Simão Rodrigues de Sá (vigário)	1711	4
	Antônio de Andrada Araújo (coadjutor)	1711	1
	Pedro Fernandes	1712;1714	3
<b>Capela de Camaratuba</b>	Sebastião Rabelo	1692	1
<b>Capela de Nossa Senhora do Ó</b>	Pedro Homem da Costa	1688-1691	2
	Bento Ribeiro	1690	2
	Basílio de Abreu Andrada	1691	1
	Domingos de Araújo	1691	2
	Manuel Dias Santiago	1691-1695	15
	Francisco José de Santa Maria	1696	3
	Paulo da Rocha de Figueiredo	1696	1
	Manuel Serrão de Oliveira	1698	1
	Manuel de Jesus	1699	1
	Coad. Antônio Rodrigues Frazão	1700	4
	Coad. Diogo de Oliveira	1703	1
	Pedro Fernandes	1703	1
	Simão da Costa Pereira	1703-1710	8
	Vigário Simão Rodrigues de Sá	1704-1709	7
	Antônio de Araújo e Souza	1707	10
Francisco Luís da Conceição	1696	1	
<b>Capela de Nossa Senhora do Desterro (Igremaçió)</b>	Bento Moreira	1690	2

Fonte: LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

O quadro acima teve o intuito de compilar os 50 padres que sabidamente atuaram no processo de cristianização, das pessoas e dos espaços, nas áreas de atuação das Missões Populares. Ao olhar atentamente para o quadro, pode-se perceber que a mesma possui apenas nove padres pertencentes ao clero secular, sendo quatro vigários: Paulo da Costa, Basílio de Abreu Andrada, Antônio de Andrada e Araújo e Simão Rodrigues de Sá – como consta ao lado dos nomes – e cinco coadjutores: Domingos de Araújo Pinto, Diogo Oliveira, Manuel Pinheiro Teixeira, Antônio Rodrigues Frazão e Pedro Homem da Costa. Compreende-se, que de um total de 50 padres mencionados na documentação, um número de 24, provavelmente, pertencia ao grupo que realizava missões de catequese e/ou mantinham o processo de cristianização, realizando batizados, casamentos, celebrando missas, dentre as mais atividades eclesiais de função dos padres.<sup>286</sup>

Apesar desse número tão expressivo de padres - 50 para oito localidades - Vicente Lemos e Tarcísio Medeiros em sua obra “Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte” afirmaram que, em 1708, durante o governo de André Nogueira da Costa, o número de missionários existentes para a Capitania ainda não era suficiente, havendo uma “deficiência da catequese”. Pelo fato de André da Costa ter chegado à capitania em meio à Guerra dos Bárbaros, acredita-se que essa carência estivesse ainda maior, afinal, havia a necessidade da cristianização dos povos indígenas.<sup>287</sup> Em uma guerra desse porte havia a necessidade de maior número de padres para conferir a extrema unção, haja vista a grande mortandade de pessoas em decorrência da guerra.

Essa insuficiência de padres, nesse período, também se deve ao fato de que adentraram à Capitania do Rio Grande diversas pessoas. Esses novos moradores, que vieram em busca de terras, acabaram ocasionando em um aumento do contingente populacional, afinal, casavam com antigos moradores da freguesia, o que implicava no aumento do número de casamentos e, conseqüentemente, de futuros batizados, fruto da união desses casais.

Ao deparar-se com esse número tão elevado de padres, algumas questões passaram a ser levantadas. Pensou-se, inicialmente, se os padres viajantes em missões

---

<sup>286</sup> Estima-se esse total de 24 padres que atuavam nessas missões populares com base na rotatividade dos mesmos, somado ainda ao breve período que passavam nas capelas, algo que pode ser percebido pela documentação. Padres como Tomé de Jesus, Domingos Rodrigues, João Fernandes de Souza, por exemplo, realizaram um único batizado na Capitania, o que, certamente, indica essa rotatividade, estando essas padres apenas “de passagem” por essas localidades.

<sup>287</sup> LEMOS, Vicente; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**. Natal: Edição do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980. 2.v. p. 29-30.

populares batizariam apenas pessoas de poucas posses – que não podiam levar seus filhos até a matriz, ou mesmo a uma capela mais próxima. Perguntou-se às fontes, ainda, se essas visitas aconteciam apenas em virtude da quaresma, período de suma importância para o católico, devendo confessar-se nessa época, bem como abster-se das práticas sexuais.

Os dados, entretanto, mostram que, ao contrário do que se pensou inicialmente, esses padres realizavam tanto os batizados de filhos de pessoas de prestígio da capitania, como de pessoas comuns, não sendo percebida nenhuma distinção social. Assim, os padres itinerantes poderiam batizar qualquer pessoa, independente de sua condição social. Um desses exemplos pode ser visto no registro do batizado de um dos filhos do capitão Teodósio da Rocha, realizado na Capela de Santo Antônio do Potengi, no ano de 1691. O batizado do pequeno Antônio foi realizado por um desses padres viajantes – Tomé de Jesus – sendo esse padre, inclusive, mencionado apenas uma vez na documentação analisada, o que indica que, no período entre 1681-1714, realizou apenas um batizado, um forte indicativo de que estava na localidade apenas “de passagem”, não tendo demorado na localidade em questão.<sup>288</sup>

Em relação ao “jejum sexual”,<sup>289</sup> que deveria ser mantido nesse período de quaresma, acredita-se que não houve aceitação dessa prática. Separados todos os batizados pelos meses em que foram realizados não se chegou à constatação de que, em determinado mês, se tivesse uma alta ou baixa, sendo os números muito próximos.<sup>290</sup>

Como se percebe pelo quadro 9, apesar da maioria dos padres que realizaram batizados nas povoações mencionadas serem os padres das missões volantes (regulares), estes não foram os únicos a atuar na conversão dessas pessoas e lugares. Os padres seculares, também foram fundamentais nesse processo cristianizador, como o vigário Simão Rodrigues de Sá, vigário que mais batizou nas áreas de atuação das missões populares, tendo batizado um total de 47 pessoas e, os diversos coadjutores, como: Domingos de Araújo Pinto, Diogo Oliveira, Manuel Pinheiro Teixeira, Antônio Rodrigues Frazão e Pedro Homem da Costa. Estes últimos, batizaram um total de 6, 3,

---

<sup>288</sup> LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

<sup>289</sup> Sobre o suposto jejum sexual a demografia tem estudos como o de Ana Silvia Scott: SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Amores ilícitos e bastardia**: a família luso-brasileira em questão. Núcleo de estudos de população (NEPO)/UNICAMP.

<sup>290</sup> Escolheu-se não disponibilizar o quadro montado dos batizados por meses pelo fato de que os números eram bastante próximos. Além disso, há o problema de não ser possível, em alguns registros, identificar o mês de realização do batizado, algo que, de certa forma, limita as conclusões acerca do assunto tratado.

3, 7, e 6, respectivamente, cada um deles, tendo Diogo de Oliveira e Antônio Rodrigues Frazão, batizado em mais de uma freguesia – ambos realizaram batizados nas capelas de Santo Antônio e São Gonçalo - o que também indica que estivessem apenas de passagem pelos locais.<sup>291</sup>

Deve-se lembrar ainda que alguns lugares de atuação das missões populares tinham um maior contingente populacional, ou pelo menos de devotos, de modo que deixaram maiores indícios. As capelas de Santo Antônio do Potengi e São Gonçalo do Potengi são exemplos de localidades de maior destaque, nesse período, por terem sido criadas anteriormente, em relação às demais capelas trabalhadas nesse capítulo e por terem maior quantidade de pessoas residindo na localidade, como será analisado ao longo dos tópicos que se seguem.

---

<sup>291</sup> LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

## 1. Lugares de atuação das Missões Populares

### a. A capela de Santo Antônio do Potengi

A Capela de Santo Antônio, situada à margem esquerda do rio Potengi, e por isso chamada até os dias atuais de “Capela de Santo Antônio do Potengi” - distante cerca de 22,6 km da igreja matriz, situada na Cidade do Natal - foi uma das primeiras capelas, de atuação das missões populares, a constar nos registros analisados. Para a Capela de Santo Antônio do Potengi, tem-se os registros dos batizados feitos desde o ano de 1691. Atualmente, a capela de Santo Antônio do Potengi passou à condição de igreja matriz, ficando situada no município de São Gonçalo do Amarante.<sup>292</sup> A Capela de Santo Antônio está, atualmente, localizada no município de São Gonçalo do Amarante, na microrregião de Macaíba.

Como a própria denominação indica, a capela era de devoção a Santo Antônio, sendo os festejos desse santo ocorridos no dia 13 de junho. Conforme a lenda local, a imagem do santo teria sido encontrada em uma gruta, por duas moças solteiras, herdeiras de uma família detentora de terras. Assim, as moças teriam mandado erigir a capela em memória do “santo casamenteiro” no intuito de alcançar bons matrimônios.<sup>293</sup> Ainda hoje é difundida no imaginário social dos cristãos católicos essa ideia de que Santo Antônio seria um santo casamenteiro.

De acordo com o que foi analisado, por meio dos registros de batismos, essa capela seria a mais eminente do período entre 1681 e 1714, tendo sido registrado o segundo maior número de pessoas da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, um total de 157 (16,88% do total, de 930 pessoas), ficando abaixo apenas da matriz. Deve-se atentar, contudo, para o fato de que vários registros (talvez livros completos) foram perdidos, de modo que essa proeminência da capela foi percebida apenas com base na documentação consultada.

Para que essas 157 pessoas fossem batizadas, foi necessário que passasse cerca de 13 padres pela capela: os vigários Paulo da Costa, Basílio de Abreu Andrada,

---

<sup>292</sup> Para maiores informações ver o blog destinado à paróquia: <http://paroquiadesantoantonipotengi.blogspot.com.br/>

<sup>293</sup> Ver: Iaponira Peixoto de Brito, que escreveu “Aspectos socioeconômicos do município de São Gonçalo do Amarante - RN”.

Antônio de Andrada e Araújo e Simão Rodrigues de Sá; os coadjutores: Domingos de Araújo Pinto, Antônio Rodrigues Frazão, Diogo de Oliveira, e Manuel Pinheiro Teixeira; e ainda os demais padres, Tomé de Jesus, Pedro Fernandes, Francisco Bezerra de Góes, Pedro Taborda e João Fernandes de Souza.

Entre os vigários citados, aquele que teve uma maior influência sobre a localidade foi Simão Rodrigues de Sá, tendo batizado um total de 38 pessoas, nos anos de 1698 e de 1710, apesar de ser vigário colado da matriz, tendo passado pela capela apenas nesses momentos.

Já em relação aos coadjutores, os números são diminutos, tendo os quatro que passaram pela capela batizado um total de 12. O coadjutor que mais realizou batizados na localidade foi Domingos de Araújo Pinto, em um total de seis. Domingos de Araújo Pinto esteve na capela de Santo Antônio apenas no ano de 1691.

Por fim, os demais padres pareceram ser, em sua maioria, padres que viajavam em missão pelos diversos lugares do Bispado de Pernambuco, tendo três destes realizado apenas um batizado na capela – João Fernandes de Souza, Tomé de Jesus e Pedro Taborda, sendo estes dois últimos padres da Companhia de Jesus. Diferentemente desses padres missionários, por sua vez, destacou-se pela grande atuação na capela o padre Francisco Bezerra de Sá, tendo batizado 83 pessoas (52,86%), mais que metade do número total de batizados, correspondente a 157, para a capela em questão.

Ademais, ao tratar desta capela deve-se levar em consideração as pessoas que foram batizadas na mesma, afinal, foram essas pessoas que imprimiram suas formas de viver naquele espaço, criando a capela para a manutenção de suas práticas religiosas/culturais. Na capela de Santo Antônio foram batizadas pessoas de famílias notáveis da Capitania do Rio Grande, como por exemplo, filhos dos membros do Senado da Câmara da Cidade do Natal, além de grandes senhores de terras e escravos.

Acredita-se que essas pessoas – membros da câmara e senhores de terras/escravos – residiam nos lugares em torno da Capela de Santo Antônio, uma vez que há registros dos batizados de seus filhos, como também da escravaria desses senhores, recorrentemente na localidade, já que seria pouco provável que residissem em outras áreas e se dirigissem à capela apenas para a realização dos batizados. Ocupar um posto na Câmara conferia tanto prestígio social, quanto vantagens de cunho econômico -

como ganhos e emolumentos - ainda que a Câmara da Cidade do Natal, provavelmente, não tivesse tanta autonomia como no caso dos grandes centros urbanos.<sup>294</sup>

No caso dos Rocha, umas dessas famílias notáveis da Capitania, cujo principal membro era Teodósio da Rocha, percebeu-se diversos registros da família na localidade. Teodósio da Rocha era natural da Vila de Penedo (antiga Capitania de Pernambuco, atual Alagoas), não se sabendo ao certo quando se mudou para a Capitania do Rio Grande, sendo os primeiros indícios de sua presença percebidos em 1677, quando foi eleito Juiz ordinário<sup>295</sup> do Senado da Câmara da Cidade do Natal.<sup>296</sup>

Em artigo publicado, Patrícia Dias apresentou informações sobre essa família<sup>297</sup>. Segundo a autora, Teodósio da Rocha ter-se-ia tornado oficial do Terço dos Paulistas – deve-se lembrar que a Guerra dos Bárbaros estava acontecendo nessa época. Teodósio da Rocha ainda seria uma dessas pessoas as quais se faz menção nesse tópico, tendo ocupado cargos no Senado da Câmara da Cidade do Natal: vereador em 1680,<sup>298</sup> almotacé em 1681 e juiz ordinário nos anos de 1677, 1682, 1685, 1691 e 1698. Ainda conforme Dias, Teodósio da Rocha foi casado com Dona Antônia de Oliveira,<sup>299</sup> tendo

---

<sup>294</sup> A autonomia da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por exemplo, para o século XVIII, foi analisada por: BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. Acredita-se, contudo, que se deva fazer algumas ressalvas para o caso da Capitania do Rio Grande (do Norte), pela própria economia vigente na época, que cerceava essa autonomia. Segundo a historiadora Carmen Alveal, embora a câmara fosse um espaço de referência de certo poder, este deveria ser relativizado no caso da Cidade do Natal, já que, segundo Alveal, “acredita-se que a ocupação deste espaço de poder foi utilizada como estratégia para melhorar a “qualidade” de alguns moradores, que não teriam espaço em Olinda, ou mesmo em Filipéia (...)”. ALVEAL, Carmen. Rio Grande (do Norte) colonial: novos olhares. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros; SANTOS, Rosenilson da Silva. **Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa**. Natal: Edufrn, 2013. pp. 15-44.

<sup>295</sup> As atribuições do juiz ordinário eram participar das reuniões da câmara, fiscalizar a atuação dos outros funcionários da câmara (principalmente os almotacés), julgar crimes na sua jurisdição e criar devassas sobre atuações criminosas. Ver: DIAS, Patrícia Oliveira. **Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi Mossoró (1675-1725)**. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

<sup>296</sup> FUNDO documental do IHGRN, caixa “Militares” – Terço dos Paulistas, pasta Terço dos Paulistas do Mestre de Campo Manuel Álvares de Moraes Navarro (1682-1683-1698).

<sup>297</sup> DIAS, Patrícia de Oliveira. A conquista do sertão do Rio Grande: Estratégias de apropriação de espaços na capitania do Rio Grande entre os séculos XVII e XVIII. **II Encontros Coloniais**. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/encontroscoloniais-lehs/textoscompletos.html> Acesso em: 19 de dezembro de 2014. p. 1-10.

<sup>298</sup> Um vereador deveria decidir sobre o uso de terrenos públicos, regularizar as formas de trabalho, distribuir víveres, organizar o espaço urbano, definir arrecadação das rendas, fiscalizar a aplicação das posturas determinadas pelo concelho e aplicar multas para as determinações não atendidas.

<sup>299</sup> No batizado do pequeno Teodósio, em 1698, Dona Antônia de Oliveira foi citada como “defunta”. É possível que Dona Antônia tenha falecido no parto da criança, ou poucos dias depois, haja vista que o batizado deveria ser realizado em, no máximo, oito dias de vida da criança.

o casal um total de oito filhos: Mariana, Tereza, João da Rocha Vieira, Margarida da Rocha, Antônio Vaz Gondim, Damião da Rocha, Teodósia da Rocha e Bonifácio da Rocha.<sup>300</sup> Com base nos registros de batismos analisados percebeu-se ainda um nono filho, que teria recebido o mesmo nome de seu pai, o pequeno Teodósio.

Do total de nove filhos do capitão Teodósio da Rocha, tem-se o batizado de apenas cinco desses, isso porque, sabidamente, três dos seus filhos já eram adultos no período desse estudo – Margarida da Rocha, Damião da Rocha e Teodósia da Rocha. Provavelmente, Mariana também já era adulta, não se tendo menção ao seu batizado. Os demais filhos, totalizando cinco, ainda eram crianças, tendo nascido entre os anos de 1688 e 1698 – embora não se tenha a data do nascimento, sabe-se da pressa em realizar o batizado, devendo a criança ser batizada ainda na primeira semana de vida.

Dentre os cinco estavam, Bonifácio, nascido em 1688, batizado na igreja matriz; Antônio, batizado em 1691, na capela de Santo Antônio; Tereza, batizada em 1692, não tendo o local onde o batizado foi realizado no registro; João, batizado em 1694, também na igreja matriz e, finalmente, o pequeno Teodósio, batizado em 1698, na capela de Santo Antônio. Assim, dos cinco filhos do capitão Teodósio da Rocha, dois foram batizados na matriz e outros dois foram batizados na capela de Santo, não sendo possível, apenas com base nesses registros, afirmar uma possível transição de moradia, indicando, provavelmente, deslocamentos curtos a essas localidades: matriz (cidade do Natal) e capela de Santo Antônio (São Gonçalo).

A figura de Teodósio da Rocha não está sendo discutida aleatoriamente. Ao longo da análise documental, dos registros de batismos, tanto Teodósio da Rocha, quanto os demais membros de sua família, foram mencionados inúmeras vezes, tendo o próprio Teodósio sido citado como pai de cinco crianças, proprietário de 18 escravos e ainda padrinho de mais sete pessoas, não sendo identificado o local do batizado de uma delas e tendo acontecido três na capela de Santo Antônio, nos anos de 1692, 1694 e 1705, e mais três na capela de São Gonçalo, em 1691, 1693 e 1694.<sup>301</sup> Como se percebe, com base nas datas dos apadrinhamentos feitos por Teodósio, somado ainda aos batizados de seus próprios filhos, o capitão estava, frequentemente, no que seria hoje o município de São Gonçalo – capelas de Santo Antônio e São Gonçalo.

---

<sup>300</sup> DIAS, Idem. p. 2.

<sup>301</sup> Livro de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

Algo semelhante pode ser observado em relação à sua filha, Dona Teodósia da Rocha, que apadrinhou um total de 13 crianças, um número ainda maior que seu pai, mas que certamente devia-se a importância e o prestígio social e econômico do mesmo. Os apadrinhamentos realizaram-se desde 1691, quando apadrinhou, na capela de Santo Antônio do Potengi, o pequeno Luciano, filho de Antônio Batista Pimentel e de Maria Gomes, até 1713, apadrinhando Germano, filho de uma escrava chamada Ana Violeta, tendo o batismo sido feito também na capela de Santo Antônio.<sup>302</sup>

Dona Teodósia foi madrinha de 13 crianças, dentre elas: 1. Luciano (1691), filho de Antônio Batista Pimentel e Maria Gomes; 2. Antônia (1692), filha de Inácio e Úrsula Borges; 3. Manuel (1694), filho de Antônio de Amorim e Perpétua de Barros; 4. Anacleto (1694), filho de Francisco Gomes e Maria de Sá; 5. Cipriano (1694), filho de Matias Quaresma e Aguida de Oliveira; 6. João (1694), filho de Teodósio da Rocha e Dona Ana de Oliveira (irmão da madrinha); 7. Gaspar (1699), filho de Gaspar Carvalho e Apolinia Almeida; 8. Maria Madalena (1701), filha de Pascoal Gomes de Lima e Helena Berenguer; 9. Acácio (1701), filho de Cosme Dias e Marta da Fonseca; 10. Michaela (1708), filha de Margarida da Rocha e José Porrata Moraes de Castro; 11. Lázaro (1712), filho de Lázaro Borges e Dona Custódia de Freitas; 12. Josefa (índia) (1713), não constava os pais; e finalmente, 13. Germano (1713), filho da escrava Ana Violeta.<sup>303</sup>

Do total de 13 crianças apadrinhadas por Dona Teodósia, sabe-se que apenas um batizado foi realizado na matriz, o do seu irmão, João, realizado em 1694. Os demais batizados, um total de dez, nos quais se tinha a localidade onde foi administrado o sacramento, aconteceram na Capela de Santo Antônio. Dois desses batizados não constavam o local: o de Manuel, em 1694, e o de Josefa, em 1713, podendo ambos terem sido realizados na matriz, mas não sendo possível afirmar veementemente.

Estar presente na capela de Santo Antônio pelo menos dez vezes para apadrinhar consiste em um indicativo da sua presença na localidade de Santo Antônio. Infelizmente não foi possível encontrar cartas de concessões de terra, que auxiliariam no entendimento sobre onde a filha do capitão Teodósio da Rocha - como era chamada nas

---

<sup>302</sup> LIVRO. Idem.

<sup>303</sup> LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

fontes – residia, primeiramente com seu esposo e, depois, com suas filhas, visto que, em 1706, Dona Teodósia estava sendo mencionada como viúva.<sup>304</sup>

Casada com Manuel da Costa Rego, sabe-se que Teodósia teve dois filhos: José, batizado na igreja matriz, no ano de 1694 e Felizarda Filgueira,<sup>305</sup> na Capela de São Gonçalo do Potengi, em 1698.<sup>306</sup> Acredita-se, pois, que Teodósia da Rocha tenha residido em mais de uma localidade, já que seu primogênito foi batizado na “sede do poder eclesiástico” – na matriz – enquanto que sua filha, quatro anos depois (1698) foi batizada na Capela de São Gonçalo do Potengi.

O mais provável é que a família de Teodósia da Rocha e Manuel da Costa Rego residisse em Santo Antônio do Potengi, afinal, dos 13 batizados em que foi madrinha, dez foram realizados na Capela de Santo Antônio, onde foi também batizado um escravo de Teodósia. No entanto, Manuel da Costa Rego, esposo de Dona Teodósia, solicitou terras em sesmarias, no ano de 1681, na ribeira do Jaguaribe, o que significa que a família estava enveredando pelos sertões em busca de novas terras, podendo terem se fixado posteriormente.<sup>307</sup> Ainda assim, a própria solicitação comprova que Manuel da Costa Rego era morador da Capitania do Rio Grande no período da solicitação.

Com base nesse processo de conquista de terras no Siará Grande, bem como no sertão da Capitania do Rio Grande, é possível que a família Rocha tivesse em Santo Antônio um ponto “mais próximo” das terras que estava solicitando, nas proximidades do rio Mossoró, como remuneração pelos serviços prestados na Guerra dos Bárbaros. Assim, a capela de Santo Antônio, situada à margem esquerda do rio Potengi, ficava próxima à Cidade do Natal, funcionando como uma espécie de elo entre o “sertão”, aos poucos povoado, e a cidade.<sup>308</sup>

---

<sup>304</sup> LIVRO de registro. Idem. Infelizmente não se encontrou mais indícios da família de Teodósia da Rocha. Mesmo a historiadora Patrícia Dias tendo pesquisado a família com mais afinco, tendo em vista ser o foco do trabalho da mesma, não tem maiores informações.

<sup>305</sup> O sobrenome Filgueira, de Felizarda, foi observado em outro registro, uma vez que no ato do batizado não se tinha informado o sobrenome da pessoa, mesmo que fosse adulta. Como apadrinhou uma criança, na Capela de Santo Antônio do Potengi, em 1706, informou-se o sobrenome da mesma, seguido por “filha de Dona Teodósia da Rocha”.

<sup>306</sup> Não foi possível saber se Dona Teodósia da Rocha teve outros filhos, mas se acredita que teve apenas dois pelo fato de já ser viúva, no ano de 1706, conforme informado em registro “Dona Teodósia da Rocha (viúva)”.

<sup>307</sup> ROLIM, Leonardo Cândido. **“Tempos de carne seca” no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati.** Dissertação de mestrado - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2012. p. 56-57.

<sup>308</sup> Não se tem cartas de sesmarias, nem outros documentos, que mostrem terras de Manuel da Costa Rego.

Somado a isso, ou justamente por isso, a família de Manuel da Costa Rego tem algumas especificidades, a começar pelo fato de a figura mais notável da família não ser o “chefe”, tendo-se destacado muito mais a sua esposa, Dona Teodósia da Rocha. Dona Teodósia da Rocha pareceu, com base na documentação, ser uma pessoa notável na capitania, convidada para apadrinhar 13 crianças, o maior número de apadrinhamentos encontrado em toda a documentação. Por isso, circulou por no mínimo três pontos de propagação da fé – a igreja matriz (centro eclesiástico), a capela de Santo Antônio do Potengi e a capela de São Gonçalo do Potengi.

Da mesma maneira, deve-se ressaltar a gama de caminhos pelos quais o pai de Teodósia, o “capitão Teodósio da Rocha” teria passado. Atuante no Senado da Câmara da Cidade do Natal, ele solicitou, em 1679, “chãos” na Cidade do Natal. Não se sabe, contudo, se a tentativa de construir casa na cidade do Natal tinha relação direta com a morada de Teodósio na cidade, haja vista o fato de, dois anos depois, ter solicitado terras no rio Upanema, próximo ao rio Mossoró (na época, sertão da capitania).<sup>309</sup>

Percebeu-se, todavia, a mobilidade do capitão Teodósio, que ora estava junto a alguns de seus filhos, nos arredores da Capela de Santo Antônio do Potengi - sendo mencionado muitas vezes em meses consecutivos em batizados na localidade, o que representa que estaria permanentemente, ou de forma mais frequente, no lugar – ora estava atuando na câmara da Cidade do Natal, e mesmo apadrinhando crianças na igreja matriz, ou ainda, no Assu e Mossoró, dois espaços que estavam sendo ocupados nesse período, resultando nas diversas batalhas com os indígenas. Soma-se também um percurso menor, dirigindo-se até a capela de São Gonçalo. Comprovou-se, com base nos registros, que o capitão esteve em algumas vezes na capela de São Gonçalo, como, por exemplo, nos anos de 1691, 1693 e 1694, em que apadrinhou algumas pessoas.

Consoante a isso, o Capitão Teodósio da Rocha auxiliou na Guerra dos Bárbaros, tendo, posteriormente, solicitado terras em sesmarias em Assu, como alguns dos envolvidos na guerra – alegavam terem servido ao rei em prol do bem comum – o

---

<sup>309</sup> DIAS, Patrícia Oliveira. **Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi Mossoró (1675-1725)**. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

que leva a crer que o mesmo teria, ao menos, conhecido a localidade, ainda que não se tenha certeza de que residiu, em algum momento, no Assu.<sup>310</sup>

Essa possível passagem do capitão Teodósio da Rocha pela região do Assu culminou na formação de alianças, como se percebe pelo casamento de uma de suas filhas – Margarida da Rocha. Margarida teria casado duas vezes. O primeiro casamento com Manuel de Almeida Cabral, com o qual teve dois filhos: Maria, batizada em 1690; e Tomás em 1695; ambos foram batizados na igreja de São João das Guaraíras.<sup>311</sup> O segundo casamento, com José Porrante de Moraes Castro, por sua vez, diferentemente do primeiro, teve por base a possível formação de alianças em decorrência da atuação do capitão Teodósio da Rocha na Guerra dos Bárbaros.

José Porrante de Moraes Castro era oficial do Terço dos Paulistas – uma das frentes de combate aos índios rebelados, na visão do português. Como não se tem menção de ilegitimidade nos batizados dos filhos do novo casal, acredita-se que Margarida da Rocha tenha ficado viúva, podendo contrair novo matrimônio. José Castro teria chegado à Capitania do Rio Grande junto com o Terço dos Paulistas, comandado pelo seu primo, o mestre de campo Manuel Álvares de Moraes Navarro.<sup>312</sup>

Essa aliança selada por matrimônio frutificou, tendo o casal um total de cinco filhos – Micaela, batizada em 1708, Arcângela, no ano seguinte (1709), Francisca, em 1710, Bernardino, em 1711 e Sebastiana, em 1713. Todos os filhos do casal foram batizados na capela de São Gonçalo, o que denota, mais uma vez, uma grande presença da família Rocha na localidade. É possível que o casal tenha tido outros filhos, uma vez que a documentação analisada se encerra já no ano de 1714, não sendo possível acompanhar a composição familiar ao longo de todo o tempo em que o casal viveu.

Ademais, foram várias as famílias que se destacaram pela grande quantidade de registros em que apareciam, sobretudo, os senhores de terras, que além de serem mencionados com frequência na documentação, são indicativos de prestígio econômico e mesmo social. Assim, outros possíveis familiares dos “Rocha”, embora não se tenha conseguido saber qual a vinculação, foi percebida nas fontes analisadas, como a família

---

<sup>310</sup> DIAS, Idem. p. 1-10. Ver ainda: DIAS, Patrícia Oliveira. **Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi Mossoró (1675-1725)**. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

<sup>311</sup> LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

<sup>312</sup> Sobre a atuação das tropas militares na Guerra dos Bárbaros ver: SILVA, Tyego F. **A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720)**. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

de Felipe da Costa (nº 11, na lista abaixo) e Helena da Rocha, casal que teve cinco filhos: Isadora (1690), batizada na matriz, Teodósio (1693), em Santo Antônio, Constantino (1695), em São Gonçalo, um que não constava o nome (1697),<sup>313</sup> em Santo Antônio, e João (1703), também em Santo Antônio. Como se verificou, a família fez batizar quatro filhos na área do atual município de São Gonçalo, e apenas um batizado na matriz.

Teve destaque ainda na localidade de Santo Antônio, da mesma forma, alguns outros senhores de escravos arrolados na documentação, como Gonçalo da Costa Faleiro (nº 20, na lista abaixo),<sup>314</sup> João da Costa Almeida (nº 5, na lista abaixo), e ainda Manuel de Abreu Frielas (nº 6, na lista abaixo).

**Lista 5:** Senhores que batizaram seus escravos na Capela de Santo Antônio do Potengi

Nº	Senhores de escravos de S. A.	Nº de escravos em Santo Antônio	Total de escravos na freguesia
1.	<b>Teodósio da Rocha</b>	15	18
2.	Gonçalo da Costa Faleiro	7	24
3.	<b>João da Costa Almeida</b>	4	11
4.	Manuel de Abreu Frielas	3	3
5.	Antônio Gomes de Barros	2	2
6.	Cosme dos Reis	2	2
7.	Manuel Pereira da Costa	2	2
8.	Tomé Leitão Navarro	2	3
9.	Felipe da Costa	2	5
10.	Domingas Gomes	2	2
11.	Manuel Tavares Guerreiro de Ventura	2	2
12.	Manuel da Costa Bandeira	2	2
13.	Teodósia da Rocha	1	1
14.	Manuel Gonçalves Pimentel	1	1
15.	João Leite	1	6
16.	Izabel de Grasiman	1	1
17.	Manuel da Costa Rego <sup>315</sup>	1	1
18.	<b>Teodósio Grasiman</b>	1	1
19.	Pascoal Gomes de Lima	1	6
20.	Gonçalo Rodrigues Ramos	1	4
21.	Antônio Batista	1	1
22.	(?) Almeida Arruda	1	1

<sup>313</sup> Na documentação constava apenas: “filho de Felipe da Costa e Helena da Rocha”.

<sup>314</sup> Gonçalo da Costa Faleiro, número 2 na lista, foi analisado no segundo capítulo deste trabalho, pelo fato de possuir quinze escravos batizados na igreja matriz.

<sup>315</sup> Esposo de Dona Teodósia da Rocha, filha do capitão Teodósio da Rocha.

23.	Manuel Correa Pestana	1	1
24.	Manuel Carvalho Tinoco	1	1
25.	Antônio Moreira	1	1
26.	Mariana da Costa	1	5
27.	Bento Correa da Costa	1	1
28.	Antônio Dias Pereira	1	7
29.	Antônio de Amorim	1	1

Fonte: Livro de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

A lista acima foi organizada com base nos registros de batismos da capela de Santo Antônio. Contudo, alguns desses proprietários tinham escravos batizados em outras localidades, como pode ser observado na coluna “total”. Na coluna “número de escravos em Santo Antônio”, tem-se apenas os escravos que foram batizados e/ou estiveram nessa capela, conforme o registro. Já a coluna “total”, contempla o número final de escravos por cada senhor, em toda a freguesia.

Um desses senhores de escravos era o capitão João da Costa Almeida, número 3 na lista acima, que teve quatro escravos sendo batizados na capela de Santo Antônio, embora não residisse nos arredores da mesma. João Almeida provavelmente morava na Cidade do Natal, onde recebeu duas concessões em terras. Além disso, João da Costa Almeida fez batizar outro escravo, Valério, para além dos quatro batizados em Santo Antônio. Valério foi batizado no ano de 1697, na igreja matriz e era, comprovadamente, um escravo negro, tendo em vista que seus pais, André e Nazária, foram descritos como crioulos.

Outra pessoa influente na Capitania do Rio Grande como um todo era Teodósio Grasiman, embora tivesse apenas um escravo listado na documentação analisada. O tenente Teodósio Grasiman, segundo Hélio Galvão, era descendente de franceses e holandeses. Grasiman, conforme os indícios encontrados, tinha terras na Cidade do Natal, onde foi obrigado a construir casa no ano de 1680.<sup>316</sup> Solicitou terras ainda na ribeira do Jaguaribe, em 1681, com diversos moradores da Capitania do Rio Grande, dentre os quais vários senhores de escravos mencionados nas listas de Santo Antônio e São Gonçalo, como o capitão-mor Manuel de Abreu Soares, Tomé Leitão

<sup>316</sup> Livros de Termos de Vereação do Senado da Câmara do Natal. Ver também: DIAS, Patrícia Oliveira. **Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi Mossoró (1675-1725)**. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

Navarro, Manuel de Abreu Frielas, Francisco Borges Valadares e Manuel da Costa Rego.<sup>317</sup> Segundo constava na petição, esses homens eram

(...) todos moradores e filhos da Capitania do Rio Grande [e] se me enviou apresentar por sua Petição que Os mais delles Tinhão servido a S. Alteza em paz em guerra com Pesos e fazendas e herão Pesos Benemeritas de Cabedal pera povoarem e descobrirem terras assim no sertão como a beira mar da dita Capitania e sendo tantos em numero com suas familias não tinhão terras pêra aposentar seus Gados e mais Criasoins.<sup>318</sup>

Como se percebe pelo fragmento acima, extraído da solicitação de terras feita por Grasiman e seus conhecidos, esses homens eram pessoas que tinham cabedal, corroborando com o fato de serem senhores de escravos, afinal, era necessário recursos para adquirir escravos. Essas pessoas, conforme se verifica na lista dos senhores de escravos acima - que fizeram batizar seus escravos na capela de Santo Antônio, como também por meio da lista dos senhores de escravos da Cidade do Natal (capítulo 2, p; 80) e de São Gonçalo, mais a frente (p. 151) – estavam “descobrimdo” terras nos sertões, sendo São Gonçalo/Santo Antônio áreas de ligação importantes.

No caso específico de Teodósio Grasiman, o rio Potengi pode ainda ter sido utilizado para escoar sua produção de cachaça, feita no próprio engenho de sua família, uma vez que Grasiman solicitou à câmara uma autorização para a venda do produto. O fato de ter um engenho, produtor de cachaça, provavelmente despertou em Grasiman mais um interesse em participar do corpo do Senado da Câmara da Cidade do Natal. Grasiman teve longo histórico na câmara, tendo sido procurador, 1674, vereador, nos anos de 1676 e 1679 e ainda almotacé, em 1677.<sup>319</sup>

Dessa forma, entende-se que, embora a capela de Santo Antônio não fosse um centro eclesiástico, atraía um contingente de fiéis significativo. Essas pessoas, por

<sup>317</sup> ROLIM, Leonardo Cândido. “**Tempos de carne seca**” no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati. Dissertação de mestrado - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2012. p. 56-57.

<sup>318</sup> Pedido Nº 35 de 23/01/1681. In: Datas de Sesmarias do Ceará e índices de datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. / Organização Arquivo Público do Estado do Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica/ Wave Mídia, 2006. 2 CD - ROOM. Apud ROLIM, Leonardo Cândido. “**Tempos de carne seca**” no Siará Grande”. Op. Cit.

<sup>319</sup> Livros de Termos de Vereação do Senado da Câmara do Natal. Ver também: DIAS, Patrícia Oliveira. Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi Mossoró (1675-1725). Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

consequente, conviviam no espaço da capela de Santo Antônio, assim como de São Gonçalo, imprimindo suas vivências nas localidades. Mandar batizar seus filhos nessas capelas, bem como casar seus filhos com pessoas de sua convivência, como no caso de Dona Margarida da Rocha e José Porrante, aos poucos permitia o estabelecimento de laços entre as pessoas e os espaços da freguesia que, conseqüentemente, eram cada vez mais estreitados com o surgimento de novas relações, ampliando assim o número de fiéis de cada espaço e, obviamente, da própria freguesia em expansão.

### **b. A Capela de São Gonçalo do Potengi**

A Capela de São Gonçalo do Potengi começou a ser mencionada nos registros de batismo, a partir do ano de 1693. Mais uma vez reitera-se que estão sendo trabalhados apenas os dados que foram encontrados, sendo possível que outros livros tenham sido perdidos. Assim como a capela de Santo Antônio, a de São Gonçalo estava localizada em área próxima ao curso do rio Potengi, o que fez, inclusive, com que, em um primeiro momento, se acreditasse que era a mesma capela. Sabe-se, contudo, com base nas capelas, hoje igrejas matrizes, que existem até os dias atuais, bem como por meio de pesquisas *on line* e mesmo de diálogo com pessoa eclesiástica,<sup>320</sup> que, de fato, consiste em duas capelas separadas.

A capela de São Gonçalo estava distante cerca de 3,6 quilômetros da capela de Santo Antônio, distância essa que pode ser relativizada, tendo em vista que andando, ou utilizando-se do transporte de animais, poderiam “encurtar” esse trajeto. A proximidade dessas capelas com o rio Potengi certamente tem relação direta com o contingente populacional que ambas atraíram. Pode-se analisar que a presença de rios, de determinada vegetação, de dado tipo de solo - enfim, as condições geográficas como um todo – contribuíam com a própria forma de vivência do homem.

No litoral, onde a terra era mais propícia, houve maior ênfase no cultivo da cana de açúcar, sendo produzidos também, obviamente, gêneros alimentícios para garantir a subsistência. Nas áreas chamadas pelo colonizador, inicialmente de “sertão” não seria possível plantar a cana, de forma que o homem utilizou-se dos recursos

---

<sup>320</sup> Diálogo com o seminarista José Rodrigues da Silva Filho, que com base na diferença entre os santos, e valendo-se de que, ainda hoje, existem duas igrejas – em lugares distintos, uma em São Gonçalo e outra em Santo Antônio do Potengi, localidade pertencente ao atual município de São Gonçalo – afirmou não ser possível que os registros estivessem tratando de uma mesma capela.

naturais que tinha para a criação do gado, por exemplo, sendo os rios fundamentais para esse processo, afinal, precisavam de água para a criação desses animais, plantio de alguns gêneros alimentícios e, sobretudo, para a própria sobrevivência pessoal.<sup>321</sup>

Aliado a isso, a proximidade com o rio e o fato de ter sido erguido um engenho, Ferreiro Torto, ainda no ano de 1614, podem ter influenciado na atração do fluxo populacional para essas áreas. Locais próximos a engenhos atraíam diversos moradores para a realização do plantio da cana de açúcar, que seria processada no próprio engenho.

A atração desses moradores, e a formação de um povoado, resultaram, segundo informações do Instituto Brasileiro Geográfico de Estatísticas (IBGE), na construção da capela de São Gonçalo. De acordo com essas informações, a capela teria sido erguida pelo senhor Pascoal Gomes de Lima, somente no ano de 1710. Todavia, como pelo menos desde 1693 já se tem indícios da mesma, acredita-se que Pascoal Gomes de Lima tenha apenas feito alguma reforma em uma primeira capela já existente, não se sabendo se o mesmo mandou construir a primeira capela, ou apenas participou de reformas.<sup>322</sup>

Esse dado, assim como a suposta lenda de criação da capela de Santo Antônio, leva a ideia de que era comum que famílias abastadas mandassem construir capelas em suas terras, visando ter um espaço destinado ao culto do sagrado, sendo possível a realização de missas, bem como a administração dos sacramentos (batizar, casar), pelos eclesiásticos, fossem destinados à capela, fossem temporários, no caso dos missionários.

Deve-se ressaltar ainda que, durante o período desse estudo, na transição entre o final do século XVII e início do XVIII, período em que a Capitania do Rio Grande estava voltada para as ações de guerra contra o gentio no sertão (Assu), um rio poderia ser de suma importância para o provimento do sustento da população.

---

<sup>321</sup> Essa reflexão sobre a importância dos rios baseou-se na obra os “historiadores e os rios”, de Victor Leonardi. Leonardi percebeu a importância do rio Airão para o desenvolvimento da sociedade da Amazônia, bem como de outras localidades que utilizam o mesmo. Embora em período distinto e para uma região também diferente, Victor Leonardi faz pensar a respeito da importância dos rios em outros períodos e localidades. LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios**. Brasília: Paralelo 15/ UNB, 1999. p. 151-176 (Capítulo 7: *Rua Occidental*).

<sup>322</sup> Sítio eletrônico do IBGE. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=241200&search=||infogr%El%ficos:-hist%F3rico> Acesso em 03 de julho de 2015.

Sabe-se, também, que alguns dos moradores<sup>323</sup> dos entornos da capela de São Gonçalo, assim como da de Santo Antônio, estavam participando das guerras, que por sua vez contou com o auxílio de pessoas e recursos de outras capitanias – da Paraíba, Pernambuco e mesmo Bahia. Desta feita, localidades situadas à margem esquerda do rio Potengi serviam como espécie de ponto de apoio entre as empreitadas aos sertões e a Cidade do Natal.

Os vínculos entre as capelas de São Gonçalo e a de Santo Antônio não terminam por aí. Essa proximidade entre ambas não era apenas física, mas da própria relação estabelecida entre as pessoas desses lugares, fossem familiares, fossem oficiais da câmara que, de alguma forma, conviviam. Além disso, percebeu-se a construção de relações entre essas pessoas no que concerne ao apadrinhamento – atentar que a escolha de um padrinho era algo fundamental para uma sociedade predominantemente católica, afinal, não se escolhia uma pessoa qualquer para ser o padrinho do seu filho. Ser padrinho era uma espécie de segundo pai, alguém que deveria encaminhar a criança na fé e mesmo prover o sustento, na falta do pai/responsável.

De maneira geral, a capela contou com a realização de 65 batizados, um valor correspondente a 6,98% dos batizados encontrados para a freguesia (de 930). O que mais chamou atenção em relação aos 65 registros que se tem para a freguesia foi o total de padres que passaram pela capela de São Gonçalo, um número de 17. Desse total, de 17 religiosos, acredita-se que pelo menos nove deles faziam parte do grupo de missionários populares, tendo estado na capela apenas momentaneamente.

Nesse sentido, sete foram os clérigos que batizaram apenas uma pessoa, a saber: Francisco da Ressurreição (Ordem Serafim), Cosme Franciscano, Domingos de Araújo Rodrigues, Paulo da Rocha Figueiredo, Domingos Rodrigues Telonis, Francisco Rocha e Manuel de Araújo. Outros dois padres também podem ter apenas passado pela capela, tendo batizado apenas duas pessoas, como Manuel de Santa Rosa e Francisco dos Anjos.<sup>324</sup>

De toda forma, o número de batizados feitos por cada padre não costumou ser tão expressivo em São Gonçalo, tendo sido o padre Francisco Bezerra de Góes - o

---

<sup>323</sup> Pessoas como o capitão-mor Manuel de Abreu Soares, o tenente Teodósio Grasiman, o capitão Teodósio da Rocha, o genro de Teodósio da Rocha, Manuel da Costa Rego, dentre outras, estavam recorrentemente presentes nessa localidade e, no entanto, tinham terras no Siará Grande e mesmo nas Ribeiras do Assú e do Mossoró, de modo que São Gonçalo seria uma espécie de ponto de apoio para esses “homens de cabedal”.

<sup>324</sup> Ver quadro dos padres que atuaram nas capelas na página 125.

mesmo trabalhado quando se tratou da Capela de Santo Antônio – o que realizou o maior número de batizados, um total de 19. Francisco Bezerra de Góes teria permanecido responsável pela capela no período compreendido entre os anos de 1698 e 1701.

Já as famílias de maior proeminência percebidas na documentação foram as de Manuel de Abreu Frielas e o alferes Pascoal Gomes de Lima, este último o suposto proprietário das terras onde foi construída a capela. Pascoal Gomes de Lima era português e teria morado na Capitania de Pernambuco até que se mudou para a do Rio Grande. Posteriormente adquiriu também terras no Siará Grande, representando uma mobilidade, não apenas na freguesia, onde circulou entre o Assu e São Gonçalo, mas entre capitanias, de Pernambuco para o Rio Grande e, posteriormente, ao Siará Grande.<sup>325</sup>

Essas pessoas fizeram batizar seus filhos na capela de São Gonçalo, assim como alguns escravos seus. Além disso, pessoas como Teodósia da Rocha, esposa de Manuel da Costa Rego, e filha do capitão Teodósio da Rocha - como comumente aparecia na documentação -, destacaram-se pela frequência com que estiveram na capela de São Gonçalo do Potengi, o que leva a crer que estavam (re) significando aquele espaço.

Manuel de Abreu Frielas, casado com “Dona Izabel Dorneles”,<sup>326</sup> batizou apenas um filho na capela de São Gonçalo do Potengi, em 19 de outubro de 1689.<sup>327</sup> Entretanto, a presença da família no local pode ser destacada pelo batizado dos escravos de Manuel de Abreu Frielas, um total de seis nessa capela, assim como por apadrinhamentos realizados por sua filha, Marcelina de Abreu Frielas, já em 1702. Deve-se lembrar, ainda, que as capelas de Santo Antônio e São Gonçalo estavam separadas por apenas cerca de 3,6 quilômetros e que, Manuel de Abreu Frielas batizou

---

<sup>325</sup> Os dados do IBGE afirmam que Pascoal era português e que teria vindo da Capitania de Pernambuco. Em seguida, uma solicitação de terras, feita em 1681, informava que Pascoal era morador da Capitania do Rio Grande. Segundo Tyego Silva, os envolvidos nessa solicitação passaram a residir na Capitania do Siará Grande, tendo como atividade o trato do charque. Ver: SILVA, Tyego F. **A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720)**. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015. Ver ainda: ROLIM, Leonardo Cândido. **“Tempos de carne seca” no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati**. Dissertação de mestrado - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2012.

<sup>326</sup> O termo “Dona”, empregado junto ao nome da mulher, na sociedade colonial, indicava certo prestígio da mesma.

<sup>327</sup> TRINDADE, João Felipe. **Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte**. Natal: EdUFRN, 2011.

mais três escravos em Santo Antônio, sugerindo que devia conviver por entre esses espaços.

É possível ainda que o casal, Manuel Frielas e Dona Izabel, não tivesse feito batizar outros filhos no período pelo fato de que o sargento-mor Manuel de Abreu Frielas estivesse empenhado na Guerra dos Bárbaros, como destacou o estudo do historiador Tyego Silva.<sup>328</sup> O intuito de Manuel de Abreu Frielas, como também de Pascoal Gomes de Lima, em participar da Guerra dos Bárbaros, ambos na condição de aliados do Terço dos Paulistas, provavelmente era criar um ponto de apoio para escoar o gado produzido no Siará Grande, local onde essas famílias estavam envolvidas em atividades, tendo solicitado terras juntos no ano de 1681.

O alferes Pascoal Gomes de Lima era filho de Manuel de Abreu Soares, o pioneiro nas incursões aos sertões (do Assu), ainda no ano de 1686. Manuel de Abreu Soares comandava as tropas de Pernambuco, tendo se destacado por ter mandado construir casa forte para abrigar os soldados, em decorrência dos ataques indígenas, resultando na criação do Arraial de Nossa Senhora dos Prazeres, em Assu.<sup>329</sup>

Como se pode perceber, Pascoal Gomes de Lima estava envolto nessa gama de conquistadores, tendo seu casamento sido fruto dessas alianças. Segundo Tyego Silva, o casamento de Pascoal Gomes de Lima foi uma estratégia de Francisco Berenguer de Andrada de criar vínculos com outras famílias de grandes sesmeiros.<sup>330</sup> Assim, as famílias teriam seguido as dinâmicas de formação de redes de parentesco e manutenção da casa. Francisco Berenguer de Andrada, então, casou sua filha Helena Berenguer, com o filho de Manuel de Abreu Soares, que era capitão-mor do Arraial do Assu.<sup>331</sup>

Desse casamento, de Pascoal Gomes de Lima e Dona Helena Berenguer, nasceram quatro filhas – Antônia, batizada em 1698, na capela de São Gonçalo; Maria Madalena, batizada em 1701, na mesma capela que sua primeira irmã; Catarina, batizada em 1703, na capela de Santo Antônio; e ainda a menina Joana, batizada em

<sup>328</sup> SILVA, Tyego F. **A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720)**. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

<sup>329</sup> LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte: Areia Branca, Arez, Assú e Augusto Severo**. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1990. Coleção Mossoroense, série C. n. 545. p. 139-140.

<sup>330</sup> SILVA, Tyego F. **A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720)**. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

<sup>331</sup> TRINDADE, João Felipe. **Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte**. Natal: EdUFRN, 2011. p. 306-309.

1705, na capela de São Gonçalo. Como se percebe pelos locais dos batismos, Pascoal Gomes de Lima e sua esposa conviviam frequentemente com as pessoas que viviam em São Gonçalo, tendo escolhido a capela para a realização do batizado de três de suas filhas. Essa convivência pode ser comprovada no batizado de duas das filhas de Pascoal, Catarina (1703) e Joana (1705), ambas apadrinhadas por Marcelina de Abreu Frielas, filha de Manuel de Abreu Frielas, que também circulava pela localidade, bem como pelos demais caminhos percorridos por Pascoal Gomes de Lima – Assu e Siará Grande.

A presença na capela de São Gonçalo não termina nas filhas do casal. O alferes Pascoal tinha cinco escravos, quatro adultos e uma criança. A criança foi batizada, na capela de São Gonçalo, em 1712. Os demais escravos, quatro – Aguida Pereira, Damásia, Luíza e Miguel -, apareceram na documentação da capela apadrinhando outros escravos.

Pascoal também foi padrinho de três crianças, sendo uma em São Gonçalo, uma em Santo Antônio e outra que não consta o local nos registros. As crianças eram: Constantino (1695), filho Felipe da Costa, em São Gonçalo; Cosma (1697), filha de Antônio Batista, não consta o local; e por fim, Rosa (1701), filha de Baltazar Reis, batizada na capela de Santo Antônio.<sup>332</sup>

Com destaque econômico menor, se comparados aos que viviam em Santo Antônio, os moradores de São Gonçalo tinham, em geral apenas um escravo, sendo mais notáveis seis senhores (as): Manuel de Abreu Frielas, com seis; Maria Siqueira, com cinco; Catarina da Rocha, com quatro; Manuel de Abreu Soares, com três; Francisco Borges Valadares, também com três; e ainda Inês Duarte, com dois escravos. Os demais, totalizando 15 proprietários, tinham apenas um escravo batizado na localidade, como se pode ver na lista a seguir.

---

<sup>332</sup> Livro de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

**Lista 6:** Senhores de Escravos da Capela de São Gonçalo

Nº	Senhores de Escravos	Nº de escravos em São Gonçalo	Total
1.	<b>Manuel de Abreu Friellas</b>	6	6
2.	<b>Maria Siqueira</b>	6	6
3.	<b>Pascoal Gomes de Lima</b>	5	5
4.	<b>Catarina da Rocha</b>	4	5
5.	<b>Manuel de Abreu Soares</b>	3	3
6.	Francisco Borges Valadares	3	3
7.	<b>Inês Duarte (viúva)</b>	3	4
8.	Gonçalo da Costa Faleiro	1	24
9.	João da Costa Almeida	1	11
10.	Estevão Pestana	1	1
11.	<b>Esther Pereira</b>	1	1
12.	Francisco Gomes	1	1
13.	Antônio Gonçalves	1	1
14.	Manuel de Souza Cerne	1	4
15.	Pedro da Costa	1	4
16.	Manuel Rodrigues Santiago	1	1
17.	Antônio Gomes de Lima	1	1
18.	Manuel Pimentel	1	1
19.	João Carvalho de Lima	1	1
20.	<b>Ana Domingues Gonçalves</b>	1	1
21.	Tomé Leitão Navarro <sup>333</sup>	1	3
22.	Carlos da Rocha	1	1

Fonte: LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

A lista acima, assim como a feita para o caso da capela de Santo Antônio, contem o número que ocupa na lista, na primeira coluna, sendo organizada do senhor mais abastado, com maior número de escravos batizados no local, para o menor. A segunda coluna contem o nome dos senhores que batizaram seus escravos na capela de São Gonçalo do Potengi e, por fim, na terceira, o total de escravos que foram batizados na freguesia.

Contou-se, então, um total de 21 senhores (as) que tiveram o cuidado de batizar seus escravos. Conforme as “Constituições Primeiras”, cujas determinações foram sendo discutidas ao longo desse trabalho, sobretudo no capítulo 1, os escravos

<sup>333</sup> Tomé Leitão Navarro possuía três escravos, todos indígenas: Prudência, já adulta, batizada em 1706; Rosa, batizada também em 1706, e sua mãe, uma “tapuia do sertão”, o que indica que Navarro estava recebendo os índios apanhados na Guerra dos Bárbaros. Tomé Navarro também estava envolvido na petição de terras no Siará Grande. Ver páginas 140-141, deste capítulo.

eram de responsabilidade de seus senhores, devendo estes cuidarem para que aqueles fossem batizados e que se ensinasse a doutrina católica, para que deixassem de ser infiéis – na visão do português/colonizador – passando a conhecer os preceitos de Deus.<sup>334</sup>

Desses senhores de escravos, um total de cinco mulheres, aproximadamente 25% do número geral, chamaram atenção. Esse percentual era significativo se comparado à Capela de Santo Antônio – esta tinha 29 senhores de escravos e apenas três eram mulheres, correspondendo a cerca de 10%. Uma possibilidade para esse aumento, como já mencionado aqui, seria que vários dos moradores dessa localidade estavam envolvidos na guerra e suas mulheres, muito provavelmente, ficavam responsáveis por atribuições que, costumeiramente, pertenciam aos homens. Outra possibilidade é que essas mulheres tenham ficado viúvas.

Das cinco mulheres que tinham escravos, pelo menos três se destacaram pela quantidade de escravos que tinham. Deve-se ressaltar que, em uma capitania periférica como a do Rio Grande, ter escravos, ainda que em número diminutos, já era um símbolo de distinção social. A que mais se sobressaia era Maria Siqueira, senhora de, pelo menos, seis escravos – Vital, batizado em 1699, e sua mãe Eusébia;<sup>335</sup> Cosma, Manuel, batizado em 1703 e seus pais, Ventura e Domingas. A segunda mulher era Catarina da Rocha, tendo um total de quatro – Sebastiana, Mariana, Potenciana (1703) e Joana índia. A terceira senhora era Inês Duarte, que se sabe de dois de seus escravos – Arcângela e sua mãe, Ilária.

Conclui-se que a capela de São Gonçalo, embora de menor relevância que a de Santo Antônio, também foi uma localidade utilizada pelos agentes envolvidos na Guerra dos Bárbaros, o que atraiu pessoas de prestígio da capitania para o local. Nesse sentido, a guerra fez com que a capela recebesse diversas pessoas que, por sua vez, estavam em constante movimento na freguesia, sendo um espaço em permanente reelaboração.

---

<sup>334</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**/ feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2007.

<sup>335</sup> Essa escrava aparece na documentação apenas apadrinhando.

### c. Capela de Nossa Senhora do Ó

A Capela do aldeamento de Papary era de invocação à Nossa Senhora do Ó, ou de Nossa Senhora da Expectação. Essa santa tinha origem espanhola, e o nome faz alusão ao anseio de Maria em ter seu primogênito, Jesus, concebido pelo Espírito Santo, sem pecado, segundo a crença. As festas em celebração da santa ocorrem no dia 18 de dezembro, pouco antes da data convencionada do nascimento do menino Jesus (25 de dezembro).<sup>336</sup>

A capela de Nossa Senhora do Ó (Papary/Mipibu) contou com o segundo maior número de pessoas sendo batizadas - um total de 127, correspondente a 13,65% do total de pessoas batizadas na freguesia (930).<sup>337</sup> Papary recebeu esse nome devido a uma lagoa de pesca abundante, sendo esta a maior atividade desenvolvida no local durante o período colonial.<sup>338</sup> Segundo Ana Lunara da Silva Morais, teriam sido doadas, no ano de 1670, umas terras em sesmaria em Papary (Mipibu), cujo objetivo seria a atividade da pesca.<sup>339</sup>

Desse número total de batizados, de 127, tinha-se 85 brancos, 16 índios e 26 escravos que se acredita eram negros/pretos, ou tinham alguma descendência africana. Como os números demonstram, a grande maioria dos indivíduos batizados na capela de Nossa Senhora do Ó eram brancos, descendentes dos colonizadores, algo surpreendente, tendo em vista que, normalmente, o número de indígenas batizados deveria ser superior uma vez que a capela encontrava-se em uma aldeia indígena.

---

<sup>336</sup> Informações retiradas do sítio eletrônico da Canção Nova. Disponível em: <http://santo.cancaonova.com/santo/nossa-senhora-do-o-festa-catolica-de-origem-espanhola/> Acesso em: 11 de julho de 2015

<sup>337</sup> Preferiu-se chamar de “pessoas batizadas” pelo fato de aparecerem alguns adultos na documentação, sendo inviável achar que eram todas crianças.

<sup>338</sup> Informação extraída do site do IBGE, ver: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=240820&search=rio-grande-do-nortelnisia-florestalinfograficos:-historico>

<sup>339</sup> Segundo Lunara Morais, “nesta carta, Francisco Lopes solicitou a confirmação dos títulos das terras que pertenciam ao avô de sua esposa, João Lostão Navarro.” Alvará de confirmação de umas datas de terras do sargento-mor Francisco Lopes Capitania do Rio Grande e por que se lhe dão de novo as sobras de outras que houver na vargem de Mipibu. Documentos Históricos, Códice 24, fls. 24-25”. Ver: MORAIS, Ana Lunara da Silva. Quanto peixe se compra com um vintém? Análise da atividade pesqueira e as querelas derivadas desta na capitania do Rio Grande, 1650-1750. *Revista Ultramares*, n. 5, vol. 1, Jan-Jul/2014. P. 196 – 221.

Algumas hipóteses podem ser levantadas em relação aos números encontrados, sendo mais plausível acreditar que as certidões dos índios ou não estavam sendo enviadas para a matriz, ou ainda que estas foram perdidas. Pode-se pensar também que esses índios estavam sendo utilizados como mão de obra – por mais tempo que o permitido pela legislação indigenista (seis meses) - em outras localidades, o que faria com que houvesse poucos batizados sendo feitos na capela de Nossa Senhora do Ó, dado que, geralmente, eram os homens enviados para realização de trabalhos, diminuindo o nascimento de curumins e, obviamente, reduzindo o número dos batismos. Da mesma forma, era possível que esses índios estivessem sendo utilizados também na Guerra dos Bárbaros e, além de diminuir o número de nascimentos, pode ter ocasionado a morte de muitos deles.

Em relação aos colonizadores que estavam batizando seus filhos na capela de Nossa Senhora do Ó, sobressaem-se pelo menos quatro figuras notáveis, a citar:<sup>340</sup> Gonçalo Ribeiro Boto (3), casado com Izabel da Rosa; o sargento-mor Bento Teixeira Ribeiro (4), casado com Joana Camelo Valcacer; o capitão-mor da Capitania do Rio Grande – Bernardo Vieira de Melo;<sup>341</sup> o senhor de escravos chamado João Marinho de Carvalho (5), casado com Ana de Macedo – ambos aparecem recorrentemente em diversos registros de batismo, fosse como senhores de escravos batizados, fosse apadrinhando; e por fim, mas não menos importante, o capitão José Barbosa Pimentel, casado com Mariana de Azevedo, ambos também presentes na documentação, dividindo-se entre apadrinhamentos e posse de alguns escravos, como se pode ver pela lista de senhores de escravos abaixo.<sup>342</sup>

**Lista 7: Senhores de Escravos de Papary/Mipibu (Capela de Nossa Senhora do Ó)**

Nº	Senhores	Nº de escravos batizados na localidade	Total de escravos na freguesia
1.	<b>João da Costa Marinho</b>	4	5
2.	<b>Francisco Lopes</b>	4	4

<sup>340</sup> O número a seguir aos moradores, como (5), no caso do senhor Gonçalo Ribeiro Boto, refere-se à lista que se segue, “*Senhores de Escravos de Papary/Mipibu (Capela de Nossa Senhora do Ó)*”, na qual estão listados os escravos de cada um deles.

<sup>341</sup> Embora tenha partilhado vivências nessa jurisdição eclesiástica, o capitão-mor da Capitania do Rio Grande não residia em Papary, tendo sido visto, com base na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, que o mesmo residia na Cidade do Natal. (Ver página 87, capítulo 2)

<sup>342</sup> LIVRO de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714), sob a guarda do IAHGP.

3.	<b>Gonçalo Ribeiro Boto</b>	3	3
4.	<b>Bento Teixeira Ribeiro</b>	2	2
5.	<b>João Marinho de Carvalho</b>	2	2
6.	João Nunes	2	2
7.	Gonçalo da Costa Faleiro	1	24
8.	João Miro de Sá	1	1
9.	Diogo Rodrigues	1	2
10.	João Barbosa Pimentel	1	1
11.	Francisco Camelo	1	1
12.	Luzia Nunes	1	1
13.	José de Amorim	1	1
14.	João Dias	1	1
15.	Antônio da Costa Esteves	1	1
16.	Faustino Tinoco	1	1
17.	João da Rocha	1	1

Fonte: LIVRO de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714), sob a guarda do IAHGP.

Na lista acima, pode-se encontrar o total de escravos que cada senhor tinha na localidade, sendo incorporado, além dos batizados, os demais escravos envolvidos, desde que se tenha a indicação sobre a quem o escravo pertencia. Nesse sentido, privilegiou-se trabalhar com aqueles senhores cuja documentação retratou um maior número de escravos, por se ter maiores indícios para analisar a relação dessas pessoas com os espaços em questão.

Um dos exemplos desses senhores de escravos era João Marinho de Carvalho (5). Casado com Ana de Macedo, ele teve três filhos, sendo os gêmeos João e Teodósio batizados no ano de 1704, e Inácio em 1708. Em relação aos apadrinhamentos dos filhos de João Marinho de Carvalho, percebeu-se uma aproximação com a família Muniz de Sá, de modo que Teodósio (um dos gêmeos) foi apadrinhado pelo capitão João Muniz de Sá, enquanto que Inácio, o filho mais novo, teve como padrinho o alferes Manuel Muniz de Sá. João Marinho de Carvalho possuía também dois escravos, o pequeno Luís, batizado em 1713 e Simoa, que consta na documentação não por seu batismo, mas pelo fato de ter sido madrinha de outra escrava. É válido frisar que todos esses batismos ocorreram na capela de Nossa Senhora do Ó, o que indica que, se não necessariamente residiam na localidade, essas pessoas conferiam significado a mesma.

Gonçalo Ribeiro Boto, por sua vez, teve três filhos batizados na capela de Nossa Senhora do Ó, a saber: Estevão (1693); Félix (1701); e Cosme (1714). Os dois últimos filhos que foram batizados, Félix e Cosme tiveram como padrinhos pessoas de

renome na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação - João Muniz de Sá e Alberto Pimentel, ambos senhores se escravos e o último ainda camarário.<sup>343</sup> Gonçalo Ribeiro Boto, no ano de 1706, recebeu a concessão de uma sesmaria, situada entre as localidades de “Lagoa Seca, Embossica e Timbó”. A sesmaria media uma légua de comprimento, por meia légua de largura. Dentre as justificativas utilizadas, por Gonçalo Ribeiro Boto, para solicitar a terra, estavam o fato de ser “morador na capitania”, algo que os próprios registros de batismo já haviam confirmado.<sup>344</sup>

Já Bento Teixeira Ribeiro (4)<sup>345</sup> foi casado com Joana Camelo Valcacer, com quem teve apenas um filho, o pequeno Bernardo, que, certamente, recebeu o nome de um dos seus padrinhos, o capitão Bernardo Vieira de Melo. O batismo de Bernardo, foi realizado em 1699, na Capela de Nossa Senhora do Ó, chamou atenção pelo fato de não ter um casal de padrinhos (um homem e uma mulher, como era comum), mas havia no registro o apadrinhamento de dois homens, ambos da família Vieira de Melo – Bernardo Vieira de Melo e André Vieira de Melo.<sup>346</sup> O fato ficou evidente, pois além de ser uma exceção, a criança foi apadrinhada por pessoas de relevância na Capitania do Rio Grande, o que deve ser representativo da importância de seus pais.

Além desses moradores de maior prestígio, ainda se destacam outros seis, uns mais, até pela quantidade relativamente significativa de escravos que possuía – como João da Costa Marinho (1) e Francisco Lopes (2) – e outros menos – João Nunes, Gonçalo Barbosa, Antônio Pires e Amaro Dias -, sobressaindo-se apenas por terem feito batizar um número considerável de filhos na localidade, o que, provavelmente, é um indicativo de que residiam nesse espaço, onde compartilhavam vivências, inclusive uns, apadrinhando os filhos de outros, como no caso de Amaro Dias, que foi padrinho de Rosa, filha de João Nunes, no ano de 1697.<sup>347</sup>

Entre os senhores de escravos se notabilizavam as pessoas de João da Costa Marinho (1), com um número de quatro escravos e Francisco Lopes (2), também com

---

<sup>343</sup> LIVRO de Registro. Idem.

<sup>344</sup> Carta de sesmaria doada a Gonçalo Ribeiro Boto, em 14 de junho de 1706. *Plataforma SILB* – RN 0062. Acesso em 02 jan. 2015: disponível em [www.silb.cchla.ufrn.br](http://www.silb.cchla.ufrn.br)

<sup>345</sup> Como pode ser visto pela lista acima, Bento Teixeira Ribeiro possuía dois escravos, ambos do sexo feminino – Luzia, batizada em 1707 e sua mãe Sebastiana. O batizado aconteceu na Capela de Nossa Senhora do Ó.

<sup>346</sup> O batizado realizado por dois homens era algo possível, segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, tendo em vista o caráter de testemunha desses apadrinhamentos.

<sup>347</sup> LIVRO de Registro. Idem.

um total de quatro, o que, para esse período, e para a localidade em questão, era um número significativo.

Sobre João da Costa Marinho (1) não se sabe se era casado, nem se tinha filhos, sabendo-se apenas da existência desses quatro escravos – Valentina, batizada em 1690; Gregório, batizado em 1696; e ainda Anacleto da Costa e Ângela Nunes, que aparecem na documentação apadrinhando. Primeiramente, estes últimos surgem como padrinhos de escravos, na Cidade do Natal, em 11 de dezembro de 1691 e, logo em seguida, no dia 27 do mesmo mês e ano na capela de Nossa Senhora do Ó.

Em relação a esses apadrinhamentos, feitos por esses escravos, questionou-se, inicialmente, se nesse período não teria padre na capela da aldeia, o que implicaria nessa ida a Natal, todavia, percebeu-se que havia padre, sendo mais provável que esses escravos, já batizados, tenham sido comprados na Cidade do Natal e, logo em seguida, enviados à aldeia, onde passaram a residir junto a João da Costa Marinho.

Infelizmente não se tem concessões em sesmarias que comprovem a posse de terras por parte de João Marinho de Carvalho, o que realmente comprovaria sua moradia na localidade em questão. Mas além de ter esses escravos presentes na área estudada, ele foi padrinho de três crianças – José, em 1693, filho do capitão Paulo Muniz Baião; José, escravo, em 1696, “neto de uma escrava genebra”; e Francisco, em 1704, filho do capitão João Barbosa Pimentel, sendo João Marinho de Carvalho sempre citado nessa aldeia, algo que já se torna significativo de sua presença na área estudada.

No caso de Francisco Lopes (2), sua presença na localidade é algo comprovado não apenas nos registros. Casado com Joana, filha de Manuel Rodrigues Pimentel e neta de João Leitão Navarro, Francisco Lopes teria ficado com as terras que seriam herança da sua esposa. Essas terras situavam-se em Papary/Mipibu, sendo solicitado novo título, por Francisco Lopes, em 1670. Segundo consta nas cartas de concessão, essas duas terras teriam sido doadas ao pai e ao avô de Joana antes da invasão holandesa – o que demonstra que eram moradores da capitania desde os princípios da ocupação -, porém, os títulos foram perdidos durante o período da invasão holandesa, sendo necessário solicitar novo título das terras, algo que foi feito no ano de 1670.

Do rol de pessoas sem escravos, mas que aparecem com frequência na documentação estavam João Nunes, Gonçalo Barbosa, Antônio Pires e Amaro Dias. João Nunes, casado com Luzia Macedo, foi descrito como ajudante, um cargo de pouco prestígio. Da união do casal foram concebidos cinco filhos. Os apadrinhamentos foram

realizados por pessoas que, ao que tudo indica, tinham relações com o local, tendo apadrinhado outras crianças na mesma localidade, como o caso de Amaro Dias, já mencionado acima. Os filhos de João Nunes eram João, batizado em 1695; Rosa, em 1697, afilhada de Amaro dias; José, em 1700, tendo por padrinho o capitão João Muniz de Sá; Antônio, em 1703, sendo padrinho o ajudante João Marinho; e Estevão, apadrinhado por Antônio da Costa Esteves.

Gonçalo Barbosa casou com Paula Rabelo, com a qual teve três filhos, pelo menos – Gonçalo, de mesmo nome do pai, provavelmente por ser primogênito, batizado em 1695; Maria, batizada em 1698, tendo por padrinho João Ferreira; e Simão, batizado em 1703, cujo padrinho foi Domingos Madruga,<sup>348</sup> o mesmo que apadrinhou dois dos filhos de Antônio Pires, um dos quatro que se destacaram por aparecerem nos registros com frequência, ainda que não tivessem escravos.

Como se verifica, essa gama de pessoas convivia no espaço da aldeia, sendo a capela de Nossa Senhora do Ó um espaço de interação entre elas e, até mesmo, de união de laços, afinal, não se escolhia qualquer pessoa para apadrinhar um filho, mas alguém próximo, com o qual se tivesse afinidade e/ou se soubesse de seus recursos, o que poderia contribuir para o futuro dos seus filhos.

Antônio Pires, por exemplo, teve dois de seus filhos apadrinhados por Domingos Madruga, o mesmo padrinho de um dos filhos de Gonçalo Barbosa, ou seja, essas pessoas tinham algum tipo de laço, fosse de amizade, fosse de parentesco. Antônio Pires casou com Maria Moreira, tendo cinco filhos batizados na capela de Nossa Senhora do Ó: Manuel, em 1690; Florença, em 1691; Francisco, em 1694; e Altamázio e Luciana, em 1701 e 1703, respectivamente, estes dois últimos apadrinhados por Domingos Madruga.

Por fim, salienta-se a família de Amaro Dias, casado com Marta Francisca, tendo o casal quatro filhos – Domingos (1705), cujo padrinho foi o capitão José Ribeiro; Úrsula e Firmiana (1709), apadrinhadas pelo alferes Manuel Muniz e por Domingos Dias, respectivamente; e Antônia (1711), que teve como padrinho o padre Simão Rodrigues de Sá, importante vigário da igreja de Nossa Senhora da Apresentação; esses apadrinhamentos, mais uma vez, representam a vivência dessas pessoas em sociedade,

---

<sup>348</sup> Não foi possível rastrear a família de Domingos Madruga, contudo, sabe-se que este apadrinhou um total de seis crianças, sendo duas na igreja matriz, Antônio (1689), filho de Manuel José Branco e Agustinha (1689), filha de Pascoal de Freitas, e outras quatro na Capela de Nossa Senhora do Ó, em Papary/Mipibu – Altamázio (1701), filho de Antônio Pires; Antônio (1701), filho de Vicente Ferraz; Luciana (1703), filha de Antônio Pires; e Simão (1703), filho de Gonçalo Barbosa.

tendo o alferes Manuel Muniz sido padrinho de um dos filhos de uma pessoa importante da localidade, como João Marinho de Carvalho (4) e demonstrando ainda que se escolhia também pessoas de prestígio, ainda que fosse apenas local, como nos casos de moradores que ocupavam postos das ordenanças.

#### **d. Capela de Nossa Senhora do Desterro**

A Capela de devoção à Nossa Senhora do Desterro, padroeira dos exilados, situada em Igramació, atual Vila Flor, compõe pequeníssima parte dos livros de registro de batismo aqui analisados. Esse sentido de ser “padroeira dos exilados”,<sup>349</sup> assim como no caso da Igreja de São João das Guaraíras, pode ter relação com o ato de colocar os índios em um aldeamento, tirando-os de sua moradia e colocando em outro espaço. Segundo sua oração, Nossa Senhora do Desterro seria auxiliadora dos cristãos, protetora dos pobres, além de amparar órfãos e viúvas, aspectos que condizem com a lógica dos aldeamentos, de conferir uma assistência, na visão dos eclesiásticos.

Como se tratou ao longo deste capítulo, o aldeamento de Igramació foi o último a ser fundado, tendo como missionários os frades carmelitas reformados. Porém, acredita-se que o fato de a documentação trazer apenas dois registros de batizados feitos na capela de Nossa Senhora do Desterro deva-se mais ao motivo de terem perdido essa documentação, do que propriamente por não terem acontecido mais batizados na localidade. De toda forma, acredita-se que esses dois registros devam ser trabalhados, afinal, fazem parte dos poucos indícios que se tem sobre a população que convivia nos arredores da capela em questão, no período desse estudo.

A aldeia estava situada próxima ao engenho Cunhaú, que era um dos maiores à época. Por isso, é provável que o número de escravos fosse elevado na localidade, que certamente atraía pequenos e médios lavradores. Além do incentivo de ter onde moer a cana-de-açúcar plantada, esses lavradores contavam com terras apropriadas para a realização do plantio.

Assim sendo, a capela de Nossa Senhora do Desterro foi utilizada, comprovadamente, para a realização de dois batismos, ambos no ano de 1690 e pelo

---

<sup>349</sup> Essa ideia de exílio veio de quando a Sagrada Família teve que fugir com o Menino Jesus para o Egito, por causa da perseguição do Rei Herodes. Nossa Senhora permaneceu cerca de quatro anos fugitiva, desterrada no Egito. Essa história é narrada no evangelho de Mateus (Mt 2, 13-23). Ver ainda: <http://www.cruzterrasanta.com.br/historia/nossa-senhora-do-desterro>

padre Bento Moreira. No primeiro caso, foi batizado Francisco, filho de Manuel José Taborda<sup>350</sup> e de Maria de Barros, tendo sido padrinhos João Barbosa e Inês Pinheiro. Já o segundo batizado, da menina Izabel, não constava o nome do pai, vindo ainda especificado que Izabel seria filha de Domingas Diniz, “mulher solteira”.

Sobre o batizado de Izabel foi mencionado apenas seu padrinho, Manuel Gonçalves da Costa. Não se sabe qual o interesse da mãe de Izabel, Domingas Diniz, em escolher Manuel Gonçalves da Costa para padrinho de sua filha. Seria o mesmo capaz de oferecer uma boa vida à menina? Seria ele o pai da criança, e por ser casado com outra pessoa não assumiu a mesma? Infelizmente são apenas questões, uma vez que a documentação, mesmo sendo confrontada com outros tipos de fontes não foi capaz de responder a essas perguntas. O que se sabe, apenas, é que essas poucas pessoas mencionadas, de alguma forma, contribuíram para que a capela de Nossa Senhora do Desterro tivesse seus espaços praticados, ainda que por meio de poucos exemplos, diferentemente do caso dos demais aldeamentos estudados, onde um número maior de informações auxiliaram na compreensão acerca da utilização daqueles lugares.

Dessa forma, com base no que foi exposto sobre as duas aldeias listadas acima, entendeu-se que, somado a essa transformação espacial local, essas aldeias eram alvo do controle clerical, por meio da construção das capelas e da presença de clérigos, servindo para livrar a capitania do “perigo tapuia”, distinguindo os índios que seriam vassallos do rei, daqueles que não aceitavam a imposição da fé católica. Ademais, liberava-se as terras pertencentes inicialmente a esses grupos indígenas para a colonização, ou seja, aglomeravam os índios tornando-os vassallos, restringindo-os em suas aldeias, visando combater os índios infiéis, segundo a lógica da Igreja. As novas terras, expandidas, eram incorporadas à circunscrição eclesiástica, culminando, no decorrer do século XVIII, com ênfase na segunda metade, na criação de aldeamentos e posteriormente novas freguesias.<sup>351</sup>

De acordo com Stuart Schwartz, os indígenas inimigos, chamados tapuias, eram uma barreira para a conquista de novas localidades. Por isso, na concepção do autor, enquanto esses índios não fossem convertidos, não seria possível realizar a ocupação de novas localidades. Nesse sentido, acredita-se que o controle das aldeias por

---

<sup>350</sup> Não foi possível saber se havia algum parentesco entre Manuel José Taborda e Manuel Rodrigues Taborda, senhor de terras da Capitania do Rio Grande. Ver: [www.silb.cchla.ufrn.br](http://www.silb.cchla.ufrn.br)

<sup>351</sup> SILVA FILHO, José Rodrigues. **Os homens de Deus na terra dos homens: os vigários seculares na Capitania do Rio Grande no século XVIII.** Monografia de conclusão do curso de História, UFRN. 2012.

meio da religião foi fundamental nesse processo de interiorização, tanto pelo fato de “abrir” essas fronteiras, quanto por gerar mão de obra para trabalhar nessas novas povoações que viriam a se formar no entorno delas.<sup>352</sup>

Compreende-se, pois, que o controle de aldeias indígenas permitia a consolidação da conquista dessas localidades ainda pouco povoadas pelos conquistadores, servindo como forma de segurança e ocupação efetiva por parte dos colonizadores.

A ocupação das localidades, antes povoadas apenas pelos indígenas, pode ser considerada como produto da cristianização espacial. Portanto, a construção de capelas e a presença de religiosos foram uma forma concreta da presença da Igreja, onde as autoridades máximas eram os próprios eclesiásticos. Os habitantes indígenas das aldeias modificaram alguns dos seus costumes, incorporaram outros, mas também ganharam com a presença dos missionários que garantiam uma relativa liberdade aos índios, por acreditarem que o índio não conhecia o pecado e aquele “não teria conhecido o pecado se não existisse a lei”, ou seja, os indígenas de diversos grupos não conheciam o Deus da Igreja católica e, por isso, era missão dos eclesiásticos ensinarem a sua religião a esses povos, fazendo com que fossem salvos, tornando-se “pessoas de Deus” e assim não podendo ser escravizados como infiéis, salvo os casos nos quais recusassem as leis de Deus.<sup>353</sup>

#### **e. Capela de Cunhaú, Utinga, Jundiá e Camaratuba**

A capela de Nossa Senhora da Purificação, situada em Cunhaú e, por isso, também chamada “Capela de Cunhaú”, o engenho, distava cerca de 65 km da Cidade do Natal. O engenho, criado em inícios do século XVII, pertencia à família Albuquerque Maranhão,<sup>354</sup> tendo sido objeto de estudo dos historiadores, principalmente no que concerne ao século XIX, pelo maior aparato documental existente. As terras onde foi feita a construção do engenho pertenciam aos Albuquerque Maranhão, tendo sido doadas já em 1604, pelo capitão-mor, à época, Jerônimo de Albuquerque, aos seus

---

<sup>352</sup> SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 116-117.

<sup>353</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

<sup>354</sup> CASCUDO, Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Op. Cit.

filhos, Antônio de Albuquerque e Matias de Albuquerque. Conforme informações contidas na carta de doação em sesmaria, as terras estavam situadas às margens do rio Cunhaú e mediam 1,6 léguas de comprimento, por 1,6 léguas de largura.<sup>355</sup> Em 1614, o engenho Cunhaú já estava erguido.<sup>356</sup>

Primeiro engenho da Capitania do Rio Grande, Cunhaú foi palco de uma das maiores chacinas da História do Rio Grande do Norte. Em 1634, quando a capitania já estava sob domínio holandês, foi empreendido um grande massacre, ao comando de Jacob Rabi. Rabi seria uma espécie de intérprete entre os índios e os holandeses, tendo convencido os mesmos a participarem do massacre. Assim, chegaram à capela do engenho Cunhaú, no mencionado ano, e assassinaram todas as pessoas que estavam no local.<sup>357</sup>

Em 1659, já após a expulsão dos holandeses, houve retomada do processo de povoamento pela coroa portuguesa. O objetivo inicial era apenas repovoar as áreas que já haviam sido povoadas antes da invasão holandesa, dentre as quais estava Cunhaú. Assim, desde 1659 começaram a ser doadas terras na localidade, sendo possível que nesse mesmo período, ou pouco depois, tenham reconstruído a capela do engenho, embora não se tenha uma data precisa.

É interessante perceber, pois, o envolvimento dos agentes da Igreja católica na promoção da ocupação das localidades. Em um primeiro momento, segundo constava em carta de sesmaria, as informações sobre as terras – de Cunhaú – tinham sido fornecidas pelo padre Gaspar Gonçalves, o primeiro vigário da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, o que revela a amplitude do conhecimento geográfico desse padre que, por ser um vigário, deveria conhecer sua freguesia, ainda que nem sempre fosse possível que esses padres conhecessem.

Consoante a isso, pode-se perceber ainda a questão da mobilidade dos padres, que viajavam, saindo da matriz, ou de Olinda, rumo às povoações mais afastadas da sede do poder eclesiástico local, para a realização dos sacramentos.

---

<sup>355</sup> Carta de sesmaria doada a Antônio de Albuquerque e Matias de Albuquerque, em 2 de maio de 1604. *Plataforma SILB* – RN 0181. Acesso em 18 mar. 2015: disponível em [www.silb.cchla.ufrn.br](http://www.silb.cchla.ufrn.br)

<sup>356</sup> CASCUDO, História do RN. Op. Cit. p. 58.

<sup>357</sup> CASCUDO, Câmara. Op. Cit. p. 58.

Entende-se que desde o início do povoamento em Cunhaú havia a presença de missões volantes/missões populares visando subsidiar a fé dos colonos.

Em um segundo momento, já com Cunhaú repovoada, a atuação dos padres pareceu ser feita, em grande parte, por padres viajantes. A capela de Nossa Senhora da Purificação, em Cunhaú, contou com a presença de nove padres distintos, tendo apenas o padre Elói de Freitas se demorado na localidade, ficando na área no período de 1690 a 1691, e ainda retornando no ano de 1695.<sup>358</sup>

Os demais padres, de forma diferente, parecem apenas ter passado pela capela de Nossa Senhora da Purificação. Os de maior relevância, por terem batizado o segundo maior número de pessoas, um total de três, eram os padres Pedro Fernandes – o mesmo que batizou também em Santo Antônio, São Gonçalo e Jundiá – e o padre Bento Ribeiro. Os seis padres restantes certamente estiveram pouco tempo na capela em questão, tendo Francisco Bento do Nazaré (Ordem do Carmo) realizado dois batizados e os outros cinco apenas um – dentre os cinco estava Jerônimo de Albuquerque que, embora da família dos moradores do engenho, não pareceu ter se fixado no mesmo.<sup>359</sup>

Esses padres batizaram apenas 24 pessoas, tendo em vista que os batizados iam apenas até o ano de 1695, sendo provável terem sido perdidos os demais dados.<sup>360</sup> O mais interessante nesses números, contudo, é uma quantidade tão elevada de padres, para um número de registros tão diminuto, o que justamente corrobora para a ideia de que esses padres faziam parte das missões populares organizadas, tendo ido a algumas capelas, como no caso da de Cunhaú, para garantir esse processo de evangelização que, muitas vezes, não era possível de ser executado apenas pelo vigário.

Os registros paroquiais, sobre essa capela, iniciados em 1686, indo até o ano de 1695 apenas enfatizavam a família que certamente residia no engenho – Albuquerque Maranhão. Nos registros percebeu-se a presença de três nomes que atestam esses familiares: o de Afonso de Albuquerque Maranhão, João Albuquerque Maranhão e, ainda, Antônio de Albuquerque da Câmara, tendo este último um destaque ainda maior,

---

<sup>358</sup> LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

<sup>359</sup> LIVRO de registro. Idem.

<sup>360</sup> LIVRO de registro. Idem.

como se observará a seguir. Os registros indicam ainda um batizado feito pelo padre da família, de mesmo nome do fundador do engenho, “Jerônimo de Albuquerque”.

Dentre esses familiares destacou-se, na documentação, Antônio de Albuquerque da Câmara. Antônio era casado com Dona Apolônia, e tinha a ocupação de “mestre de campo”. Além dessa ocupação, é sabido, com base na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), que Antônio Câmara recebeu uma carta patente de Capitão de Infantaria paga, em 8 de novembro de 1689, passada pelo Governador Geral do Brasil, Matias da Cunha.<sup>361</sup> Essa informação também pode ser corroborada pela concessão de terras em sesmarias, na localidade da ribeira do Acauã, feita a Antônio e mais três suplicantes – Luis de Sousa Furna, Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro de Albuquerque da Câmara - no ano de 1679, na qual constava a ocupação “capitão de infantaria”.<sup>362</sup>

Segundo os registros dos batismos realizados, Antônio de Albuquerque da Câmara foi mencionado em um total de seis vezes, sendo quatro em batizados de seus escravos, o que indica que, de alguma forma, estava envolvido nas atividades do engenho, necessitando de mão-de-obra escravista. Os seus três últimos escravos foram registrados em 30 de setembro de 1694, o que pode ser indicativo da chegada desses escravos ao engenho,<sup>363</sup> e/ou ainda, da chegada de um padre – em virtude das missões populares – na localidade, afinal, acredita-se na improbabilidade que houvesse um padre residindo na área. As outras duas vezes em que Antônio foi mencionado na documentação foi apadrinhando João, uma criança descrita como parda, e Matias, filho de Afonso de Albuquerque Maranhão, nos anos de 1690 e 1693, respectivamente.<sup>364</sup>

Com base na documentação analisada percebeu-se que a capela, mesmo com um pequeno número de registros, contava ainda com mais três senhores de

---

<sup>361</sup> Em 08/11/1689, Antônio de Albuquerque da Câmara recebeu carta patente de Capitão de Infantaria paga, passada pelo Governador Geral do Brasil, Matias da Cunha. AHU-Papéis avulsos. RN, cx. 1, D. 30. Segundo Kalina Wanderlei Silva, essa patente não indicava prestígio econômico, tendo em vista que patentes remuneradas significavam pobreza, nesse período. Ver: SILVA, Kalina Wanderlei. O miserável soldo e a boa ordem social: militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 1999.

<sup>362</sup> Carta de sesmaria doada a Antônio de Albuquerque Maranhão, em 25 de novembro de 1679. *Plataforma SILB* – RN 0037. Acesso em 18 mar. 2015: disponível em [www.silb.cchla.ufrn.br](http://www.silb.cchla.ufrn.br)

<sup>363</sup> Não foi possível saber, com base nos registros, se os escravos eram crianças ou já adultos.

<sup>364</sup> Livro de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714).

escravos – Antônio Gonçalves Neto, Manuel Rodrigues Rocha e a senhora Úrsula Ribeiro. Cada um desses senhores possuía um total de dois escravos, sendo Diogo (1686) e sua mãe Maria, escravos de Antônio Rodrigues Rocha; Bruno (1691) e sua mãe Maria, escravos de Manuel Rodrigues Rocha; e João (1691) e sua mãe Gracia, escravos de Úrsula Ribeiro. Por se ter um número pouco expressivo de registros, infelizmente, não foi possível observar outras famílias de destaque na localidade.

Para além das capelas de Santo Antônio do Potengi e de São Gonçalo do Potengi, outras três, certamente, contaram com o caráter missionário dos padres da freguesia, sendo duas dessas capelas – Utinga e Jundiáí - a representação da expansão da freguesia numérica e espacialmente. Pode-se vislumbrar, por meio da construção de novas capelas, que a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, na década de 1710, estava em pleno alargamento de suas fronteiras, fronteiras essas fluídas e movediças – “franjas”, como pensou Pierre Monbeig.<sup>365</sup>

A criação de novas capelas, como no caso de Utinga, no ano de 1709, e, posteriormente, de Jundiáí, somente em 1711, atestam tanto a ampliação populacional, quanto o alargamento das fronteiras eclesiásticas, ressaltando, mais uma vez, que essas fronteiras eram fluidas e, portanto, em constante modificação. Como analisou a geógrafa Rafaela Araújo Nascimento, para o caso da Bahia, também no período colonial, a expansão urbana acontece por meio da criação de prédios religiosos, ou seja, essa criação de novas capelas, no caso da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, especificamente, correspondia a uma expansão urbana que, aos moldes da época, ressignificava os espaços gradativamente por meio da experimentação humana, como pensou o geógrafo Yi-Fu Tuan.<sup>366</sup> Ao imprimir novas marcas aos espaços, com a construção de capelas, os colonos criavam seus lugares, dotados de suas lógicas e noções próprias.

---

<sup>365</sup> Segundo o pensamento de Monbeig, os espaços coloniais estavam em permanente reelaboração, de modo que as fronteiras não seriam marcos fechados/delimitados, mas espécie de franjas. Essas franjas, diferentemente de fronteiras nos moldes atuais, seriam fluidas, movediças, podendo ser alteradas conforme a expansão dos espaços por meio do crescimento populacional e, conseqüentemente do aumento das povoações. Ver: MONBEIG, Pierre. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

<sup>366</sup> O geógrafo Yi-Fu Tuan trabalhou em sua obra “Espaços e Lugares” com a perspectiva da experimentação. Assim, na concepção de Tuan, as ações humanas transformavam os espaços, modificando os mesmos em lugares. Dessa forma, era a experimentação humana, por meio da vivência dos homens, que conferia sentido aos espaços, sendo alterados e significados. Ver Yi-Fu Tuan: **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

**Mapa 5:** Expansão da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação no início do século XVIII



Fonte: Elaboração de Renata Assunção da Costa, com base no programa Google Earth.

O mapa acima foi produzido com base na criação das duas últimas capelas da freguesia – a capela de Utinga e a capela de Jundiaí. A área branca do mapa representa as capelas da freguesia até o ano de 1708, antes da criação dessas últimas, enquanto que a mancha vermelha seria o acréscimo da freguesia com a criação das novas capelas, auxiliando na composição física do processo de cristianização.

A capela de Nossa Senhora do Socorro estava situada em Utinga, onde hoje seria o município de São Gonçalo do Amarante. Pode-se perceber que as capelas de Santo Antônio e São Gonçalo atraíam um grande número de fiéis, fator que provavelmente fez com que fosse construída mais uma capela. Os relatos sobre Utinga, quando era ainda apenas um sítio, datam da primeira metade do século XVII, tendo sido um dos sítios onde se refugiaram as pessoas em decorrência dos ataques holandeses, no período do massacre de Uruaçu, em 1645.<sup>367</sup>

<sup>367</sup> Ver: <http://www.saogoncalo.rn.gov.br/religiosidade.php>

Distante cerca de 18 quilômetros da Cidade do Natal, não se sabe se a capela teria sido criada ainda no início do século XVII e, devido à invasão holandesa, tenha sido destruída. No entanto, os primeiros registros que mencionam a capela de Nossa Senhora do Socorro como local de realização dos batizados datam do ano de 1708, sendo provável que apenas nessa época a capela tenha sido erguida.

Pelo fato de ter sido construída apenas por volta de 1709, no período desse estudo (1681-1714), a capela de Nossa Senhora do Socorro (Utinga) contou com a presença de apenas dois padres – o coadjutor Antônio de Araújo e Souza e Domingos Rodrigues. Como não se tem muitos anos dos registros feitos pela capela, não foi possível perceber a rotatividade dos padres. A realização de sacramentos feita por um coadjutor deixa evidente que tal padre não estava constantemente na localidade, afinal, o coadjutor deveria apoiar o vigário da freguesia e, justamente por isso, visitar aquelas localidades às quais o vigário não tinha condições de agir – realizar sacramentos, ensinar a doutrina católica.

Embora se tenha poucos registros feitos nessa capela, apenas 11, até mesmo pelo fato de ser uma construção tardia, algumas pessoas de renome na capitania, que provavelmente residiam antes em outras localidades, foram citadas apadrinhando nesses registros, como: João Marinho Carvalho (Papary), Manuel de Abreu Frielas (Santo Antônio do Potengi) e Teodósio Grasiman (Santo Antônio do Potengi).<sup>368</sup> Acredita-se que João Marinho de Carvalho, que provavelmente residia em Papary, e os outros dois senhores, Manuel de Abreu Frielas e Teodósio Grasiman, de Santo Antônio do Potengi, estavam na localidade apenas para a realização do batizado, o que confere ainda mais prestígio aos mesmos, tendo em vista que, mesmo distante do local do batizado, haviam sido escolhidos para apadrinhar. Esses três nomes são recorrentes na documentação como um todo, seja enquanto senhores de escravos, seja enquanto padrinhos, o que implica nesse prestígio social, e mesmo econômico.

O caso do oratório de Jundiáí, como era chamado inicialmente, em inícios de 1711, e, em seguida, capela de Jundiáí, em setembro do mesmo ano, assemelhasse ao da capela de Utinga. Esse oratório, que se tornou capela, também foi uma construção já do início do século XVIII, tendo menos registros feitos na documentação analisada para a produção desse estudo. A capela de Jundiáí, assim como a de Utinga, representam a expansão dos espaços. Ambas situadas em regiões que compreenderiam o que, na

---

<sup>368</sup> Ver João Marinho de Carvalho: página 151; Ver Manuel de Abreu Frielas: páginas 139; Teodósio Grasiman: página 140.

atualidade, corresponderiam à chamada “grande Natal”, pela proximidade com a mesma, podem ser um indicativo de que houve um aumento populacional, necessitando-se ocupar novas áreas. Não se acredita que Natal fosse um grande centro urbano, mas havia um interesse na ocupação de novas terras em áreas próximas ao centro do poder da capitania, embora o que se percebe é um aumento do número de solicitações de terras no Assu e em Mossoró.<sup>369</sup>

Como foram analisados apenas três anos de realização de batismos em Jundiáí, não foi possível montar uma lista das pessoas que eram mais recorrentes, e que, portanto, poderiam residir nas proximidades. Porém, um nome se destacou em um aspecto crucial à época, salientando, mais uma vez, que o período desse estudo é concomitante ao acontecimento da “Guerra dos Bárbaros”. O senhor João Malheiros, que estava no ano de 1706 em áreas próximas à capela de Santo Antônio do Potengi, tendo em vista ter registrado seu filho, o pequeno Diogo, na mencionada capela e no dito ano, passou, ao longo do tempo, a registrar seus filhos na localidade de Jundiáí.

João Malheiros, então, teve seu nome registrado pelo poder eclesiástico em quatro momentos. O primeiro, no batizado do seu filho, Diogo, na capela de Santo Antônio do Potengi. A segunda, por sua vez, foi no batizado de sua filha, Maria, em 1711, quando já estaria supostamente residindo em Jundiáí – o batizado, segundo o registro, foi feito na “capela de Jundiáí”.

Contudo, o que mais chamou atenção sobre João Malheiros, além da sua mobilidade espacial, que como se tem observado era algo comum à época, foi o fato de ter registrado dois escravos, José e Ilário, na capela de Jundiáí. Segundo informado pelo padre vigário Simão Rodrigues de Sá, José e Ilário eram “tapuia menor”, ou seja, índios de pouca idade, que estavam sendo escravizados pelo senhor João Malheiros, tendo os registros especificados que o suposto senhor era proprietário das crianças. Não foi possível identificar os pais delas, uma vez que seus pais provavelmente foram capturados na guerra, ou mesmo mortos nesse combate. O batizado de ambos foi realizado no dia 10 de setembro de 1711, na capela de Jundiáí.

De maneira geral, os batizados administrados em Jundiáí, como o de José e Ilário, contaram com os trabalhos de três padres – Simão Rodrigues de Sá, Antônio de

---

<sup>369</sup> Ver: DIAS, Patrícia Oliveira. **Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi Mossoró (1675-1725)**. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015. E ainda: SILVA, Tyego F. **A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720)**. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

Andrada Araújo e Pedro Fernandes. O padre Simão Rodrigues de Sá, vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, por exemplo, esteve na capela de Jundiáí no ano de 1711. No mesmo ano, Antônio de Andrada e Araújo também passou pela localidade, tendo batizado em nome de Deus e da Igreja católica. Este último atendeu aos padrões das Missões Populares, tendo ido não apenas a Jundiáí, como a São Miguel do Guajirú (aldeamento) e Santo Antônio do Potengi. Por fim, entre 1712 e 1714, os batizados ficaram a cargo do padre Pedro Fernandes, mais um possível missionário viajante que muito contribuiu para a conversão dos povos, como pretendia a Igreja. Pedro Fernandes, na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, visitou outros três lugares, além de Jundiáí, foram esses: Santo Antônio do Potengi, Cunhaú e São Gonçalo do Potengi, todas em 1694, o que indica essa rotatividade na freguesia.

Por fim, há de se explicar o motivo da Capela de Camaratuba, pertencente à Freguesia de Mamanguape, Capitania da Paraíba, compor essa análise que vem sendo feita. Apesar de o registro ter sido feito em 1692, optou-se por trabalhá-lo por último pelo fato de ser o único existente para a capela de Camaratuba, na série documental analisada e, principalmente, por não se ter certeza do pertencimento dessa capela, ou não, à Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

Ao trabalhar com os registros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, acabou-se por esbarrar nesse registro feito pelo cura<sup>370</sup> Sebastião Rabelo. O fato é que, por um motivo que não se sabe ao certo, o batizado realizado na capela de Camaratuba foi registrado no livro que pertencia à matriz de Nossa Senhora da Apresentação, o que provocou várias questões ao longo da pesquisa.

A capela de Camaratuba, distante 97,22 km da Cidade do Natal, onde foi feito o registro, pertencia a um espaço que, administrativamente, correspondia à Capitania da Paraíba e, no entanto, foi registrada bem mais longe do que se tivesse sido enviada, inclusive, para a Cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa.

Questiona-se, assim, por que a certidão desse batizado foi levada para a matriz de Nossa Senhora da Apresentação. Afinal, o padre, responsável por levar as certidões, para serem registradas na matriz, teria levado esta por engano? A Freguesia de Mamanguape teria passado algum tempo unificada à de Nossa Senhora da Apresentação e, se sim, onde teriam parado os demais registros? Teriam voltado para

---

<sup>370</sup> Cura era o padre responsável pela freguesia, nesse caso, especificamente, pela Freguesia de Mamanguape.

Mamanguape posteriormente?

No entanto, acredita-se que o padre responsável pelo envio dessas certidões provavelmente não compreendeu os limites das freguesias, pois, como se sabe, no período colonial as fronteiras eram demasiado fluidas, não sendo possível, muitas vezes, identificar o início e o fim de uma determinada jurisdição. Entende-se, portanto, que o mais provável seja que o padre tenha levado a certidão à matriz por engano, ou ainda que estivesse de passagem, não tendo como retornar à igreja de Mamanguape para a qual a certidão deveria realmente ter ido.

Ao tratar das várzeas, capazes de criação de engenhos, a “*Relação das cousas do Rio Grande, do sítio e disposição da terra (1607)*”, ressaltou que “(...) quando se sai da capitania da Paraíba e entra na do Rio Grande é a que chamam Camaratiba [Camaratuba], na qual se está já fazendo ingenio e tem terras para alguns outros”.<sup>371</sup> Desse modo, Camaratuba pertencia, inicialmente, à Capitania do Rio Grande, sendo desmembrada no ano de 1607.

Com base nesse documento, entende-se que Camaratuba já fez parte da Capitania do Rio Grande - sendo o “erro” cometido pelo padre algo aceitável em uma localidade na qual os limites estão sendo alterados constantemente - tendo sido desmembrada a posteriori, segundo informações contidas na obra de Câmara Cascudo. De acordo com esse autor, no ano de 1611 teria havido uma demarcação dos limites das terras entre as capitanias do Rio Grande e da Paraíba, ficando o engenho Cunhaú para a Capitania do Rio Grande e o engenho Camaratuba para a Capitania da Paraíba.<sup>372</sup> A capela de Camaratuba, no entanto, não se transformou em igreja ao longo do tempo, sendo os últimos vestígios encontrados para o final do século XVIII, mais precisamente no ano de 1783.<sup>373</sup>

Conclui-se, portanto, que as áreas de atuação das missões populares eram fundamentais para a consolidação do processo de cristianização dos espaços. Com o repovoamento, iniciado após a expulsão dos holandeses, foram sendo reerguidas as igrejas e capelas que existiam desde o início do século XVII, assim como também criados novos espaços cristianizadores. Desta feita, a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação ganhou cada vez mais fiéis e, conseqüentemente, expandiu sua

<sup>371</sup> *Relação das cousas do Rio Grande, do sítio e disposição da terra (1607)*. ARSI, Brás. 15, 439-440. HCJB, I, 557-559.

<sup>372</sup> CASCUDO, História do RN. p. 58.

<sup>373</sup> Sobre as antigas capelas da Freguesia de Mamanguape, já extintas, ver: <http://genealogiasertaneja.blogspot.com.br/2013/09/antigas-capelas-da-freguesia-de.html>

abrangência.

Como se percebeu, os padres da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação já contavam com o auxílio das missões populares para conseguirem atender aos chamados dos fiéis. Nesse sentido, com a criação do Arraial do Assu e, posteriormente, com a consolidação desse povoado, entendeu-se a necessidade de criação de uma nova freguesia, a de São João do Assu, criada em 1726.<sup>374</sup>

---

<sup>374</sup> SILVA FILHO, José Rodrigues. *Os homens de Deus na terra dos Homens: os vigários seculares na capitania do Rio Grande no século XVIII*. Monografia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2012. p. 31.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do povoamento da Capitania do Rio Grande houve a presença dos religiosos. A Igreja católica promoveu o processo cristianizador, alterando a lógica inicial, dos indígenas de diversos grupos. Aos poucos, o espaço que se tornou a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, ainda em 1598, foi ganhando marcos da presença da Igreja, fosse por meio da construção de prédios como as igrejas e capelas, fosse pela fixação de cruzeiros. No entanto, é salutar lembrar que esse processo cristianizador não incidia apenas nos espaços, mas, sobretudo, almejava alcançar as almas, sendo essa a principal motivação dos clérigos. Assim, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação foi, gradativamente, ganhando forma, de modo que seus espaços estiveram em permanente reelaboração, visando atender melhor as almas dos lugares que se formavam.

Para a organização dessa freguesia, e preocupados em atender essas almas, os religiosos – seculares e regulares – organizaram esses espaços, sendo percebido três tipos de atuação desses padres. A primeira forma de atuação foi a realizada na Cidade do Natal, segundo capítulo deste trabalho. Em Natal estava localizada a igreja matriz, sendo os vigários e coadjutores, pessoas do clero secular, os responsáveis por administrar a cristianização não somente na cidade, mas nas demais localidades da freguesia. Nesse sentido, a igreja matriz representava o centro do poder eclesiástico, sendo o vigário responsável por repassar as ordens da Igreja e fiscalizar os demais padres da freguesia.

Por contar com uma igreja matriz, e mesmo por ter uma população maior que as demais localidades, o espaço da Cidade do Natal foi o mais procurado para a realização de batizados. Apesar de ser um centro de poder eclesiástico, a análise das pessoas que estavam experimentando os espaços da cidade mostrou que Natal não era propriamente um centro econômico e de prestígio, tendo outras localidades que se destacavam mais, como o caso de Santo Antônio e de São Gonçalo, ambas situadas onde hoje seria o município de São Gonçalo do Amarante. Essas localidades destacavam-se tanto pelo fato de terem sido batizados grande número de escravos, o que indica que as pessoas que conviviam nesses espaços tinham certo cabedal, como por esses agentes sociais serem senhores de terras, além do batizado de seus familiares.

Deve-se lembrar, contudo, que essas pessoas não estavam atreladas a uma única localidade, tendo os registros mostrado que as relações sociais e espaciais eram dinâmicas. Pessoas como o capitão Teodósio da Rocha, o tenente coronel Teodósio Grasiman, ou ainda Gonçalo da Costa Faleiro, circulavam pela freguesia, tendo, inclusive, como no caso dos Teodósios, adquirido terras no Siará Grande.

O segundo espaço, de forma diferente, não contava com tantas personalidades de renome, mas mantinha esse intuito cristianizador em sua formação. O espaço dos aldeamentos, segundo espaço trabalhado, no capítulo 3, caracterizava-se por ser uma área de atuação missionária, sendo os indígenas o principal foco de conversão. Essa atuação contou com um total de 19 padres, tendo dois desses padres, Pedro Taborda e Manuel Diniz, atuado em mais de um aldeamento, nas igrejas de São Miguel do Guajirú e São João das Guaraíras.

Apesar de ser um espaço pensado para a conversão dos indígenas, a pesquisa revelou que um número considerável de pessoas “brancas” (portugueses e descendentes) participaram e colaboraram – uma vez que a cultura europeia era cristã, sendo seus hábitos compartilhados com os indígenas - com o processo de cristianização dos aldeamentos, evidenciando que esses espaços congregavam de forma mais nítida índios e “brancos”.

Esses aldeamentos eram dois, tendo dentro da composição de cada um deles uma igreja sendo a cristianização o objetivo primordial desse espaço. Assim, o espaço dos aldeamentos contava com duas igrejas - de São João das Guaraíras e de São Miguel do Guajirú -, tendo sido cada uma dessas igrejas criadas para dar continuidade a esse processo cristianizador, abrangendo um número de áreas, e pessoas, cada vez maior.

O terceiro espaço percebido, finalmente, era aquele no qual se tinha a atuação dos padres que saíam em missões populares, trabalhado no quarto capítulo. Esse espaço contou com o propósito salvacionista de 50 padres. Essa atuação foi realizada nas capelas de Santo Antônio do Potengi, São Gonçalo do Potengi, Jundiá e Utinga, correspondendo ao que seria o município de São Gonçalo do Amarante, atualmente, e ainda a capela de Nossa Senhora do Ó, em Papary, atual Mipibu, capela de Nossa Senhora do Desterro, em Igramació, atual Vila Flor, e Cunhaú e Camaratuba, mais ao sul da capitania, áreas de fronteira com a Capitania da Paraíba.

Nesses locais conviviam pessoas de renome da Capitania do Rio Grande, como oficiais do Senado da Câmara, senhores de terras e de escravos. Com base nos registros de batismos, bem como por meios do cruzamento de fontes, percebeu-se que essas pessoas tinham uma mobilidade surpreendente, movimentando-se por diversos lugares no interior da capitania e mesmo para além da mesma. A posição geográfica de alguns desses lugares - como Santo Antônio, São Gonçalo, Jundiá e Utinga - que serviam como espécie de elo entre o sertão e a cidade, sendo um espaço de transição, fez com que houvesse um destaque econômico nessa área, resultando em um aumento populacional, forçando sua ampliação com a ereção de duas novas capelas. Contudo, essa expansão inicial dos espaços da freguesia, para áreas como Jundiá e Utinga, foi apenas uma medida paliativa, uma vez que o vigário já não estava conseguindo atender a todo o espaço da freguesia.

Com o processo de conquista de novas áreas, no Assu, primeiramente, e no Mossoró, em seguida, houve o surgimento de novas povoações, resultando na necessidade de criação de uma nova freguesia. O principal motivo para essa criação era o fato de que, mesmo com o auxílio das missões volantes, a demanda de ações que caberia ao vigário não seria mais passível de controle. Entende-se, pois, que a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação tinha, no período compreendido entre 1681 e 1714, uma área de atuação física reduzida ao espaço do litoral, ainda que contasse com a presença de padres, esporadicamente nos sertões e, mesmo assim, o vigário precisava contar com o apoio de outros religiosos para manter o processo cristianizador.

Com a criação do povoado em Assu, os padres já não conseguiam atender à cristianização de forma eficiente, de modo que se fez necessária a criação de uma nova freguesia. Da mesma forma, o vigário, responsável pela antiga freguesia, não tinha como fiscalizar locais tão distantes geograficamente. Assim, em 1726, foi criada a Freguesia de São João do Assu.

Conclui-se, dessa forma, que atender as almas espiritualmente era o objetivo dos clérigos seculares e das ordens religiosas. Essa atenção com as almas alterou, como demonstrado ao longo desse trabalho, a configuração espacial, transformando espaços em lugares, experimentados por essas pessoas que viviam o cristianismo. Portanto, a criação de uma nova freguesia seria a tentativa de criar mecanismos para que a “porta

do céu” continuasse aberta, conferindo aos povos do além mar a vivência conforme os mandamentos de Deus, na visão europeia.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial**. Rio de Janeiro: Ponto da Cultura Editora, 2010.
- AB'SABER, Aziz N. **Os domínios de Natureza no Brasil: pontecialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.
- ALBUQUERQUE, Geraldo; TRINDADE, Sérgio. **Subsídios para o estudo da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALVEAL, Carmen. **Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World, 16th-18th Century**. Tese de Doutorado, Johns Hopkins University, 2007.
- ALVEAL, Carmen; SILVA, Tyego. Na Ribeira da discórdia: povoamento, políticas de defesa e conflitos na Capitania do Rio Grande (1680-170). **Conquistar e Defender: Portugal, países baixos e Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- ANDRADE, Adriano Bittencourt. O papel da Igreja como agente de produção do espaço urbano-regional no Recôncavo Baiano setecentista. **XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. UERJ. Rio de Janeiro. 18 a 22 de Nov. de 2013.
- BEZERRA, Hanna Gabrielle Gomes. Lugares solenes, poderes em conflitos: as disputas por espaços na procissão da ressurreição (Cidade do Natal segunda metade do setecentos). IV Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades. 17 a 21 de nov. de 2014. Acesso em 25.05.2015. Disponível em: <http://cnhcs.com.br/trabalhos/IVANAIS.pdf>
- BEZERRA, Mons. Severino. **Levitas do Senhor**, II Volume. Natal: Clima. 1987.
- BLUTEAU, Raphael Pe. **Vocabulário Portuguez e Latino**. UERJ: 5000 anos do Brasil. CD-Rom.
- BÍBLIA sagrada. **Sem autoria**. Edição pastoral. São Paulo: Paulos, 1990.
- BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- BOSERUPP, Ester. **Pressão Demográfica e evolução agrária**. São Paulo: HUI TEC, POLIS, 1987.
- BOXER, Charles R. **A Idade do Ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Introdução. In: **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1955.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.). **Explosões Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/COMPANHIA DAS LETRAS, 1998.

DAMASCENO, Cláudia. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DIAS, Patrícia de Oliveira. O conquistador Teodósio da Rocha: conquista e povoamento da ribeira do Mossoró no início do século XVIII. **III Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades**. Anais de evento. UFRN-CERES, 2013.

DIAS, Patrícia de Oliveira. A conquista do sertão do Rio Grande: Estratégias de apropriação de espaços na capitania do Rio Grande entre os séculos XVII e XVIII. **II Encontros Coloniais**. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/encontroscoloniais-lehs/textoscompletos.html> Acesso em: 19 de dezembro de 2014.

\_\_\_\_\_. Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi Mossoró (1675-1725). Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

FARIA, Sheila de Castro. História da Família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FEITLER, Bruno. **Nas Malhas da Consciência: Igreja e Inquisição no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007.

FRAGOSO, João; Bicalho, Maria Fernanda; Gouvea, Maria de Fatima. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & senzala**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2002. Ed. 46.

GUEDES, Roberto. Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidades de cor: Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII- XVIII. **O Brasil Colonial**. V.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

HISTÓRIA da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Eduardo Hornaert... [et al]. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

JOHNSON JÚNIOR, Harold B. Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII. (Conferência dada na Universidade Nova de Lisboa em 11 de novembro de 1985/<http://people.virginia.edu/~hbj8h/modelo.pdf>)

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEITE, Edgard. **Notórios rebeldes: a expulsão da Companhia de Jesus da América portuguesa**. Madri: Fundación Histórica Taverna, 2000.

LEMOS, Vicente; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**. Natal: Edição do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980. 2.v.

LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte: Areia Branca, Arez, Assú e Augusto Severo**. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1990. Coleção Mossoroense, série C. n. 545.

LIRA, A. Tavares. **História do Rio Grande do Norte**. Natal, José Augusto, 1982.

LOPES, Fátima Martins. **Em Nome da Liberdade: As vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII**. Tese de Doutorado, UFPE, 2005.

LOPES, Fátima Martins. **Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização do Rio Grande do Norte**. Dissertação de Mestrado. UFPE, 1999.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: História e mestiçagens**. Natal, EDUFRRN, 2011.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836**. São Paulo: HUIITEC, Edusp, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil**. São Paulo: CEDHAL-CEHILA/Edições Loyola. Ed. 1993.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Os registros paroquiais e a história do Brasil**. Revista Varia Historia, 2004. p. 13-20.

MARINHO, Francisco Fernandes. **O Rio Grande do Norte sob o olhar dos bispos de Olinda**. Natal, 2006.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Matriz de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande: Do seu início até o ano de 1822. **Terra Natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

MELLO, Márcia Eliane A. de Souza e. **Fé e Império: as juntas das missões nas conquistas portuguesas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MIRANDA, João Maurício Fernandes. **Evolução urbana de Natal em 400 anos (1599-1999)**. Natal: Colação Natal 400 anos, 1999. v.VII.

MONBEIG, Pierre. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

MONTEIRO, Denise M. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal (RN), EDUFRN, 2007.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Quanto peixe se compra com um vintém? Análise da atividade pesqueira e as querelas derivadas desta na capitania do Rio Grande, 1650-1750. **Revista Ultramares**, n. 5, vol. 1, Jan-Jul/2014. P. 196 – 221.

MORAES, Douglas Batista. **Bem nascer, bem viver, bem morrer**. A administração dos sacramentos da Igreja em Pernambuco. (1650 a 1790). Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

MORAES, Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. (org.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume, 2008.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres de Paula. A construção da Paróquia: Espaço e participação da Capitania do Rio Grande do Norte. **Revista espacialidades** [online], 2010, v. 3, nº2.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. A Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação e o caso das crianças expostas na segunda metade do século XVIII, capitania do Rio Grande do Norte. In: **V Encontro Estadual de História**, 2004, Recife. Memória e História. Recife: ANPUH\_PE, 2004. v. único. p. 1-12.

PAULA, Thiago do N. T. de. Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação – Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII. **Dissertação de mestrado**, UFRN, 2009.

PEREIRA, Elenize Trindade. **Das terras doadas, ouvi dizer...: doação de sesmaria na fronteira do império, Capitania do Rio Grande (1600-1614)**. Anais do Encontro coloniais. Disponível em: [http://cchla.ufrn.br/encontroscoloniais-lehs/textos/Elenize\\_Encontros\\_2014.pdf](http://cchla.ufrn.br/encontroscoloniais-lehs/textos/Elenize_Encontros_2014.pdf) Acesso em 10 de maio de 2014.

PORTO, Maria Emília M. **Jesuítas na Capitania do Rio Grande. Séculos XVI-XVIII**. Arcaicos e Modernos. Tese de doutorado em História. Universidad de Salamanca, Salamanca, 2000.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e Colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Edusp, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROLIM, Leonardo Cândido. **“Tempos de carne seca” no Siará Grande**: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati. Dissertação de mestrado - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

ROSENDAHL, Zeny. O sagrado e o espaço. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.). In: **Explosões Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de história**. V.18. n. 36. São Paulo, 1998. Acesso em 31 de janeiro de 2012: disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200010&script=sci_arttext)

SHILS, Edward. **Centro e periferia**. Lisboa: Itfel, 2002.

SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Amores ilícitos e bastardia**: a família luso-brasileira em questão. Núcleo de estudos de população (NEPO)/UNICAMP.

SILVA FILHO, José Rodrigues. Padre Simão Rodrigues de Sá, um patriarca de batina. **II Encontros Coloniais**. On line. Disponível em: [http://www.cchla.ufrn.br/encontrosc Coloniais-lehs/textos/Jos%C3%A9%20Rodrigues\\_Encontros\\_2014.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/encontrosc Coloniais-lehs/textos/Jos%C3%A9%20Rodrigues_Encontros_2014.pdf) Acesso em 23.02.2015

SILVA FILHO, José Rodrigues. **Os homens de Deus na terra dos homens: os vigários seculares na Capitania do Rio Grande no século XVIII**. Monografia de conclusão do curso de História, UFRN. 2012.

SILVA, Maria B. Nizza. **História da Família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Tyego Franklim da. Para castigar e destruir: “guerra justa” e a guerra de Manuel Álvares de Moraes Navarro. **II Encontros Coloniais**. on line. Disponível em [http://www.cchla.ufrn.br/encontrosc Coloniais-lehs/textos/Tyego\\_Encontros\\_2014.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/encontrosc Coloniais-lehs/textos/Tyego_Encontros_2014.pdf) Acesso em: 23 de fevereiro de 2015.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens**: a secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFRN, 2009.

TRINDADE, João Felipe. **Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte**. Natal: EdUFRN, 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à Propriedade Moderna**: Um Estudo de História do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

VIANA, Larissa. **O idioma da Mestiçagem**: as irmandades de pardos na América portuguesa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**/ feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2007.

## FONTES

LIVRO de registro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1681-1714).

Catálogo dos Livros dos Termos de Vereação do Senado da Câmara do Natal (em prelo).

CARTA do padre Pedro Dias, de Olinda, 30 de junho de 1689. Archivum Romanum Socieratis Iesu (ARSI). ARSI, Brás. 9, 353v-356. HCJB, V. 529-532.

VISITA que o bispo de Pernambuco estado do Brasil nas Índias Ocidentais, D. Fr. Francisco de Lima faz ad sacra limina Apostolorum, e notícia, que dá do seu bispado a sua santidade pelo seu procurador o Doutor Manoel Banha Quaresma em 1700. Localização: Congregazione del Concílio, Relationes Diocesium, 596 (Olinden).

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro sobre as cartas do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Antônio Vaz Gondim, e dos oficiais da Câmara de Natal, acerca do estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos, da falta de munições e infantaria e acerca da reconstrução da matriz [de Nossa Senhora da Apresentação]. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 14.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre carta dos oficiais da câmara de Natal, acerca da repartição desigual das sesmarias e da má administração das aldeias de índios pelos padres da Companhia de Jesus. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 18.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear Gaspar de Sousa de Andrade, a 6 de agosto de 1688. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 28.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Agostinho César de Andrade, acerca da destruição da capitania com os ataques dos tapuias e sobre a falta de mantimentos para os soldados aquartelados na Ribeira do Açu, o que os obrigava a abandonar o posto. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 31.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o ofício de tabelião do Público, Judicial e Notas da Capitania do Rio Grande do Norte. Foi nomeado Gonçalo da Costa Faleiro. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 46.

CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. João V], pedindo que lhes fosse concedida permissão para fazerem as festas e receberem propinas delas como acontecia na Paraíba. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 69.

CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. João V], sobre as dificuldades que os moradores enfrentam por causa de um bando que o governador de Pernambuco, Felix José Machado, mandou lançar para que todos os tapuias cativos de sete anos para cima fossem remetidos para Pernambuco para serem vendidos no Rio de Janeiro. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 71.

### SITES CONSULTADOS

IBGE

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Paróquia de Santo Antônio do Potengi

<http://paroquiadesantoantoniopotengi.blogspot.com.br/>

Clero Regular e Secular

<http://www.veritatis.com.br/inicio/espaco-leitor/5927-qual-a-diferenca-entre-clero-secular-e-regular>

PLATAFORMA SILB (SESMARIAS DO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO)

[www.silb.cchla.ufrn.br](http://www.silb.cchla.ufrn.br)

Bula Veritas Ipsa, Papa Paulo III. 09/07/1537. Disponível em: **MONTFORT Associação Cultural**

<[http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=veritas\\_ipsa&lang=bra](http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=veritas_ipsa&lang=bra)>

Câmara Municipal de Arez

[http://camaramunicipaldearez.rn.gov.br/?page\\_id=62](http://camaramunicipaldearez.rn.gov.br/?page_id=62)